



PUC RIO

SUELY DO ESPIRITO SANTO CARDOSO

"AUTO-ESTIMA E CRIME"
BASE PARA O NEXO ENTRE DELINQUÊNCIA
JUVENIL E ASPECTOS DA PERSONALIDADE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, agosto de 1979

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
<http://www.puc-rio.br>

DOAÇÃO

BC — PUC

SUELY DO ESPIRITO SANTO CARDOSO

BT 2687-6

"AUTO-ESTIMA E CRIME"

BASE PARA O NEXO ENTRE DELINQUÊNCIA
JUVENIL E ASPECTOS DA PERSONALIDADE

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Miguel Chalub

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, agosto de 1979

77971



114212

150
C268
TESE UC
BT - 2067-6
ex 1

N.Cham. 150 C268 TESE UC
Título Auto-estima e crime



Ex.1 FUCB

0114212

Aos meus filhos

Cyro e Augusto Sérgio

MEUS AGRADECIMENTOS

- ao Dr. Miguel Chalub, professor-orientador, pelo apoio e confiança depositada.
- ao Professor Aroldo Rodrigues pela inestimável colaboração.
- a Boris Epelbaum pelo incentivo, compreensão e carinho.
- a minha mãe pela dedicação diária na construção deste trabalho.
- à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), especialmente:
 - ao Professor Flavio Ramazini, Diretor do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal "Milton Campos" (CEDEP).
 - ao Professor Antonio Jorge Iunes, Diretor do Centro de Reeducação do Menor (CRM).
 - à Professora Laura Pompei, Diretora da Escola Stella Maris.
 - ao Dr. Jaures Lopes Fernandes, Diretor do Instituto Padre Severino.
 - aos Psicólogos, Psiquiatras, Assistentes Sociais e Professores por terem facilitado todas as condições para a execução deste trabalho.
- ao Programa Institucional de Capacitação do Docente (PICD) pela ajuda financeira recebida durante o curso.

RESUMO

O problema do menor que apresenta comportamento anti-social tem sido assunto relevante e tema para inúmeras pesquisas. Tentamos aqui justificar a importância das variáveis de natureza psicológica na etiologia da delinquência juvenil. Focalizamos particularmente o sentimento de auto-estima como variável relevante. Apresentamos um estudo sobre a origem da auto-estima, a origem da delinquência juvenil, o funcionamento dos bandos de adolescentes e o crime. Em seguida foi feita uma pesquisa de campo relacionando o sentimento de auto-estima e o tipo de delito cometido pelo menor. Uma das hipóteses era saber da relação entre o elevado grau de auto-estima e o delito de natureza grave. Foram usados 106 sujeitos institucionalizados (FUNABEM). Os resultados não mostraram evidências estatísticas, porém, trouxeram algumas contribuições, principalmente, no que diz respeito às leis sociais vigentes, à ação dos bandos e sua relação com o sentimento de auto-estima. Apresentamos o comportamento anti-social mais como uma denúncia ou alerta à sociedade de que existem níveis sociais (individual e grupal) que não estão alcançando seus objetivos. Uma de nossas metas é que este trabalho sirva de base para novas contribuições.

ABSTRACT

In the last few years the problem of juvenile delinquency has been the subject of several discussions and researches. In this paper we try to justify the importance of variables of psychological nature in the etiology of juvenile delinquency. It has been proved that self-esteem is a significant variable. We introduce a study about origins of self-esteem and juvenile delinquency, adolescents gangs, crime and its nature. Next, a research relating self-esteem and the nature of the offense committed by delinquents has been made. One of the hypotheses was to know was the relation between a high degree of self-esteem and serious crime. A sampling of 106 subjects was made of the National Foundation of the Welfare of the Minor (FUNABEM). The results did not indicate any statistical evidence, but made some contributions in what concerns the social laws in force, particularly the action of gangs and their relations with self-esteem. Anti-social conducts appears more like a denunciation and alert to society. At some social levels (individually or in groups) people are not achieving their aims. This work is intended to serve as a basis for new researches.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. AUTO-ESTIMA	5
2.1 - Introdução	5
2.2 - Desenvolvimento da consciência do eu	5
2.2.1 - Sentido do eu corporal	6
2.2.2 - Sentido de continuidade da identidade	7
2.2.3 - Sentimento de auto-estima	9
2.2.3.1 - Auto-estima e auto-conceito	12
2.2.3.2 - Auto-estima e seletividade	13
2.2.3.3 - Auto-estima e narcisismo	14
2.2.3.4 - Auto-estima e a idealização do eu	17
2.2.3.5 - Auto-aceitação e auto-rejeição .	19
2.2.3.6 - Variabilidade do grau de auto- -estima	20
2.2.3.7 - Auto-estima e amor	22
2.3 - Conclusão	23
3. DESENVOLVIMENTO MORAL	26
3.1 - Introdução	26
3.2 - Piaget e o Desenvolvimento Moral	28
3.3 - Aprendizagem da conduta moral	31
3.4 - Reações emocionais a transgressões	32
3.4.1 - Culpa e vergonha	35
3.5 - Violação de normas e adolescência	36
3.6 - Tipologia do Comportamento violador de normas	37
3.7 - Conclusão	39
4. DELINQUÊNCIA JUVENIL	41
4.1 - Introdução	41
4.2 - Teorias sobre a delinquência juvenil	44
4.2.1 - Introdução	44
4.2.2 - Teorias de natureza psicogênica e caracte- rologia	46
4.2.2.1 - Fatores psicogênicos	47

4.2.3 - Teorias de natureza sociogênica	58
4.2.4 - Anomia	69
4.3 - Conclusão	70
5. ABANDONO	73
6. O BANDO DE ADOLESCENTES	79
6.1 - Introdução	79
6.2 - A função do líder nos bandos	80
6.3 - A inadaptação	83
6.3.1 - Inadaptação ao meio familiar	83
6.3.2 - Inadaptação ao meio extra-familiar	86
6.4 - Condições facilitadoras do aparecimento de bandos	87
6.5 - O lazer e os bandos	89
6.6 - Conclusão	90
7. DO CRIME	92
7.1 - Introdução	92
7.2 - Desorganização social e individual	94
7.3 - Psicologia e crime	97
7.4 - Da responsabilidade penal	103
7.5 - Enfermidade e delito	107
7.6 - O menor e o crime	108
7.6.1 - Introdução	108
7.6.2 - Tipologia do menor desassistido no Brasil ..	111
7.6.3 - Menor abandonado	113
7.6.4 - Menor infrator	116
7.7 - Conclusão	120
8. PESQUISA DE CAMPO	122
8.1 - Introdução	122
8.2 - Formulação da hipótese de trabalho	122
8.3 - Metodologia	123
8.3.1 - Amostra	123
8.3.2 - Instrumentos	124
8.3.3 - Avaliação	125
8.3.4 - Tratamento Estatístico	126
8.3.5 - Discussão dos Resultados	127
8.4 - Outros comentários sobre a pesquisa	131
8.5 - Conclusão	132

9. CONCLUSÃO GERAL	133
APÊNDICE 1	137
APÊNDICE 2	144
APÊNDICE 3	157
APÊNDICE 4	158
APÊNDICE 5	159
APÊNDICE 6	163
APÊNDICE 7	168
APÊNDICE 8	172
BIBLIOGRAFIA	173

1 - INTRODUÇÃO

Todos os problemas pertinentes à proteção da infância e da juventude são complementares entre si. Não podem ser tratados isoladamente. Devem ser objeto de um enfoque global que considere, de um lado, todos os aspectos da personalidade (biológicos, psicológicos e sociológicos) e de outro, todas as exigências do ambiente natural e psico-social em que vivem as comunidades. Esse enfoque exige coordenação de esforços em diferentes campos da atividade humana.

Com base na pesquisa de David (1974) tentamos averiguar a situação atual da delinquência juvenil, a partir de leituras especializadas, notícias em jornais, comentários da televisão, entrevistas com pessoas que conhecem o assunto, dados estatísticos, trabalho este que dedicamos algum tempo e que deu margem para que pudessemos comprovar as seguintes características, como relevantes:

- 1) - Predomínio da delinquência em bando mais do que individual.
- 2) - Os bandos seriam de três a oito, aproximadamente.
- 3) - Os bandos integrados por maiores e menores, conjuntamente, são mais frequentes do que exclusivamente de menores.
- 4) - Predomínio do sexo masculino, o número de meninas é mínimo e o delito é de natureza diferente.
- 5) - Há o predomínio dos fatos de delito grave, especialmente roubo com arma de fogo.

- 6) - Os grandes centros são as áreas de maior índice.
- 7) - A predominância dos jovens que integram o bando serem de setores sócio-econômico desfavorecidos e com lares desintegrados.
- 8) - Há indícios de aumento da delinquência, nas classes média e alta, principalmente no que diz respeito à droga e roubo de carros.
- 9) - Aumento permanente do furto de automóveis, já que atualmente existe "a cultura do automóvel".
- 10) - O uso extensivo de drogas e narcóticos sendo que os locais de alto índice de delinquência apresentam também alto índice de drogas.

Face a estas evidências, todo e qualquer esforço, tanto de origem intelectual como de outras origens, deve ser visto, como tentativas para prevenir esta situação ou mesmo, para ajudar a recuperação do indivíduo. Neste caso, este esforço, quando válido, deverá ser bem aceito pela comunidade.

Há divergências sobre a etiologia do comportamento delinquente. Alguns estudiosos entendem que são fenômenos de natureza social, enquanto outros, de natureza psicológica.

Existem inúmeros estudos sobre a delinquência juvenil como fenômeno social. Pesquisas, teses de mestrado, dissertações, na área da Sociologia, Assistência Social e Direito Penal são bastante divulgados.

Os estudos de natureza psicológica não são em grande número, poderíamos dizer que é uma área bastante fértil, a ser

explorada pelos pesquisadores.

O presente trabalho se propõe a apresentar mais um subsídio para o estudo da prevenção e solução do problema do menor de conduta anti-social, sob um enfoque de base psicológica.

Tentaremos comprovar a importância do sentimento de auto-estima - variável de natureza psicológica - presente no comportamento desajustado.

O jovem que delinque terá presente, se feita uma análise psicológica, elevado ou baixo grau de auto-estima. Este sentimento surge juntamente com o processo de desenvolvimento da criança influenciado por variáveis de origem psico-social e terá grande influência sobre comportamentos futuros. Pretendemos demonstrar que o grau de auto-estima (alto, baixo e médio) é variável relevante e tem relação com o delito cometido pelo menor. Um delito de natureza grave seria cometido por jovens com elevado sentimento de auto-estima.

Recorreremos à FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor) por ser a entidade adequada para se desenvolver o trabalho, pois é encarregada da institucionalização do menor. Foi criada em 1964, pela Lei nº 4.513 com o objetivo de elaborar e implantar a Política Nacional do Bem Estar do Menor. Com esta realização pretende-se extinguir a repressão policial e o isolamento correccional da categoria de métodos de tratamento ao menor desassistido.

Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social. A FUNABEM passa a ser vinculada a este novo órgão governamental. Por razões óbvias, o governo federal reco-

nheceu a dimensão nacional do problema social do menor e entendeu que deve ser tratado juntamente com os demais problemas da área social, uma vez que estão interrelacionados.

A FUNABEM entidade exemplar, modelo de nível internacional, tem levado adiante a sua proposição de trabalho com recurso humano especializado em lidar com os menores carentes e desajustados. Porém, a dimensão da atuação da FUNABEM e das FEBEM (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor) se comparadas com a dimensão do problema do menor, poderão até ser consideradas ineficazes.

É necessário, portanto, a conscientização de toda a população para um trabalho integrado, sob a orientação deste órgão executor da Política Nacional do Bem Estar do Menor, para que se alcance o objetivo final - a integração do menor carente ou desajustado à sociedade.

2 . AUTO-ESTIMA

2.1 - Introdução

A auto-estima seria uma das variáveis de grande relevância na estruturação da personalidade. Indivíduos que comumente se apresentam com baixo grau de auto-estima tenderão a certos comportamentos característicos, como, indisposição para auto-realização, apatia, insegurança, timidez, tendência ao isolamento, dificuldade de relacionamento, características estas presentes nos sentimentos de menos valia. Quanto ao grau elevado de auto-estima, os comportamentos seriam praticamente opostos, já que o sujeito tem como uma de suas características o acreditar em si mesmo, podendo apresentar-se como vaidoso, orgulhoso, com tendência à prepotência e onipotência, sendo importante que os outros o percebam.

É nossa intenção tentar mostrar, nesta etapa inicial de trabalho, como surge e se desenvolve a auto-estima e que papel exerce na estruturação da personalidade.

2.2 - Desenvolvimento da consciência do eu

O "ser consciente" ou a consciência nos permite captar as múltiplas senso-percepções procedentes do mundo externo e da própria corporalidade, assim como os conteúdos da vida psíquica, presentes a cada momento e, isto ocorrendo com bastante clareza para cada indivíduo.

A consciência do eu se desenvolve lenta e gradativamente nos primeiros anos de vida. Allport (1973) apresenta três aspectos fundamentais responsáveis pela formação desta consciência: o sentido do eu corporal; o sentido de continuidade da identidade e a auto-estima.

Inúmeras variáveis estariam ligadas a este desenvolvimento. Maturação, sensações corporais repetidas, a memória auxiliada por conceitos verbais, o próprio nome como ponto de apoio, frustrações durante o processo de exploração, manipulação do ambiente e um período de negativismo em que a criança exercita o sentido emergente do eu.

2.2.1 - Sentido do eu corporal

Freud, em sua obra, repetidamente, insistiu na importância do eu corporal no desenvolvimento do ego. A imagem do corpo vai influenciar na diferenciação do eu, entre o self (si mesmo) e o mundo dos objetos. A imagem corporal, portanto, é um fenômeno de presença no mundo social. Um corpo significa que existe um eu e uma personalidade com todos seus sentimentos, emoções, pensamentos, tendências e motivos do mundo. Esta significação é dada pelo outro - tu. Nossa própria imagem não tem significado sem as imagens corporais de outras pessoas. (Freud, 1923)

À medida que a criança explora o ambiente vai transformando o outro em um objeto de experiência diferente de si mesmo. Ocorre, portanto, a importante diferenciação entre o próprio corpo e os objetos exteriores a ele. O objeto corporal que primeiro

diferencia é a figura materna ou sua substituta, isto porque seria a pessoa com quem a criança troca suas primeiras experiências.

Kafka em seu livro "A Metamorfose" mostra com grande maestria como o esquema corporal, ou seja, a concepção do nosso próprio corpo tem relações estreitas com os estados afetivos que resultam dos vínculos entre o self e os objetos mais próximos. Gregório, o protagonista, desperta uma manhã transformado em um inseto. Esta transformação poderia ser explicada como resultado de uma série de fantasias inconscientes que poderiam ser traduzidas pela introjeção, em seu corpo, dos conflitos existentes na sua relação com os familiares. Outra justificativa para a transformação poderia ser a busca de uma satisfação, de natureza regressiva, para poder participar, de um modo permanente, na vida familiar através de uma escolha masoquista de identidade que o levaria, inevitavelmente, a sucumbir às suas tendências auto-destruidoras (Grinberg, 1971).

2.2.2 - Sentido de continuidade da identidade

Como o esquema corporal, a identidade é uma aquisição gradual durante os primeiros anos de vida. O desenvolvimento da locomoção e da linguagem serão fatores que impulsionarão bastante o conhecimento de si mesmo.

O conhecimento do outro antecede o conhecimento do eu. No início não há distinção entre o tu e o eu. A partir da presença do tu é que a criança começa a tomar conhecimento do eu .

Spitz (1957) coloca os 15 meses aproximadamente como o marco da consciência do eu.

Hartmann (1961) em seus estudos, vê da necessidade de discriminar o self como si mesmo em contraposição ao ego, como sistema psíquico. Ego é empregado para denotar "um conjunto de processos psicológicos tais como pensar, perceber, recordar, sentir, que tem uma função de se organizar, de se regular com o self". Ambos são responsáveis pelo desenvolvimento e execução de um plano de ação para alcançar, por um lado, a satisfação dos impulsos internos e, por outro, às exigências do meio ambiente. O self é um conceito intermediário presente nas relações existentes entre os fenômenos intrapsíquicos e os que dizem respeito à experiência pessoal.

Segundo Jacobson (1964) o self é representado no ego a partir de duas situações: a) por incorporação direta das sensações que surgem das funções orgânicas, tanto físicas quanto psíquicas; b) pela percepção indireta do self como objeto do ego.

Freud (1923), a partir do estudo das identificações, investigando as interações entre o mundo de objetos reais externos e o mundo de objetos imaginários internos pôde outorgar importância na influência do meio no desenvolvimento do indivíduo. A teoria do super-ego seria a teoria operacional que explica como a sociedade atua sobre o indivíduo. A sociedade, com toda complexidade de suas instituições, passa a ser uma entidade interna assimilada à estrutura interna do indivíduo.

Kluckholm e Murray (1949) consideram identidade como

combinação específica de papéis de cada indivíduo e, a individualidade, a maneira como são preenchidos esses papéis. A soma da individualidade mais identidade fazem de cada ser humano um ser único.

O papel social permite que as pessoas formem vínculos entre si e com a sociedade. Quando pensamos no outro imediatamente o colocamos num papel. Quando o indivíduo é separado de seu papel, ou privado dele, sofre um "empobrecimento do ego" ou, passa por algum tipo de depressão mental ou física, ou sofre regressão grave, ou mesmo, pode chegar à morte. Podemos exemplificar com o famoso Don Quixote, personagem espetacular de Cervantes. O indivíduo pode chegar a formar um ideal de si mesmo em função do papel que o diferencia dos outros e, começa a adquirir, em função do sistema de classificação que tem vigor em sua sociedade, outras características que o distinguem mais claramente de seus semelhantes, nos quais percebe outros papéis e outras posições.

Posições e papéis servem, portanto, de sistema de referência para comunicar aos indivíduos entre si, porém, cada indivíduo assume o papel de uma maneira que lhe é peculiar.

Os transtornos da consciência do eu psíquico podem levar à despersonalização, característica da doença mental.

2.2.3 - Sentimento de auto-estima

Chegamos a um dos pilares da consciência do eu que será nosso objetivo de estudo propriamente dito.

Para falarmos da auto-estima nos referiremos à cultu-

ra, ao auto-conceito, ao narcisismo, à idealização do eu, a auto-aceitação, a auto-rejeição e ao amor. Somente a partir destes enfoques poderemos ter uma visão global do que seja o sentimento de auto-estima, que, como todo sentimento é difícil de ser conceituado.

O auto-conceito nasce da interação com os outros. Esta interação vai permitir a manutenção ou a mudança de auto-atitudes. A cultura na qual se é criado tem muito a ver com o desenvolvimento de determinadas auto-atitudes (Whitaker, 1977).

Swanson, Massey e Payne (1972) num trabalho sobre tamanho da família, ordem de nascimento e desadaptação, não encontraram diferenças significativas, a não ser no que diz respeito ao primeiro filho. Nas grandes famílias o primeiro filho do sexo masculino é mais bem ajustado do que nas pequenas famílias.

Burgess e Locke (1945) descreveram a família como mudando de um modelo institucional para de companheirismo e sugeriram que estas mudanças são importantes para sua implementação.

Bowlby (1976), da OMS, faz uma análise do grupo familiar sob o ponto de vista da assistência à criança, estabelecendo categorias de causas de inadequação que será visto em capítulo posterior.

Miller e Swanson (1958) criaram o termo "família-colega" para descrever o tipo de unidade familiar importante numa sociedade urbana-industrial.

Parsons (1959) previu que a família tornar-se-ia cada vez mais importante no desempenho de suas funções remanescentes entre as quais, de alta prioridade, estaria a de socialização

de seus membros.

A medida que a criança se desenvolve, faz dos padrões paternos seus próprios padrões através do processo de internalização, conhecido por identificação. Este padrões passarão a ser parte integrante de sua personalidade, estando ou não os pais presentes. Este é o processo de formação do superego que passa a conter em si, as atitudes elogiosas e as críticas que eram, anteriormente, localizadas nos pais. Entretanto, não são somente as figuras parentais internalizadas que funcionarão como censores. O controle do comportamento dependerá também da visão favorável, ou não, outorgada por outras pessoas do ambiente. O grau de auto-estima será bastante influenciado por estas internalizações. O indivíduo chegará a idade adulta com um superego adequado se este fornecer coibições convenientes, se impuser padrões e ideais que a pessoa tenha capacidade de atingir. Neste plano podemos dizer que o indivíduo desenvolverá um grau de auto-estima que lhe dará possibilidades de atuar no ambiente com grande probabilidade de sucesso. Se os pais estabelecem padrões de comportamento e fazem exigências à criança, aquém de suas capacidades, surgirão sentimentos de insuficiência, menos valia e desamparo. Se os pais controlam o comportamento através da frieza, indiferença, sem expressões de amor suficiente, a criança se tornará dependente e terá atitudes de busca de afeto. Se o ambiente lhe é hostil, agredindo-lhe pela negação de meios de sobrevivência ou mesmo, negando-lhe condições adequadas de partilhar desta sociedade, a auto-estima poderá ser afetada por sentimentos de insuficiência e desamparo que poderão se transformar em sentimentos agressivos mascarando a impotência.

[A própria sociedade com suas exigências para o convívio adequado do cidadão, com as oportunidades que poderá oferecer ao indivíduo deverá aceitá-lo ou rejeitá-lo, são variáveis que influenciarão no sentimento de auto-estima.]

2.2.3.1 - Auto-estima e Auto-conceito

[A auto-estima é considerada como o aspecto avaliativo do auto-conceito, ou seja, é definida como um traço de personalidade que diz respeito ao valor que o sujeito atribui à sua própria pessoa. A nossa tendência é buscar em terceiros a manutenção da auto-estima em grau relativamente alto, de maneira que nos sintamos felizes conosco mesmo. Este sentimento, surge de percepções tais como: a) eu sou importante para mim; b) eu sou importante para o outro; c) o outro é importante para mim.]

Se partimos para uma análise de cada situação acima apresentada, veremos que para o item a, variáveis tais como aparência física, capacidade mental, habilidade, aptidões, saúde, serão algumas dentre as inúmeras e fundamentais para a manutenção de um bom nível de auto-estima. Se considerarmos o item b e c, variáveis de natureza social como amor, papel, status, atitudes, amizade, preconceito, situação e aceitação familiar, situação escolar, trabalho, meio social, posses e até idéias, serão variáveis relevantes para o nosso estudo (Whitaker, 1977).

[Podemos concluir destas interações que existe relação direta entre a nossa autovalorização e a valorização que os outros fazem a nosso respeito.]

2.2.3.2 - Auto-estima e seletividade

O ser humano, na maioria das vezes, é seletivo no que diz respeito a relações interpessoais para a manutenção de um grau de auto-estima razoável. [Buscamos no outro, situações que nos sejam bastante favoráveis e elogiosas; buscamos fazer amigos porque entre eles temos a possibilidade de manter a nossa auto-estima em grau ótimo.] A amizade, segundo Whitaker (1977), seria "uma sociedade de admiração mútua", porque cada pessoa na relação ajuda a outra a manter elevada a auto-estima. Podemos ir mais adiante dizendo que a própria estrutura da sociedade, qualquer que seja, serve como apoio aos cidadãos com o objetivo de elevar o nível geral da auto-estima e, que cada cidadão coopera, de algum modo, para que isto ocorra. A verdade é que, quando nos sentimos ameaçados em quaisquer dos níveis anteriormente mencionados, - integridade física, mental, situação no grupo, etc. - somos imediatamente invadidos por algum sentimento negativo como medo, insegurança, ansiedade ou angústia.

Se considerarmos este sentimento negativo perceberemos que o grau da auto-estima foi afetado e, esta afetação é caracterizada pela baixa da auto-estima.]

Rosenfeld (1976) fez uma pesquisa com estudantes católicos sobre a relação entre o grau de auto-estima e os sucessos e as falhas na vida escolar. Quando o estudante relatava seus próprios sucessos atuais mostrava um decréscimo na auto-estima; quando seus sucessos eram relatados pelos colegas, havia um aumento; quando relatava suas falhas não havia mudança. Os estudantes que relatavam os sucessos e as falhas do professor apresenta

vam aumento na auto-estima, em relação a si mesmo e aos colegas. O grau elevado de auto-estima foi associado com registro de sucessos baseados em atingir seus próprios objetivos e se for relatado pelos outros. A baixa e a melhora da auto-estima foram associadas com o registro de sucessos baseados em comparações favoráveis no presente a comportamentos anteriores.

Concluiu-se que não é o simples tratamento em sala de aula que irá elevar o nível da auto-estima. Serão necessários vários tratamentos diferentes e a eficácia de um tratamento particular pode ser função da auto-estima. Estudantes com média e baixa auto-estima melhoram quando induzidos a lembrar de seus sucessos passados e os sucessos de seus professores, tarefa que é menos ameaçadora do que relatar seus sucessos atuais.

2.2.3.3 - Auto-estima e narcisismo

A escola psicanalítica propõe uma concepção de auto-estima em termos de estrutura intrapsíquica ligada ao conceito de narcisismo. Freud (1914) em "Introdução ao Narcisismo" explica o narcisismo (isto é, um grau menor ou maior de preocupação consigo mesmo) primário como uma carga libidinosa primitiva do ego, do qual parte dela será investida nos objetos. Apesar de carregar os objetos, não deixa de subsistir no ego.

Na tese de mestrado, Três Palácios (1969) mostra que as idéias de Freud sobre narcisismo contêm contradições e inconsistências que vêm sendo examinadas e reformuladas por teóricos da Psicanálise. A definição mais amplamente aceita, que se afas-

ta muito pouco da formulação original freudiana, é a de Hartmann (1956), narcisismo é o "investimento libidinal do self".

Teicholz (1978) já apresenta como uma das principais contribuições de Freud à teoria do narcisismo, o reconhecimento de uma estreita relação entre auto-estima e libido narcísista - "todo remanescente do sentimento primitivo de onipotência que sua experiência tenha confirmado, ajuda a aumentar sua auto-estima" (Balint, 1960) e ainda "... devemos reconhecer que a auto-estima depende intimamente da libido narcísista". Esta última conclusão foi tirada a partir da observação de dois fatos: a) o aumento da auto-estima na parafrenia e a redução nas neuroses de transferência; b) a redução da auto-estima quando não se é amado e o aumento quando se é amado.

O conhecimento do narcisismo é possível, portanto, a partir da observação de enfermidades orgânicas, da hipocondria e da vida erótica do sujeito. Quando o indivíduo é acometido de uma dor ou uma doença deixa de se interessar pelo mundo exterior e se concentra em si mesmo, naquilo que está sentindo. O mundo exterior só lhe interessará se tiver algum elo com a atual situação. Enquanto sofre retira o interesse libidinoso dos seus objetos eróticos cessando de amar e, retrai para si, suas cargas da libido para usá-la em direção à cura. Neste momento, ocorre uma baixa na auto-estima já que o indivíduo se sente impotente frente ao mundo e, na dependência de terceiros.

Para Tres Palácios (1979), o narcisismo se apresenta relacionado com o desenvolvimento e a manutenção do ego, superego e da auto-estima. Trata-se de uma etapa necessária à consti-

tuição do indivíduo que, em parte, é abandonada mas que, em parte persiste e, continuamente, tenta se recuperar, sendo estas tentativas criadoras de novas estruturas psíquicas imprescindíveis ao desenvolvimento normal do indivíduo.

Heichmann (1954) fala a respeito da escolha narcisista. "Acá, evidentemente, al hablar de la elección narcisista de objeto no se refiere al hecho de que el objeto elegido por la mujer lo sea a imagen y semejanza del yo que elige; lo que se quiere destacar es que mediante ese narcisismo del sujeto, es decir, su auto-estima" ... "la elección narcisista del objeto abarca tanto la elección que se ha realizado a imagen y semejanza del yo, como la que se ha realizado para elevar la auto-estima, la vivência de perfección, de completud, de omnipotencia".

Considerando como elemento do narcisismo a auto-estima, a onipotência e o amor-próprio, foi observado que aqueles que desvalorizam o papel da agressão sublinham apenas dois aspectos do narcisismo: amor-próprio e regulação de auto-estima; enquanto que, os que a superestimam, lidam primariamente com as vicissitudes da onipotência (Spruell, 1965).

Outra maneira de se estudar o narcisismo é através da vida erótica humana. As primeiras satisfações sexuais são de caráter auto-erótico e se baseiam nas funções vitais de conservação. Os instintos sexuais se apoiam, em princípio, na satisfação dos instintos do ego e só, posteriormente, se fazem independentes deste. Os primeiros objetos sexuais seriam as pessoas que se ocupam da alimentação, cuidados e proteção da criança, ou seja, a mãe ou substituta.

O ego, parte consciente da personalidade que funciona como mediador entre os problemas criados pelo id, pelo meio ambiente e pelas proibições aceitas, frequentemente usa de mecanismos de defesa a fim de impedir ofensas a auto-estima. Através da racionalização, por exemplo, o ego pode negar a existência de obstáculos e inventa saídas e estratégias que são apenas falsas soluções para os problemas da existência. É uma forma de compensação que engana, não tanto aos outros quanto à própria pessoa. Este comportamento é importante porque evita ferimento no amor-próprio ou auto-estima. Exemplo de racionalização: o jovem que explica para outro que não passou no vestibular de Medicina porque não era esta carreira que realmente lhe interessava.

Freud (1914) coloca a consciência moral como a instância psíquica especial encarregada de cuidar da satisfação narcísica do eu ideal, de vigiar o eu atual e cotejá-las. A consciência moral teria, então, o poder de observar, advertir e criticar nossas intenções, cuidando de que agíssemos de acordo com as normas da sociedade. É um indicador que nos diz que alguma atividade nossa perturba ou perturbou algum aspecto importante da nossa auto-imagem. A violação da consciência moral provoca angústia e sentimentos de culpa, como veremos no capítulo seguinte.

2.2.3.4 - Auto-estima e a idealização do eu

[Antes de nos reportarmos a esta relação fundamental partiremos do eu consciente ou o eu real que vem a ser a atitude do ser humano frente a si mesmo, como ele pensa a respeito de si próprio, como se descreve, como se situa no mundo .

Este eu real compreende atitudes conscientes que podem obedecer a um continuum desde a auto-aprovação à auto-desaprovação, convicções a respeito do seu valor ou da sua falta de valor, compreendendo, também, da auto-aceitação até a amarga auto-rejeição.

O eu ideal estaria ligado ao que o indivíduo desejaria ser, que poderia ser, que pensa que poderia ser, ou, o que está tentando ser. Poder-se-ia dizer que o eu ideal seria a soma total das idéias de uma pessoa a respeito do que gostaria de ser em oposição ao que ela é. (Laplanche & Pontalis, 1970).

Uma pessoa pode ter idéias a respeito de si própria que são irracionais à luz das suas próprias idéias anteriores ou em relação a tudo que pode ser conhecido a seu respeito pelos outros. A expressão "idealização do eu" significa um sistema de idéias irracionais e de atitudes em relação ao eu. Do ponto de vista do indivíduo os elementos dessa imagem idealizada são reais e não fictícias.

Podemos dizer que é do contraste entre a percepção do ego real e a representação do ego ideal que surge uma "tensão narcísica" que gera o impulso à identificação. Essa tensão será reduzida quando houver a percepção do ego real de acordo com a representação do ego ideal.

A idealização do eu é uma forma de auto-diminuição, ocorre quando o indivíduo apresenta "idéias fixas" irracionais, ou usa mecanismos de defesa sem reconhecer que os está usando ou sem saber a razão do seu uso. Pode assumir a forma de considerar uma fraqueza como uma fortaleza ou pode mascarar qualidades admiráveis com fraquezas auto-imputadas. Por exemplo, o jovem

tem grandes possibilidades, nega-as, adotando uma atitude de "ninguém poderia gostar de mim".

A idealização do eu é uma das formas de levar a auto-estima a um nível baixo que poderá ter implicações com condutas não adequadas do sujeito como depressão ou sentir-se rejeitado (Allport, 1973).

2.2.3.5 - Auto-aceitação e auto-rejeição

O indivíduo que se aceita a si próprio apresenta uma avaliação realista de seus recursos combinada com apreciação do seu valor, tem suas próprias convicções sem se escravizar à opinião dos outros e conhece suas limitações. São indivíduos que tem auto-estima em grau razoável com tendência a elevá-la ou baixá-la segundo às situações.

O indivíduo que se rejeita apresenta atitudes de auto-reprovação, auto-diminuição, falta de confiança em si, sentimento de menos-valia, de não merecer as satisfações e êxitos que obtem. Inclui severos sentimentos de culpa com aspectos de condenação eterna. Outra característica é uma severa auto-crítica. Usam muito do mecanismo de projeção, no sentido de que atribuem a outros, atitudes de desaprovação em relação a si próprio.

Um dos sintomas de auto-rejeição é se apresentar auto-destrutivo envolvendo-se, constantemente, em dificuldades, correndo risco de ser punido ou de ser atingido por uma desgraça. Trágico, ainda, na rejeição a si próprio é agir de modo que os outros confirmem a má opinião que tem de si próprio. É seu pró-

prio inimigo. Apossou-se de toda má qualidade de sua hereditariedade e da aspereza do seu meio ambiente agregando a tudo isto o fato de que tudo é culpa sua, ele não presta.

O indivíduo que não se aceita a si mesmo tem um baixo grau de auto-estima que pode ser mascarado por atuações no meio ambiente de aparente elevado grau de auto-estima.

Smith (1975) observou que há relação significativa entre as variáveis - privação de valores essenciais e comportamento auto-destrutivo. Os padrões de comportamento afetivo que descrevem a personalidade tipicamente auto-destrutiva ocorrem com grande frequência entre sujeitos que exibiam alto nível de privação de valores essenciais.

Por outro lado, Ducharme (1975) comparou alienação, idade, densidade de população e auto-conceito. Concluiu que o grau de alienação não tem efeito interacional significativo sobre a idade e a densidade de população, porém, o auto-conceito é inversamente proporcional ao grau de alienação. Isto quer dizer que indivíduos com baixo grau de auto-conceito são mais alienados do que os indivíduos com elevado auto-conceito.

2.2.3.6 - Variabilidade do grau de auto-estima

O grau de auto-estima varia num continuum. Os sentimentos de inferioridade, auto-rejeição, auto-punição, as depressões são aspectos que mostram o sujeito com sentimento de baixa auto-estima (amor-próprio ferido).

A aceitação de si mesmo, a boa adaptação ao meio, a

auto-confiança são características presentes no indivíduo que apresenta um bom nível de auto-estima.

[Devemos chamar a atenção para as extremidades do continuum. Tanto o muito baixo como o elevado grau de auto-estima denotam situações que poderão ser consideradas patológicas e , portanto, necessitando de intervenção a nível terapêutico.

O alto grau de auto-estima revela indivíduos extremamente orgulhosos, intolerantes, que mostram agressividade incompatível com a situação, características psicopáticas, desejo de assumir liderança autoritária e de serem senhores da situação a to do custo pela necessidade de terem seguidores. Estes comportamentos, passíveis de crítica pela sua inadequação, podem mascarar sentimentos de auto-insuficiência ou baixo grau de auto-estima.]

Poe (1975) apresentou um trabalho muito interessante sobre auto-conceito e o comportamento de imitação. Seus resultados indicam que sujeitos com baixo auto-conceito usam mais do comportamento de imitação do que os sujeitos com elevado auto-conceito; observou ainda que os sujeitos com baixo-conceito imitam mais os modelos competentes do que um modelo-par (companheiro); e que há uma tendência geral na direção de imitar modelos competentes mais do que modelo-par, mesmo entre os sujeitos de elevado auto-conceito. Destes achados, Poe chama atenção para a importância das características relevantes de personalidade que podem ser usadas como variáveis modeladoras do comportamento de imitação.

2.2.3.7 - Auto-estima e amor

Como vimos anteriormente, a convicção de que somos de samados leva-nos à perda da auto-estima, perda esta que virã acompanhada de depressão. A sensação de inutilidade e de rebaixamento da auto-estima são elementos importantes para o estado egóico.

A criança mostra-se particularmente sensível a este fenômeno. A sua dependência bastante real de seus pais coloca-a numa posição em que a formação da sua auto-estima depende da ajuda e do amor dos pais.

[Segundo Rosenberg (1955) "talvez um dos apelos mais importantes do amor romântico seja a grande intensidade com a qual a admiração mútua é mantida". O amor correspondido representa um grande amparo para a auto-estima.]

O ser amado constitui o fim e a satisfação na eleição narcísica do objeto.

Não é difícil observar que a carga de libido dos objetos não intensifica a auto-percepção. A dependência do objeto amado é causa de depressão. O enamorado é humilde. O que ama perde uma parte de seu narcisismo e só pode compensá-lo sendo amado.

A percepção da impotência, da impossibilidade de amar por causa de perturbações físicas ou anímicas diminui extraordinariamente a auto-percepção.

Fromm (1965) em "A Arte de Amar", apresenta o amor

maduro como a resposta ao problema da existência humana. O amor maduro é a união sob a condição de preservar a integridade de cada um, sua individualidade. Amar é um poder ativo no homem, e dar é a mais alta expressão da sua potencialidade. Dar é mais importante do que receber, porque no ato de dar repousa a expressão do nosso existir.

2.3 - Conclusão

A auto-estima seria um dos aspectos importantes no desenvolvimento da consciência do eu. Não podemos separar a auto-estima da percepção do eu corporal e da auto-identidade.

As experiências nos primeiros anos de vida seriam muito importantes para a formação da consciência do eu.

O conhecimento do outro antecede o conhecimento de si mesmo e a interrelação entre eu e tu é fundamental para o desenvolvimento da personalidade singular.

O papel que cada indivíduo exerce na sociedade servirá como sistema de referência entre os próprios indivíduos.

A cultura representada pelos pais, irmãos, familiares, professores, passa a fazer parte do próprio indivíduo e tem muito a ver com a formação de determinadas auto-attitudes.

A auto-estima seria o valor que o indivíduo atribui a si mesmo, sendo importante para esta avaliação o conceito do outro sobre o indivíduo.

Existe uma tendência no ser humano de selecionar entre

as pessoas, aquelas que poderão manter a auto-estima em grau elevado. (A amizade seria "uma sociedade de admiração mútua")

Já os teóricos da Psicanálise dizem que a auto-estima depende intimamente da libido narcísica. O grau de auto-estima estaria relacionado com a maneira como foi investida a energia libidinal.

A idealização do eu seria uma das maneiras de alterar o grau de auto-estima. Como é uma forma de auto-diminuição levaria a auto-estima a um nível baixo.

A auto-aceitação é uma das condições que mantêm a auto-estima em grau adequado, enquanto a auto-rejeição, da mesma maneira que a idealização do eu, mantêm a auto-estima em grau baixo.

A auto-estima varia num continuum em que ambos os extremos podem ser considerados patológicos. (O indivíduo considerado "normal" seria aquele que pode apresentar em determinadas situações, alto ou baixo grau de auto-estima, porém, com condições de reestruturação quando assim se fizer necessário.)

O amor seria fundamental para manter em nível elevado e adequado a auto-estima. O amar e ser amado é a reciprocidade esperada pela maioria dos seres humanos.

(Freud (1914) nos fala da importância da consciência moral. Não podemos deixar de lembrar que o padrão da consciência moral se relaciona, de alguma forma, com o padrão singular de exigências de ajustamento. A idade, o sexo, a profissão, o status econômico, a constituição da personalidade, bem como outras variáveis, ajudam a determinar as exigências que lhe são feitas.)

[O padrão de tensão enfrentado por uma criança é diferente do enfrentado pelo operário ou pelo diretor de uma empresa. O ajustamento às exigências do dia a dia deve ouvir a voz interna da consciência moral.]

No capítulo seguinte onde explicitaremos um pouco mais o desenvolvimento da consciência moral, variável bastante relevante, não só para a manutenção do grau adequado de auto-estima, como também na etiologia da delinquência.

3. DESENVOLVIMENTO MORAL

3.1 - Introdução

Primeiramente vamos tentar explicitar o que se entende por juízo moral. Trata-se das idéias e atitudes no que diz respeito às normas, à justiça, aos valores, ao comportamento ético.

O desenvolvimento moral é fundamental na gênese da delinqüência. Os sentimentos que surgem ou não a partir dos julgamentos que a criança deve fazer das suas próprias experiências, podem alterar o grau de auto-estima, como também atuar sobre o seu comportamento.

Em conformidade com o nosso ponto de vista, o elevado grau de auto-estima estaria mais de acordo com os jovens que não fazem julgamento depreciativo de suas atitudes. Enquanto os jovens que apresentam baixo grau seriam aqueles que se carregam de culpa e ouvindo o seu próprio íntimo, se sentem incapazes frente ao mundo que os rodeia.

A formação da auto-imagem e a ampliação do eu se iniciam ao redor dos quatro anos. A criança começa a saber o que os pais querem dela e começa a compreender se as expectativas estariam de acordo com a imagem que começa a fazer de si mesma. Os rudimentos da consciência moral já estariam presentes e a criança poderá criar fantasias a respeito do seu próprio ser como adulto. Isto quer dizer que já estaria colocando os alicerces para intenções, objetivos, auto-conhecimento, responsabilidade moral.

O início da escolaridade reforçará o sentido de identi-
dade, a sua auto-imagem e o seu eu, começa a ter limites mais
ampliados. Neste momento a criança percebe novas exigências por
parte dos outros, exigências estas diferentes das regras pater-
nas. Surgem os colegas e com eles normas obrigatórias a serem se-
guidas, para participação e permanência no grupo.

A criança vai interiorizando noções de certo e errado,
bom e mau, obrigações, justiça, direitos e deveres, de acordo
com o código ético da sociedade. À medida que a criança experi-
menta sentimentos de culpa, vergonha, remorsos e ansiedade ao
transgredir normas morais, está se formando a consciência moral.

O processo de desenvolvimento moral envolve tanto as-
pectos internos ligados à estrutura da personalidade, quanto a
aspectos externos de socialização e ajustamento.

O mundo atual exige do jovem o desenvolvimento de vá-
rios aspectos da consciência moral, cada um deles de acordo com
um determinado tipo de relação social, ou seja, as relações mo-
rais dentro da família, da escola, da comunidade, etc., obedecem
a padrões característicos.

O amadurecimento moral interno é um processo longo e
lento. Da aprendizagem do certo e errado, da orientação paterna,
a criança no correr do seu desenvolvimento chega à capacidade
de tomar decisões e fazer julgamentos baseados nestes princípios
interiorizados. Durante o desenvolvimento moral é normal que o-
corram perplexidades e confusões. Segundo Hurlock (1964), estas
perplexidades e confusões podem refletir as limitações intelectu-
ais da criança; o tipo de ensino a qual foi submetida; as mudan-

ças nos valores sociais; a percepção da inconsistência entre o que os adultos dizem e o que fazem; a percepção da inconsistência nas situações, tais como a seguinte: os pais dizem que não devem brigar e os colegas dizem que se não brigarem são covardes.

3.2 - Piaget e o desenvolvimento moral

Iremos considerar algumas posições de Piaget no presente trabalho, para que se torne bem explícita a importância do estudo da moral no comportamento desviado.

Segundo Piaget (1932), a criança antes de frequentar a escola primária, manifesta uma atitude de heteronomia, no que diz respeito às normas dos adultos. Considera-as sagradas, imutáveis e inflexíveis. Não consegue conceber os valores morais como relativos, e sim, como fixos e eternos. Isto porque do ponto de vista cognitivo, ela própria, criança, é egocêntrica. A partir dos sete anos, quando começa a participar ativamente do grupo de companheiros, as regras e valores tendem a se tornar menos absolutos e autoritários, passando a depender do consenso do grupo. Será o desenvolvimento progressivo da consciência moral autônoma.

Quanto à conformidade do comportamento da criança com as normas, Piaget identificou várias etapas. Na etapa 1, a criança usa de "regras motoras", ou seja, no final do 1º ano, a criança começa a brincar sem tentar se adaptar às regras sociais, desenvolvendo rituais particulares. Na etapa 2 (3-5 anos), a criança imita o comportamento e normas dos mais velhos, porém, assimi

la o que vê aos seus próprios esquemas egocêntricos, variando as regras a cada instante. Nesta etapa ainda é socialmente isolada. Dos 7-8 anos em diante começa o jogo autenticamente social, de acordo com um conjunto de regras mutuamente organizadas. Na etapa 3 (11-12 anos), a apreensão das regras e conformidade com elas, ainda não estão completamente estabelecidas. Na etapa 4, as regras são inteiramente compreendidas e obedecidas.

As noções verbalizadas da criança em relação às regras também passariam por desenvolvimento lento e progressivo, até o final da infância, como dissemos no início. Primeiramente, as regras simplesmente não fazem parte do espaço da vida infantil. Em seguida, as regras dos jogos passam a ser fixas e imutáveis, de acordo com as normas que está aprendendo dos pais. Ao mesmo tempo que considera as regras como sagradas e invioláveis em seu pensamento consciente, a criança as transgride a cada instante em seu pensamento concreto. Por volta dos 10-11 anos manifesta atitudes e crenças relativas às regras que são completamente diferentes. Elas podem mudar desde que as pessoas estejam de acordo em respeitá-las. Não são dadas por Deus, nem são eternas.

Quanto à concepção de justiça na criança, Piaget partiu do estudo das formas como deve ser o castigo (justiça retributiva). Distingue duas classes de castigo: a) castigo expiatório - quem comete o ato deve pagar; o castigo deve ser proporcional à gravidade do dano causado; b) castigo por reciprocidade - o castigo deve estar logicamente relacionado com o delito, ou seja, a criança deve ter conhecimento da natureza e das consequências do seu ato. As crianças menores tendem ao castigo expiatório, enquanto as crianças maiores escolhem o castigo recíproco.

Piaget ainda fala na justiça imanente. Isto quer dizer que a própria natureza pagará pelas más ações. Exemplo: " Pedro não faça isso porque você será castigado". Em seguida, Pedro continua a comportar-se inadequadamente. Leva um tombo e se machuca. Sua mãe diz: "Eu não disse que você seria castigado"? Aqui, encontrou que as crianças menores são mais propensas a crer neste tipo de justiça do que as maiores.

Outras investigações foram feitas a respeito da "justiça distributiva". Isto é, como devem ser distribuídas as recompensas e castigos entre os membros do grupo. Até os 7-8 anos o que a autoridade decidir é considerado justo. Entre os 7-8 anos e 11-12 anos, a criança pensa que qualquer que seja a circunstância, todos devem ser julgados igualmente, é a época em que é fanática pelo igualitarismo. A partir dos 11-12 anos, a criança já tem condições de dosar a igualdade com a equidade variando a dosagem não só em função da situação que se apresenta, como também, de acordo com as próprias características da criança.

Partindo destes trabalhos, Piaget construiu sua teoria do desenvolvimento moral. Esta teoria nos diz que, na infância parece existir dois códigos de ética moral. O primeiro que surge é o código moral de coação, formado no contexto das relações unilaterais entre a criança, como inferior, e o adulto como superior. A criança se adapta às proibições e sanções como absolutos morais, não são questionáveis e são sagrados. No código moral de coação para se avaliar a iniquidade dos atos (falsidade, desobediência) só se consideram consequências manifestas, não as intenções e os motivos implícitos. A justiça se resume no poder da autoridade e não é vista distribuindo equitativamente as punições

e recompensas de modo que estas, tenham uma relação significativa com os atos que as originaram.

Com a continuação do desenvolvimento da criança, o código baseado na coação é substituído, pelo menos parcialmente, por um código moral de cooperação. Este se forma a partir das relações recíprocas entre pessoas de igual status, baseadas no respeito mútuo. Não é unilateral como o anterior. Com a compreensão do papel dos motivos que levam o indivíduo a agir desta ou daquela maneira, ou seja, responsável pela sua própria ação e pela ação dos demais e compreendendo as consequências de um ato anti-social, a criança chega à "raison d'être" básica do código moral como um bem autônomo e, essencial para o funcionamento, com integridade, de qualquer unidade social. As más ações são julgadas com critérios tanto motivacionais como objetivos e a justiça, situada agora no contexto social, é vista em termos de igualdade e equidade (Flavell, 1974).

3.3 - Aprendizagem da conduta moral

Para Wrenn (1949) uma pessoa moralmente madura é "um indivíduo disciplinado que possui completo domínio de si mesmo, que dirige a situação dentro de si mesmo e sem regulação externa". O indivíduo dentro deste enfoque considera o bem estar do grupo, assim como os diferentes indivíduos que integram o conjunto.

A aprendizagem da conduta moral poderia ser adquirida por três caminhos distintos: através de recompensas ou puni-

ções; pela imitação inconsciente daqueles que o indivíduo considera como seu "ideal"; através da reflexão que permite elaborar princípios morais de caráter geral que poderão ser aplicáveis à situações futuras.

O jovem se depara com as contradições dos valores morais. À medida que se desenvolve descobre que existem variações segundo sua posição sócio-econômica, sexo, nacionalidade e muitos outros fatores.

É comum o jovem não se comportar de acordo com as regras sociais, com as normas do grupo. Se a divergência é pequena, qualifica-se de ato de delito leve. Considera-se como tal a má conduta voluntária, a ação que causa danos ou desobediência de tipo menor. Por outro lado, as divergências mais graves se denominam delinquência juvenil. É difícil traçar uma separação entre o ato de delito leve e a delinquência juvenil; um critério bom é o efeito que o comportamento exerce sobre o grupo. Quando provoca dano aos demais classifica-se como delinquência.

3.4 - Reações emocionais a transgressões

As experiências de culpa e vergonha estão ligadas ao estudo do desenvolvimento da consciência moral como sentimentos que surgem após transgressões às normas.

Antes de Freud, os teóricos em Psicologia haviam dado pouca importância a infância na formação da personalidade. Freud não só deu importância, como apontou esta fase evolutiva como principal fonte de traumas, responsáveis por deformações do com-

portamento na fase adulta. Suas observações o levaram a esquematização da estrutura do psiquismo humano e a compreensão das forças dinâmicas que agiriam nestas estruturas.

O superego, instância que nos interessa no momento seria a própria consciência moral. À medida que a criança sente culpa ou vergonha teremos os sinais de que o superego infantil está se formando, ou seja, a polícia interna que poderá mudar o rumo de suas ações.

Freud (1907), em seu trabalho *Psicanálise Aplicada nos* fala do "delinquente por sentimento de culpa". Neste trabalho analítico chegou à conclusão de que certos atos ilícitos (furtos, fraudes) eram cometidos principalmente porque eram proibidos e, que, a sua execução trazia alívio psíquico. O sujeito sofria de um penoso sentimento de culpa, de origem desconhecida e, uma vez cometida a falta concreta, sentiria alívio. Afirma que o sentimento de culpa existia antes do delito e não procedia dele, pelo contrário, o delito é que procedia do sentimento de culpa. Chamou estes sujeitos de "delinquentes por sentimento de culpa". Continuando os seus estudos psicanalíticos, concluiu que este sentimento procedia do complexo de Édipo, da situação de matar o pai e ficar com a mãe.

Horney (1966) com outro enfoque, coloca o sentimento de culpa como expressão da ansiedade ou de defesa contra ela. Diz ainda que na "nossa cultura é mais nobre temer a Deus do que aos homens, ou falando em termos não religiosos, a abster-se de algo devido a consciência e não por medo de ser apanhado".

Se a relação entre pais e filhos é de autoridade, ha-

verá uma tendência para que a crítica seja proibida. A proibição poderá ser aberta. Neste caso é concretizada através das punições ou se fará sentir através de premissas de ordem moral. Se a proibição à crítica for de natureza velada, a criança entenderá que é pecado criticar os pais. As reações infantis a esta situação podem variar desde a revolta até o sentimento de culpa. As tímidas não ousam mostrar ressentimentos, nem têm condições de pensar que os pais estão errados. Como os pais estão sempre certos elas é que estão em falta.

É um processo, não de natureza intelectual e sim, emocional; não é determinado pelo raciocínio e sim, pelo medo. A criança começa a se sentir culpada e pode desenvolver uma tendência para procurar e encontrar defeitos em si mesmo, pode levar a sentir-se inferior em vez de culpada. Neste momento, a auto-estima é afetada.

Esse tipo de reação poderá ser alterado se mudar o ambiente em que a criança vive ou se surgirem pessoas que a apoiem e a escutem ou, resumindo, que lhe dêem apoio emocional. Caso isto não ocorra a tendência é que estas auto-acusações se tornem mais fortes. O ressentimento contra todos vai se acumulando gradativamente, cresce também o medo de manifestar ressentimento devido ao temor de ser desmascarada.

Estes comportamentos não estarão presentes nos sociopatas. Estes apresentarão, da infância à idade adulta, distúrbios de natureza anti-social e, são sempre agressivos, impulsivos, arrojados. A história do sociopata se parece com a do delinquente. O sociopata apresenta um distúrbio mental diferente. O

paciente mental mostra culpa, remorso, ansiedade em relação ao problemas que está causando; o sociopata não se incomoda com regras sociais e, portanto, sua reabilitação é uma tarefa demasiadamente árdua. A sociedade e aqueles que a representam podem geralmente se assemelhar ao que chamamos de consciência moral mas, isto não funciona com o sociopata. Parecem buscar constantemente novidades e experiências variadas especialmente se elas provêm alguma forma de estimulação.

3.4.1 - Culpa e vergonha

A culpa seria um sentimento associado a auto-punição que o indivíduo impõe a si mesmo por ter magoado a alguém a quem estima. É um dos mecanismos psicológicos importante na socialização do indivíduo já que funciona como uma polícia interna, servindo para manter o comportamento compatível com os valores morais da sociedade. Este sentimento se desenvolve lentamente manifestando-se no final da infância e início da adolescência. Inclusive, há padrões de educação paterna baseados em inculcar culpa nas crianças substituindo os métodos mais violentos de punição corporal. Porém, não será a educação baseada na culpa uma violentação muito maior do que o castigo corporal ?

Vergonha seria um sentimento de ansiedade provocado por outros. Refere-se à reação emocional que o indivíduo experimenta após um julgamento negativo, uma denúncia ou depreciação por outras pessoas (Ausubel, 1966).

Benedict (1946) levantou a hipótese de que existem cul

turas que são orientadas para o sentimento de culpa como reação à transgressão e, outras, predominantemente orientadas para o sentimento de vergonha ou ansiedade provocada por outros. Por exemplo, em sociedades como a norte-americana, em virtude da orientação dominante da cultura, as crianças exibem mais sentimentos de culpa enquanto que, no Japão, as crianças exibem mais sentimento de vergonha. Estes estudos de Benedict foram evidenciados também por McMichael e Grinder (1966).

Os jovens que não sofrem culpa nem vergonha, não têm afeição ou preocupação para com os demais, apresentariam "consciência psicopática".

Stephenson (1976) num teste de predição sobre delinquência confirmou que quanto maior a deficiência de atributos da consciência tanto maior a probabilidade de que haja desajuste do tipo anti-social. Este autor ainda indica que as atitudes positivas e de aceitação da mãe são de grande importância para o desenvolvimento, no filho, da capacidade de experimentar a culpa.

3.5 - Violação de normas e adolescência

É importante que consideremos o comportamento violador de normas em função dos sistemas institucionais existentes dentro de determinada cultura e dos critérios, segundo os quais, se caracteriza a violação em cada sistema, como severa e significativa (Pfromm, 1971). As normas podem diferir de cultura para cultura, como também entre as classes sociais. Para saber se um comportamento violador de normas é grave, moderado ou leve ou mesmo,

inexistente, deve ser considerada uma série de fatores.

Kvaraceus e Miller (1960) apresentam 4 critérios a serem analisados no comportamento violador de normas: seriedade, forma, frequência e relações entre o ato, o comportamento anterior e a personalidade do indivíduo. O grau de seriedade da ação violadora é determinado pela natureza específica da ofensa. Ex.: tirar um lápis de um colega e não devolvê-lo não é tão grave quanto abrir sua carteira e tirar dinheiro.

Uma transgressão não faz necessariamente um delinquente. A frequência com que ocorre os atos anti-sociais é variável a ser considerada. A significação da transgressão juvenil deve ser avaliada em função de ações anteriores, dos hábitos do adolescente e de sua personalidade.

3.6 - Tipologia do comportamento violador de normas

A figura 1 representa os 4 tipos básicos de adolescentes violadores:

Comportamento	Violador de regras (delinquentes)	(2) Não perturbado emocionalmente, mas violador de regras de modo frequente e severo; a maior parte dos "delinquentes".	(3) Perturbação emocional e violação de regras séria e persistente; patologia evidente.
	Não violador de regras (não delinquentes)	(1) Não perturbado emocionalmente e não violador de regras, a não ser ocasionalmente e ao nível de "faltas menores". Jovem não delinquente ou "ajustado".	(4) Jovem emocionalmente perturbado, evidenciando patologia, sem comportamento violador de normas ou regras; e "não delinquente" que é emocionalmente perturbado; o tipo intrapunitivo.
		Pouca ou não demonstrável de modo manifesto.	Manifestações patológicas claras.

Patologia

Fig. 1 - Tipologia do comportamento violador de normas (segundo Kvaraceus e Miller, 1960).

1) O adolescente normal, tanto do ponto de vista mental como emocional, não se envolve em atos de violação de normas, sérias, isto não quer dizer que uma vez ou outra possa praticar ações nocivas de pouca gravidade. Não necessita de atenções especiais por parte das instituições e se converte em cidadão ajustado e útil.

2) O adolescente delinquente com pouca ou nenhuma perturbação emocional. Envolve-se frequentemente em violações de normas; não manifesta sinais patológicos quando submetido a exame psiquiátrico; em geral, pertence a classe baixa e reflete seu ambiente cultural; pequenos furtos, linguagem obscena, vagabundagem não são consideradas violações sérias para ele, embora a sociedade em geral, encare como transgressões graves.

3) O adolescente delinquente e perturbado emocionalmente que pratica ações violadoras de normas manifesta perturbações mentais e emocionais associadas a sentimentos profundos de ansiedade, inadequação, inferioridade e culpa. Neste caso, o comportamento está ligado a conflitos e dificuldades nas relações interpessoais. De modo geral, o ambiente cultural é menos responsável do que os fatores relacionados com estados emocionais internos.

4) O adolescente é perturbado mas não é delinquente; embora não exiba comportamento violador de normas manifesto, está emocionalmente ou mentalmente enfermo. Nesta categoria se incluem os jovens arredios, tímidos e isolados, com consciência obsessiva, perturbados sexualmente, etc.

Lowrey (1958) em seus estudos, apresenta outra classificação com quatro tipos de comportamento social:

1) O comportamento é satisfatório para o indivíduo e socialmente

adequado. Neste caso considera-se conduta NORMAL não havendo pro
blemas, nem para o indivíduo nem para a sociedade.

2) O comportamento é insatisfatório para o indivíduo, porém, so-
cialmente adequado. Temos, então, o desajustamento leve. Quando
há o agravamento, o indivíduo pode ser levado à neurose.

3) O comportamento é satisfatório para o indivíduo, porém, inade-
quado do ponto de vista social. Temos, então, o comportamento
problema, atitude anti-social - delinquência.

4) Comportamento é insatisfatório para o indivíduo e socialmente
inadequado. Neste caso, teremos a delinquência neurótica ou psi-
cótica. (em Kvaraceus, 1960).

3.7 - Conclusão

A consciência moral se desenvolve a partir da infân-
cia, como resultado da introjeção de conceitos, de normas, valo-
res, código ético, próprios da sociedade em que se está inserido.
Os pais, educadores, o grupo, que estão mais próximos da criança
serão os instrumentos necessários para que ocorra o desenvolvi-
mento.

Quando há transgressão das normas institucionalizadas
surgem sentimentos como culpa, vergonha e ansiedade que servirão
de alerta para situações futuras.

Se o indivíduo não apresentar sentimentos frente a
atos anti-sociais diz-se que é um sociopata.

Sob o ponto de vista de Piaget, o desenvolvimento mo-

ral é um processo lento e contínuo que vai sendo assimilado pela criança através de suas experiências no mundo; obedece a etapas tanto no que diz respeito a aprendizagem de normas quanto a aprendizagem do conceito de justiça.

Diz-se que o indivíduo tem um comportamento violador quando seus atos são contrários às normas institucionalizadas . A delinquência estaria ligada a um comportamento que poderia ser considerado adequado pelo violador, porém, inadequado do ponto de vista do outro, ou seja, da sociedade.

4 . DELINQUÊNCIA JUVENIL

4.1 - Introdução

A delinquência juvenil, segundo Kvaraceus e Miller (1960) "não é uma doença com duração de 24 horas, que se desenvolve da noite para o dia. Dificuldades sérias e persistentes com a lei, em virtude de atos ilegais cometidos continuamente por jovens, podem ser ligadas a uma extensa sequência de causa e efeito, que envolve tanto fatores relativos à comunidade, como fatores relacionados com a personalidade. Conhecendo alguns dos antecedentes do comportamento violador de normas, o observador treinado pode ser capaz de identificar uma pista indicadora de delinquência no futuro".

Knobel (1976) explica que o adolescente apresenta uma vulnerabilidade especial para assimilar os impactos projetivos dos pais, irmãos, amigos e, de toda a sociedade.

A sociedade, recorrendo a um mecanismo esquizoide, faz com que suas próprias partes em conflito - como a juventude - adquira as características de tudo que é ruim. A severidade e a violência com que, às vezes, se pretende reprimir um jovem só leva a um distanciamento maior, a um maior aumento dos conflitos desenvolvendo-se, cada vez mais, personalidades e grupos sociais mais anormais, que implicam em auto-destruição suicida da sociedade.

Vemos o adolescente de ambos os sexos, em conflito, numa posição marginal, frente a uma sociedade que o coarta e o re-

prime. Esta marginalidade pode levar o jovem à psicopatia, à atividade delituosa ou pode funcionar, também, como mecanismo de defesa que o jovem recorrerá para preservar os valores essenciais da espécie humana - a capacidade de se adaptar modificando o meio que trata de lhe negar a satisfação instintiva e a possibilidade de chegar a ser um adulto positivo e criativo.

Pode-se dizer que "a adolescência é o período vital em que através de uma desestruturação estruturante permite o confronto crítico com a realidade interna e externa, mediante progressivos mecanismos de discriminação". (Knobel, 1976)

Segundo Bovet, a delinquência é fenômeno bio-psico-social, cuja definição variará segundo o enfoque psicológico, jurídico, sociológico, etc. (em Nosphitz, 1960). Optamos pelo enfoque jurídico por ser o de mais fácil operacionalidade. Delinquência juvenil é a violação da lei penal por menores, em geral até 18 anos; esta definição pode ser ampliada à violações potenciais ou, tentativas, ainda que não consumadas. Podendo, ainda, considerar os comportamentos anti-sociais do menor que interferem nos direitos de outras pessoas, constituindo ameaças ao bem estar do próprio menor ou da comunidade.

Jã Cavallieri (1978) em "Direito do Menor" propõe o seguinte conceito: Menor infrator é uma pessoa de até 18 anos de idade, que pratica ato previsto em lei penal sujeitando-se a medidas prescritas na legislação especial. A fuga à denominação "delinquente" foi em concordância com Achard (1967) já que o menor é inimputável e ainda, há condutas anti-sociais que não correspondem a tipos criminais e evita o estigma social.

As principais causas da delinquência mais consideradas seriam de ordem individuais, familiares, escolares e comunitárias.

Segundo Noshptiz (1960) vários fatores estariam associados sendo relevantes: a super-estimulação, a super-gratificação e a super-privação.

A super-estimulação estaria associada à "fome de sensações" do adolescente. O jovem, em geral, gosta de viver intensamente as situações e experimentar novas sensações. Quando os canais socialmente adequados (festas, prática de esporte, clubes, etc.) não estão abertos ou não são suficientes, por alguma razão, o jovem buscará estas sensações em atividades consideradas anti-sociais.

A super-gratificação estaria ligada às experiências que podem ter início na primeira infância, marcando o ego do indivíduo. A criança supergratificada é aquela que se habitua a conseguir tudo o que deseja, não conhecendo seus próprios limites e invadindo os limites do outro.

A super-privação envolve o conceito de rejeição pelos pais e os efeitos negativos que produz no desenvolvimento infantil. O caso extremo é o da criança que nasce em lar, marcado pela miséria, onde não são possíveis as refeições regulares. Como consequência a criança se desenvolve com sentimentos de revolta, sente-se plenamente justificada na sua hostilidade e desconfiança. O resultado é a convicção de que não conseguirá o que quer da vida, de modo lícito, desenvolvendo a racionalização em torno do comportamento anti-social. Para este tipo, o bando emerge naturalmente como modo de satisfazer as necessidades emocionais de

segurança.

Os sociólogos sustentam, com certa lógica que, a delinquência é "produto do processo simples e direto da aprendizagem social".

Poderíamos dizer que o delinquente seria um indivíduo desajustado, internamente, quanto à satisfação de suas necessidades psicológicas básicas e, externamente, quanto à sua adaptação normal à sociedade em que vive.

4.2 - Teorias sobre a delinquência juvenil

4.2.1 - Introdução

Reckless (1969) afirma que desde o século XIX surgiram teorias sobre comportamentos anti-sociais, sendo que a maioria delas não têm resistido no tempo. Agrupa as teorias em 3 campos ou escolas:

- 1) Teorias de natureza biológica ou constitucional - nestas, as raízes do desvio de conduta são procuradas nos caracteres físicos e mentais, herdados ou congênitos.
- 2) Teorias de origem psicogenética - a formação do caráter anti-social se vincula a relações defeituosas na família, nos primeiros anos de vida.
- 3) Teorias de natureza sociológica - as pressões e as dificuldades do meio social provocam a conduta delinquente ou criminal.

Tieghi (1976), primeiramente, se refere a teorias e investigações sobre processos de conduta, dando ênfase às seguintes classificações:

- 1) Teorias monogenéticas - o ato anti-social seria explicado por causas, seja de origem filogenética ou seja, ontogenética. As teorias heredo/degenerativas assinalam a linha filogenética, como essencial, na gênese do comportamento desviado; as teorias ambientalistas dão importância primordial aos fatores mesológicos.
- 2) Teorias dinâmico-genéticas - reconhecem a incidência de ambos fatores, seu caráter interatuante e dinâmico. A conduta seria mais do que uma resultante ontogênica e filogênica.

Em seguida, Tieghi, num critério mais adequado à realidade atual apresenta as seguintes divisões:

- 1) Teorias biofilogenéticas que se correspondem com as biológicas e as genéticas;
- 2) Teorias psicofisiológicas-sociais. As teorias de natureza psicológica estariam: a) em consonância com as modernas descobertas da psicofisiologia e da neurofisiologia; b) de acordo com a posição dos neobehavioristas que introduziram o organismo (O) na teoria E-R; a relação Estímulo-Organismo-Resposta (E-O-R) existente entre o meio (E = estímulo), a condução nervosa e modificação do estado fisiológico (O = organismo) e a resultante psicológica deter

minada pelas variáveis de estímulo e as intra-orga
nismicas (R = resposta); c) sofrendo influência da
Psicanálise que trouxe contribuições valiosas ao
desenvolvimento da Psicologia.

Resumindo, compreende-se que não podem existir, cienti
ficamente, mais que teorias integrativas, ao menos no que diz
respeito a relação entre a Psicologia, a Fisiologia, a Sociolo
gia e a Genética no estudo do comportamento anti-social.

4.2.2 - Teorias de natureza psicogênica e caracterológica

Não temos dúvidas sobre a influência dos fatores ambi
entais na formação da personalidade delinquente, porém, para
complementar a etiologia da delinquência vamos nos referir aos
fatores psicógenos e bio-psicológicos. A Comissão Francesa da
Infância, no 29 Congresso Internacional de Criminologia em Pa
ris, 1950, expressou o seguinte: "... não se deve perder de vis
ta que toda a divisão de fatores é arbitrária; na prática, os
fatores se ligam uns aos outros, e, em particular os fatores so
ciais não têm nenhuma ação na delinquência juvenil se não esti
verem integrados por fatores individuais próprios que os tornam
eficazes".

Friedlander (1966) afirma, em seu estudo psicanalítico
sobre a delinquência juvenil, que as primeiras influências ambi
entais deixam a sua marca na mente infantil e, por outro lado,
não há conflito mental que não se deva, tanto a fatores ambien
tais quanto a fatores psicológicos.

Para David (1974) as condições ambientais adversas levarão ao comportamento anti-social somente quando existe previamente um estado de delinquência latente, ou, uma formação caracterológica anti-social.

A Psicologia e a Sociologia têm que manter uma máxima interrelação no que diz respeito à conduta do menor delinquente. A primeira apresentando como foi modelada a vida psíquica do sujeito e, a segunda, averiguando de que modo esta modelação vivencia o seu ambiente.

George Mead (1964), psicólogo social expressou: "Enquanto o destino e o eu são essencialmente produtos sociais, produtos ou fenômenos do aspecto social da experiência humana, os mecanismos fisiológicos que possibilitam tal experiência, não são irrelevantes e sim, indispensáveis à sua gênese e existência".

Ambos os enfoques poderiam ser vistos sob o prisma gestáltico onde figura e fundo se superpõem.

4.2.2.1 - Fatores Psicogênicos

A Psicanálise encontra no ato anti-social do menor a resolução de conflitos inconscientes infantis, cujas origens estariam no âmbito familiar. O delito, portanto, seria uma reação afetiva originada por um conflito.

Segundo a interpretação psicanalítica, as diversas situações na relação do menor com seus pais, seriam causas para a ocorrência da conduta anti-social. Vamos analisar alguns des-

tes principais fatores:

- a) A perda, a separação ou a desvalorização afetiva do genitor. A ausência da mãe causa perturbações afetivas que levam à inadaptação social do menor, porém, é a falta do pai, que seria a fonte mais intensa na produção da personalidade delinquente. Segundo a Psicanálise, a figura paterna representa para o menino as restrições próprias das sociedades civilizadas. Para viver bem na comunidade o menino deve reprimir e transformar tanto o seu instinto sexual como sua agressividade. O super-ego do menor é resultado, em grande parte, da identificação com o pai. Quando a figura paterna está ausente pode se produzir uma debilidade no super-ego, ocasionando uma desordem das tendências instintivas. O mesmo ocorrerá se houver desvalorização da figura paterna frente a auto-estima do filho. Consideremos, ainda, o caso em que o menor substitua o pai, não conhecido ou desaparecido, por uma figura paterna imaginária, com a qual vai tratar de se identificar. Dentro desta situação, o menor vai atuar assumindo um papel de poder e autoridade. Como nesta atividade não ocorre a regulação repressora que existiria se houvesse um pai real vai se produzir um desborde instintivo, sem distinção de atos sociais permitidos ou proibidos. (A. Freud, 1976)

- b) Clima ético da família. Como o código moral do menor é resultante da identificação com seus pais e, se estes praticam comportamentos anti-sociais o menor terá um estilo de vida semelhante. Lebovici (1950) assinalou estes problemas e mostrou a importância da unidade e estabilidade familiar, como fator de integração do menor à sociedade.
- c) O conflito edipiano. A não resolução do conflito de Édipo seria a vertente mais importante da conduta anti-social. Isto porque quando a situação familiar não permite a superação satisfatória deste problema e o estabelecimento de uma relação amistosa com o pai, vão se originar conflitos que podem gerar: medo excessivo ao pai; uma fixação passivo-feminina do menor frente ao pai ou à delinquência neurótica.
- d) Primeiras experiências infantis em relação com a mãe. A Psicanálise dá ênfase na importância dos transtornos afetivos da criança com a mãe, na fase oral. Há numerosos casos de delinquência que resultam da fixação inconsciente da personalidade da criança nesta fase. (Friedlander, 1966)
- e) Disciplina defeituosa. Queremos dizer com isto que no estabelecimento da relação afetiva entre pais e filhos, os primeiros submetem o menor a um regime de vida em que há contradições entre excessiva severidade e liberdade descontrolada. Esta atitude

ambivalente dos pais vai reforçar algumas tendências instintivas e ao mesmo tempo frustrar radicalmente, outras.

Segundo Freud (1923), existe um mecanismo psicológico do delito. A tendência ao crime se deve ao desejo inconsciente de ser castigado, como consequência de impulsos desconhecidos e torturantes de um sentimento de culpa não resolvido. As investigações de Freud (1923), Alexander e outros (1962), tentaram comprovar que a conduta delinquente respondia a um mecanismo subjacente, movido pelo complexo de Édipo. O portador do complexo de Édipo, que não foi capaz de superá-lo, sentir-se-á culpado do incesto, por um juiz implacável instalado no seu próprio psiquismo, numa determinada etapa da infância. O conflito, no sentimento de culpa, traduziria o choque entre o ego que cede aos desejos incestuosos simbolicamente cumpridos no roubo, no atentado ao crime, e as restrições do super-ego que acusa e tortura o sujeito por suas intenções desaprovadas exigindo, em compensação, o castigo. A punição funcionaria como um fator importante, libertando altas tensões angustiantes. Sintetizando, o sentimento de culpa, o delito e a punição seriam elementos necessários da mesma tragédia, cuja raiz estaria no complexo de Édipo.

A posição psicanalítica sobre a delinquência juvenil tem sofrido várias críticas. Esta explicação psicanalítica se complica, ainda sem solução, quando tenta estabelecer a diferença entre sistema neurótico e sistema delituoso, usando o mesmo complexo de Édipo e determinando o mesmo sentimento de culpa. No entanto, o comportamento neurótico é diferente do delinquente .

Enquanto, no comportamento neurótico os desejos inconscientes derivados do complexo originam gratificações substitutas a nível de fantasia, o comportamento delituoso se precipita na ação, afetando de maneira direta, a outra pessoa, que simboliza o objeto sexual da infância.

Sutherland e Cohen (1955) têm criticado as explicações da delinquência baseadas em um ou em vários fatores. Com efeito, uma teoria não explicará a criminalidade em virtude de um só fator, mas sim, em virtude de um certo número de variáveis. Quando dizemos que procedem de vários fatores, também não esgotamos uma teoria sobre o problema da delinquência. Uma simples enumeração de fatores não constitui uma explanação teórica. Podemos acrescentar ainda que, os fatores se confundem com as causas e, não somente isto, como também, assume-se que cada uma delas tem poder suficiente para gerar o ato anti-social. Assim, cada vez que se fala de crime ou de problema social, tende-se a mencionar uma série de fatores que, se presume, originam o ato deliquencial.

O enfoque psicológico e sociológico devem se integrar com estudos de estruturas e tendências caracterológicas que escapam a análise do conflito e que aparecem como realmente dadas ao indivíduo. A Caracterologia abrangeria a perspectiva de fundo sobre a qual haveria de se articular a tensão dinâmica dos fatores psicológicos e ambientais, se quisermos ter uma visão gestáltica. É importante evitar dogmatismos teóricos, por isso, o trabalho futuro deveria consistir em averiguar, detalhadamente, quais os fatores psicológicos que têm o papel específico no ato anti-social, que influência têm em cada estrutura da perso

nalidade, e, em que momento desencadeiam com os fatores ambientais o ato delituoso do menor. Psicologia, Sociologia e Caracterologia convergiriam, assim, num enfoque integral sobre o delicto.

A tentativa da autora deste trabalho é tentar isolar uma das variáveis psicológicas - auto-estima - e através de um trabalho de campo tentar correlacionar esta variável com o ato delituoso em si, ou seja, se haveria relação entre o grau de auto-estima e o tipo de delito cometido.

Bergman (1966) analisou o problemas dos fatores psicológicos que estruturam o comportamento delituoso. Segundo este autor, o conceito de delinquência juvenil é usado vagamente com referência a grande disparidade de síndromes e padrões sintomáticos de conduta. Entretanto, a maioria dos "delinquentes" mostra uma necessidade primária de atuar de uma maneira não aceita pela sociedade, em virtude de uma desorganização particular do funcionamento de processos psíquicos. Esta perturbação tem sido classificada como desordem caracterológica anti-social. O conceito anti-social, implica em dizer que houve uma perturbação básica no processo de socialização desses jovens. Em vez de manifestações neuróticas ou psicopáticas, o sujeito se defende de seus conflitos através de uma conduta inadequada do ponto de vista social.

Em geral, esta conduta se expressa através de atos incontrolados, hostis e agressivos em direção à propriedade ou na pessoa de outros, numa tentativa de evitar tensão ou ansiedade. Estes padrões de conduta estão:

- a) em conflito com valores sociais;
- b) voltados para a preocupação exclusiva consigo mesmo em satisfazer suas próprias necessidades;
- c) ligados à falta de sentimento de culpa ou remorso;
- d) relacionados com o desenvolvimento, manifestam-se mais à medida que o menor cresce. Daí surgem os conhecidos sintomas de deserção escolar, desafios a outros menores, atos ilegais, tais como furto, assalto, roubo, luta com outros menores, fuga do lar, irresponsabilidade, etc.

Há um período em que estes sintomas se mantêm em estado latente. Durante esta etapa, o sujeito mostra comportamentos incontroláveis, agressivos ou de desafio quando não consegue o que quer, falta de consideração com os direitos de propriedade de outros sujeitos e, um forte ressentimento em relação aos irmãos.

Numerosos estudos enfatizaram as relações do menino com a mãe, mãe esta que não aceita ou é hostil ao filho, resultando em perturbação emocional da criança.

Em certos lares de nível sócio-econômico baixo existe, ou a ausência da mãe ou a ausência do pai; quando este está presente tem atitudes violentas e ditatoriais em relação ao filho.

À medida que a criança chega ao final do primeiro ano de vida, o comportamento motor passa a dominar a sua conduta. Sua atividade agressiva oral, chega ao máximo e é a etapa em que começa a se diferenciar dos outros. Esta é a etapa justamen

te em que a criança requer mais cuidado, ajuda, apoio e supervi-
 são da mãe para satisfazer, conter e dirigir seus impulsos a pa-
 drões adaptativos. Quando a criança experimenta esta relação res-
 ponde à mãe e à imagem dela internalizada com qualidade afetiva
 de amor e confiança. Se a mãe não mostra afetividade, é indife-
 rente ou cruel, a criança a vê como quem nega a atender às suas
 necessidades e pode responder com ódio. A criança odeia e este
 ódio em relação à imagem e à pessoa real da mãe se converte num
 sentimento generalizado, mais importante, em relação ao mundo
 em que vive. A ausência do amor cria um vazio que é preenchido
 com o ódio mais intenso, e este conflito tem consequência grave
 no desenvolvimento da criança. Às vezes, as mães liberam
 seus sentimentos de agressão em relação aos maridos incitando as
 crianças a desafiá-los ou provocá-los. Isto vai aumentar o res-
 sentimento e a amargura. Além disso, a relação da criança com
 sua mãe, baseada no ódio, tem efeito sobre a própria identida-
 de sexual. No desejo de substituir a mãe como objeto de amor,
 poderão surgir tendências a experiências sexuais perversas e po-
 derão associar sexo com horror, violência e confusão.

Sobre essa estrutura primária sem equilíbrio, chega o
 período da adolescência. Alguns desses jovens tornam-se delin-
 quentes, alcoolatras ou vão fazer uso de drogas.

Healy e Bronner (1936) mostraram, no resultado de suas
 pesquisas, que um indivíduo se torna delinquente através de pul-
 sões internas insatisfeitas em oportunidades dadas pela cultura,
 dedicando-se à atividades substitutas que oferecem, pelo menos,
 satisfação parcial dessas pulsões.

Eysenck (1957) descreveu uma teoria de socialização, derivada da obra de Mowrer (1950). Esta teoria faz uma distinção básica entre a aprendizagem de formas adestradas de comportamentos e a aprendizagem de valores. A primeira considera a aquisição de comportamentos, habilidades que são auto-reforçadoras (andar, falar, etc.) e que, em geral, a sociedade também aprova. Anima-se a criança para que pratique e domine essas habilidades. Quanto à segunda forma, a sociedade busca, frequentemente, proteger-se, treinando a criança a inibir certas formas de comportamento, cuja prática (ex.: agressividade incontrolada) seria perigosa para os membros desta sociedade. Uma vez que, a criança experimenta, muitas vezes, uma forte pulsão para realizar estes comportamentos, resulta essencial que a sociedade a treine para inibi-los.

Portanto, a socialização essencialmente implica no treinamento de conformidade com certas regras de comportamento estabelecidas pela sociedade, como essenciais para sua própria preservação, regras que frequentemente entram em conflito com as necessidades naturais da criança. Este treinamento logra-se basicamente, mediante a prática de treinamento passivo de evitação, na qual, a aproximação inicial à execução do ato indesejável provoca temor condicionado (ansiedade), que dá lugar à inibição do ato quando este apenas se inicia. Finalmente, a mediação cognoscitiva impede que se dê o começo do ato.

As técnicas básicas de treinamento de temor condicionado são: o castigo físico e a supressão da aprovação dos pais. A internalização dos estímulos que produzem o temor condicionado é essencial quando se deseja desenvolver a "consciência" e

autorregular o comportamento socialmente aprovado. (Eysenck , 1960).

Eysenck (1964), estudando as variáveis da personalidade, observou que tanto o neuroticismo quanto a introversão-extroversão poderiam ser variáveis determinantes das diferenças individuais no grau de socialização. Os extrovertidos seriam mais diffceis de serem socializados do que os introvertidos. Existe grande evidência neste sentido. O treinamento em socialização implicaria em aquisição de respostas condicionadas de temor. O neuroticismo (alta labilidade autônoma) interatuaria de forma complexa com a extroversão.

O grau de socialização dependeria da quantidade de treinamento dada pelos pais e pelos outros agentes socializadores. Uma criança extrovertida com predisposição constitucional para desenvolver padrões extrovertidos de comportamento e, por conseguinte, basicamente difícil de ser socializada, pode se converter em uma pessoa totalmente socializada se for submetida, durante seu desenvolvimento, a um treinamento de socialização suficientemente severo e prolongado. O inverso para uma criança com predisposição constitucional a desenvolver padrões basicamente introvertidos, fácil de ser socializada, pode tornar-se subsocializada se for submetida a pouco ou nenhum treinamento e pode, então, adquirir com facilidade, condutas anti-sociais de diversas classes, presentes numa subcultura delinquente.

A anomalia se encontra na área da aprendizagem emocional.

Resumindo, a teoria estabelece que o grau de socializa

ção é função, primeiramente, da interação de duas variáveis básicas do condicionamento e do grau e severidade do treinamento social e, que, socialização essencialmente inclui desenvolvimento de respostas mediadoras condicionadas de temor que inibem a tendência a realizar atos anti-sociais.

A crítica que se faz a esta teoria está na complexidade das interações e, particularmente, o fato de que a maioria das investigações se faz sobre o produto final, tornando extremamente difícil submeter à prova a teoria geral que relaciona extroversão-introversão com falhas na socialização. O comportamento delinquente seria resultado final da interação de uma multiplicidade de fatores.

Quay (1964) mostrou evidência substancial, baseado em estudos de análise fatorial, da multidimensionalidade da delinquência. Quay e Quay (1965) comparando a estrutura fatorial destas avaliações de comportamento em grupos de delinquentes e não delinquentes encontraram essencialmente a mesma estrutura fatorial em ambos e, sustentaram por conseguinte, a posição de que há um continuum delinquência-não delinquência. Para eles, há pelo menos, 4 grandes grupos de atos delinquentes: 1) trapaças simples; 2) impulsividade e delinquência de busca de emoções; 3) agressão interpessoal; 4) agressão impessoal (isto quer dizer, crime contra o patrimônio).

Quay, Peterson e Consalvi (1960) examinando o problema viram que a delinquência psicopática estava associada com cometer crimes contra pessoas, reincidência, comportamento problemático durante o encarceramento e a institucionalização pro-

longada, não se relacionando com inteligência nem ansiedade. A delinquência neurótica estava relacionada com ansiedade e, delinquente com história de conflito familiar apresentava inteligência inferior. Partindo deste trabalho indicaram 3 tipos de delinquentes: o psicopata não socializado; o subcultural socializado e o delinquente neurótico abreativo.

Os delinquentes foram discriminados consistentemente dos não delinquentes segundo duas variáveis que se relacionam com extroversão: orientação temporal e impulsividade. A crença de que os delinquentes estão mais orientados para o presente (pouca perspectiva de futuro) foi verificada numa série de estudos experimentais sobre orientação para o futuro (Barndt e Johnson, 1955; Siegman, 1961); (Davids, Kidder e Heich, 1962) ; (Stain, Sarbin e Kulik, 1968). A maior impulsividade foi demonstrada por testes objetivos (Rankim e Wikoff, 1964) e psicomotores (Kelly e Feldman, 1964).

Apesar da natureza heterogênea dos grupos de delinquentes utilizados nos estudos mencionados, parece emergir do delinquente um padrão bastante consistente como um indivíduo relativamente não socializado, extrovertido, neurótico e impulsivo.

4.2.3 - Teorias de natureza sociogênica

A teoria da "Associação Diferencial" de Sutherland (1949) nos diz que o indivíduo se torna delinquente ou criminoso por um excesso de associação de condutas anti-sociais. Isto

significa que a delinquência seria uma maneira de comportamento comunitário, isto é, o indivíduo se torna delinquente da mesma maneira que aprende qualquer outro comportamento. Se ele participa de um grupo em que o comportamento anti-social é institucionalizado, passará a se comportar da mesma maneira que o grupo.

A teoria de Sutherland é modelo de teoria de base sociológica.

As teorias de base psicogênica, defendidas pelos estudiosos da Psicanálise não são suficientes para os sociólogos que vêem na teoria de Sutherland um estudo mais completo.

Um dos grandes teóricos da delinquência, professor Albert Cohen, da Universidade de Connecticut, sociólogo, colaborador de Sutherland, segue o seu pensamento, porém, vai mais adiante levando a delinquência juvenil a um modelo estritamente sociológico. Escreveu a "Teoria das Sub-Culturas". Este termo sub-cultura é empregado em relação a uma cultura que seria matriz e, com um sistema social mais amplo onde estaria inserida. Como exemplo poderíamos dizer que, o Brasil seria uma cultura que faria parte, juntamente com outras nações, da comunidade latino-americana.

Cohen (1955) define a conduta delinquente como o comportamento que transgride normas institucionalizadas, isto é, maneiras de atuar que são compartilhadas e reconhecidas como legítimas num determinado sistema social.

O ponto de partida de sua teoria é a proposição de que "toda ação é o resultado de esforços contínuos para solucionar problemas de adaptação. Estes problemas seriam sempre em

função da personalidade com seus objetivos, valores, temperamento, etc. e o ambiente não-humano. Se tomarmos uma determinada personalidade como quadro de referência, em uma determinada situação em que assume propriedades de ameaças e promessas, obstáculos e oportunidades, desalentos e satisfações, os problemas de adaptação seriam funções de campos sociais locais e dependem igualmente da personalidade e os componentes situacionais de tais campos".

	personalidade
Adaptação	situações
função de	ambiente não humano

Cohen (1958) nos diz que mostrar a existência de adaptação e explicá-la não clarifica por que as pessoas atuam desta ou daquela maneira e muito menos, explicará o comportamento delinquente.

Ter um problema de adaptação é encontrar-se num estado de tensão ou seja, "ter urgência de fazer algo". Para a maioria dos problemas de adaptação existe um certo número de soluções, algumas delas consideradas "normais" e outras consideradas "desviadas". Em um dado momento deverá ser escolhida uma alternativa de ação e, nesta ocasião, surge o "grupo de referência" que funcionará como modelo. Para Cohen, o grupo de referência seriam os grupos ou indivíduos cujas perspectivas, normas, padrões de conduta assumimos e tornamo-las nossas, e ainda, seria o grupo em que buscaríamos satisfazer relações humanas como aceitação, amor, popularidade, etc. Estas relações funcionarão

como reforço se estiverem de acordo com as expectativas que são institucionalizadas nestes grupos. As soluções que se afastem do que é aceito pelo grupo conduzirá a alienação e ao isolamento gerando mais problemas em vez de solucioná-los.

Quando o indivíduo tem que escolher a solução para um problema ele escolherá a que seja mais compatível com o seu grupo de referência. Quando o sistema social é integrado estarão à disposição dos indivíduos soluções que são ao mesmo tempo adequadas (reduzoras de tensão) e institucionalizadas (sustentadas por um sistema de valor comum). Porém, nem todas as comunidades podem prover todos os indivíduos com soluções adequadas a todos os problemas de adaptação, neste caso, o indivíduo vai usar de conformidade, ou seja, o indivíduo vai conviver com seus problemas, tolerar certa quantidade de frustração ou conflito que poderão ser amenizados por diversos mecanismos de adaptação, como por exemplo, diminuir o seu nível de aspiração.

Quando o grupo de referência não atende às soluções adequadas, o indivíduo pode buscá-las em outro grupo, cuja cultura proporciona as respostas de que necessita. Em todos os grandes sistemas sociais há sempre um intercâmbio incessante entre os grupos.

A "subcultura", segundo Cohen, vai surgir quando vários indivíduos têm problemas semelhantes de adaptação, sem soluções institucionalizadas, e, não há grupos de referência, alternativos, em disposição, que proporcionem respostas mais convenientes e sustentadas culturalmente. Estes indivíduos vão formar laços de simpatia e solidariedade, gravitando entre si, for

mando um novo conjunto de normas e expectativas. O resultado desta interação será uma nova subcultura, elaborada coletivamente, e criada, a partir das necessidades, problemas e circunstâncias comuns aos seus participantes.

Cohen ainda mostra que há condições na sociedade que facilitam esse tipo de resposta.

A subcultura delinquente, na classe operária, nos EE. UU., segundo Cohen, pode ser caracterizada por 3 formas: 1) não é utilitária, isto quer dizer que não visa lucros ou ganancia. Os objetos roubados não são artigos úteis a quem os roubou, em geral, eles se desfazem do produto do roubo. As outras formas de atos delinquentes, como por exemplo, a destruição ou deterioração da propriedade, são formas não utilitárias do comportamento; 2) é maliciosa, isto quer dizer que é para incomodar, aborrecer outras pessoas, especialmente as consideradas "respeitáveis"; 3) é negativa, isto quer dizer que para o delinquente o que ele faz não é totalmente correto segundo suas normas, porém, é correto desde que esteja em oposição às normas convencionais.

Se extrapolarmos este enfoque de Cohen para a subcultura delinquente de nosso país, na classe operária urbana, veremos que em alguns aspectos coincidem com o ponto de vista das três formas, porém, devemos considerar uma série de outras variáveis como a estrutura sócio-econômica diferente, o nível de renda familiar, o tipo de família, etc.

A subcultura delinquente seria resposta à inabilidade do jovem socializado, nas camadas mais baixas da sociedade, em realizar valores que predominam numa sociedade de classe média.

As normas de uma sociedade de classe média põem ênfase em certos temas como responsabilidade individual, aquisição de hábitos e atitudes acadêmicas, modos, cortezia, inibição da espontaneidade, habilidade para adiar as gratificações com o fim de alcançar objetivos planejados. Estas normas são ensinadas pelos educadores e a classe operária tem que se adaptar. Os hábitos de educação na classe baixa se afastam deste modelo. Os jovens não têm treino em disciplina, em controle de emoções, em adiar suas gratificações, etc. Quando um jovem da classe baixa se compara com um jovem da classe média ele fracassa, porque não pode alcançar as expectativas de uma sociedade de classe média. Os mesmos fatos que para um jovem de classe média significam possibilidade de triunfo e êxito, para o de classe baixa significa fracasso e frustração. Ocorre, então, que, os jovens que têm o mesmo tipo de frustração se reúnem, constituem uma subcultura e, por um mecanismo de "formação reativa", tendem a destruir aqueles valores da classe média que para eles significam frustrações mais constantes. Nesta situação, a classe média não é aceita como grupo de referência e, a subcultura, o bando, assume a função de conferir prestígio a seus membros que realizem atos contrários aos valores da classe média.

Uma das críticas que se faz a teoria de Cohen é que ele explica a delinquência pela existência de uma subcultura cujos valores estariam em oposição aos da sociedade, enquanto seus críticos dizem que a delinquência é expressão de valores presentes na sociedade, porém, valores não manifestos e sim, subterrâneos, para serem exercitados em circunstâncias e ocasiões propícias. O delinquente juvenil estaria, então, dando ênfase só a

uma parte dos valores que são aceitos pela sociedade, aqueles que não podem ser aceitos publicamente, porém, que se praticam subterraneamente.

Veblen (em Matza-Sykes, 1961) quando fala sobre a "elite ociosa" liga o delinquente à sociedade, já que ambos exercitam a ociosidade. A delinquência mais que um produto de uma subcultura específica deve ser considerada como uma extensão dos valores da sociedade.

Outra crítica a Cohen é quanto ao termo subcultura, em que seria mais adequado "contra-cultura" por descrever normas que estão em conflito com a sociedade em geral.

Outros estudos assinalam que a participação na subcultura delinquente é resultante direta da incapacidade do jovem assumir papéis e responsabilidades da vida adulta, isto é, falta de "internalização" das normas que caracterizam uma conduta madura (Bordna, 1962).

Miller (1958), em sua teoria, defende a delinquência juvenil em bando como adaptação da adolescência à cultura da classe trabalhadora. Seria um meio de alcançar status, condições e valores próprios desta classe. Assim, a rudeza, a excitação de viver perigosamente, a esperteza, a crença no destino, o viver com problemas constantes seriam algumas características da cultura desta classe que o bando de delinquente exercita. Não se tratando, portanto, de uma subcultura como diz Cohen, e sim, mais de uma extensão dos valores da sociedade.

Merton (1957) na teoria sobre estrutura social e anomia nos diz que, quando uma sociedade tem como importante cer-

tos objetivos e valores e, ao mesmo tempo, certas classes e subculturas têm dificuldade de atingi-los, pela falta de oportunidade, vão surgir desvios de comportamento como função deste fenômeno. Donde se conclue que a cultura desviada é função da relação entre certos objetivos e valores culturais e, a existência de meios institucionalizados de atingi-los, sejam estes legítimos ou ilegítimos. Merton apresenta cinco maneiras fundamentais de resposta de adaptação ao sistema sócio-jurídico: conformidade, inovação, ritualismo, abandono ou deserção e rebelião.

Cloward e Ohlin (1960) causaram grande impacto com a teoria da "oportunidade diferencial" baseada na teoria de Sutherland e na de Merton, ambas já expostas. Estes autores fizeram uma análise da natureza das oportunidades existentes na sociedade e também, das limitações que os jovens encontram nas favelas e que determinam o tipo de comportamento desviado que aprenderam. Cloward e Ohlin dizem "nossa hipótese pode ser sintetizada como segue: a disparidade entre o que os jovens da classe baixa são induzidos a querer e, o que lhes é realmente oferecido constitui fonte de problemas graves de adaptação. Sugerimos que os adolescentes que constituem as subculturas delinquentes internalizaram uma ênfase nos objetivos da sociedade. Ao encontrar limitações nos caminhos legítimos para alcançar estes objetivos, e incapazes de limitar suas aspirações, surgem frustrações intensas; o resultado é a exploração de alternativas ilegítimas". Concentraram a análise sobre três tipos fundamentais de possível adaptação: a criminosa, a conflitiva e a de abandono. Cada uma delas florescerá em determinados ambientes e, segundo a presença ou ausência de determinados traços.

Um ambiente ilegítimo, isto é, não de acordo com as instituições legalizadas pode ser um ambiente estável de transmissão cultural de condutas de transgressão à lei. Há relação entre as gerações onde os delinquentes já estabelecidos de mais idade treinam os mais jovens no caminho do delito. Neste ambiente as condições são ótimas para o aparecimento da subcultura criminosa que se especializa em roubo, furto, no crime contra a propriedade ou o delito de tipo lucrativo, bem planejado, calculado e protegido. Uma organização do crime, estável, racional e sistemática.

Já em outras áreas instáveis não há o contato de gerações delinquentes, portanto, não há transmissão cultural de conteúdos ilegítimos. O bando toma o caminho da violência como a maneira de escapar dos seus problemas. É a subcultura conflitiva. Segundo Cloward e Ohlin, este seria o tipo descrito por Cohen quando caracterizou o bando delinquente juvenil como violento, negativista, malicioso, sem reconhecer as outras possibilidades do bando. No bando conflitivo, o critério mais importante é o valor pessoal, a coragem para enfrentar a luta, a capacidade de superar o sofrimento e o ataque.

O terceiro tipo é a cultura do abandono. Aqui a conduta do bando consiste, em grande parte, no uso de drogas e narcóticos. Para Merton, o comportamento de abandono é resultado do bloqueio de alternativas legítimas e da incapacidade para recorrer a alternativa ilegítima, em virtude de proibições internas. O indivíduo, assim bloqueado duplamente, se refugia no mundo artificial da droga.

Estes tipos teóricos nos parecem um enfoque bastante

fecundo que mostra intimamente as conexões do bando delinquente com o mundo que o rodeia.

A questão teórica fundamental continua: por que os delinquentes e os não delinquentes reagem de maneira diferente frente às oportunidades legítimas e ilegítimas abertas a eles? O importante seria determinar as bases da percepção do jovem em relação às oportunidades de um sistema que em dado momento vê como fechado.

Winick (1964), outro teórico da delinquência, apresenta três fatos fundamentais que contribuiriam para explicitar o comportamento delinquente que aparece nas sociedades de massas: a preocupação dos adultos com respeito ao mundo dos adolescentes; o desaparecimento do mistério do mundo adulto a respeito dos adolescentes; a difusão de formas culturais da classe baixa no mundo da classe média e alta.

Winick sugere como problema fundamental a difusão das atividades delituosas do mundo adulto na mente juvenil. Em segundo lugar, o mesmo mundo adolescente que foi invadido pelo adulto no que diz respeito a seu modo de vida, danças, roupas, música, etc. Com isto, o jovem não pode guardar para si nenhuma privacidade, acudindo ao mundo delinquente para aí se refugiar. A delinquência juvenil apareceria como fenômeno inevitável da comunicação de massa e da sociedade de massas.

Karavaceus e Miller (1959) afirmam que os valores essenciais, esquemas e padrões de conduta, a ênfase na esperteza, a admiração pela força e poder físico, tudo isto parece ser importante para a adaptação do jovem em setores da sociedade de nível

sócio-econômico menos favorecido. Sob este ponto de vista, haveria relação íntima entre o tipo de delinquência e a maneira de viver.

Matza e Sykes (1961) assinalaram que os delinquentes estão profundamente comprometidos com uma busca incessante de excitação, desafio e perigo. É precisamente o fato de um ato ser proibido por lei que outorga a realização do mesmo. Todos autores assinalam que não há preocupação com o trabalho, os delinquentes sonham com grandes realizações e êxitos que deverão surgir subitamente. Evita, se pode, o trabalho comum numa oficina, numa fábrica ou num escritório. Preocupam-se muito com dinheiro, porém, não para economizá-lo e sim para gastá-lo, imediatamente. Outra característica seria a agressão ou violência como forma de demonstração de masculinidade, aí estaria presente o conceito de "machismo".

A agressão e a violência é mostrada pela sociedade em livros, revistas, televisão, cinema, além das notícias permanentes de guerra e revoluções, conflitos de origem étnica, ideológica ou mesmo, o tratamento dos policiais aos cidadãos.

Assim, o delinquente juvenil mais do que possuir valores contrários aos da sociedade em que vive, representaria uma caricatura deles.

Como postura central para explicar a delinquência juvenil deveríamos partir da semelhança dos seus valores com a sociedade em geral, mais do que da contradição entre eles.

4.2.4 - Anomia

Toda realidade social inclui, necessariamente, elementos anti-sociais e fatores de desorganização que formam o processo patológico dentro do grupo.

A civilização industrial moderna, pela complexidade de suas formas grupais, cria focos de tensões internas que nada mais são do que indicadores de um processo de desintegração.

Sociólogos e pesquisadores sociais buscam obter elementos que tornem possível o controle dos processos de desorganização analisando, definindo seus aspectos patológicos.

Sob a idéia geral de anomia agrupam-se diversas interpretações de fenômenos do comportamento anormal, tentando explicá-la a partir do relacionamento entre o cumprimento e o não-cumprimento das normas de condutas sociais.

Etimologicamente falando anomia significa inexistência de normas. É um conceito que ainda dá margens para uma série de discussões no campo da Sociologia. Sua idéia central está relacionada com a rejeição ou ineficácia das normas de conduta social. Durkheim (1967) foi quem primeiro empregou o termo quando analisou as diversas consequências patológicas da divisão de trabalho social.

Para Durkheim a divisão do trabalho em setores ou instituições ou funções diferentes dificulta a interação estreita e contínua entre os membros da sociedade, resultando no impedimento de formar, progressivamente, um sistema de regras comuns e de quadros de consenso. (M. Rosa, 1978).

Merton (1968), já citado anteriormente, foi quem melhor abordou o tema com a teoria sobre estrutura social e anomia. Observou que, quando uma sociedade insiste sobre certos objetivos e valores (seriam as "coisas pelas quais vale a pena fazer força") e, ao mesmo tempo impossibilita ou dificulta uma certa camada social de alcançá-los, devido a falta de oportunidades, a existência e o tipo de desvios de conduta surgiriam como função das estruturas sociais e dos níveis culturais.

Merton numa análise da sociedade norte-americana mostrou que uma das variáveis dominantes era o sucesso pessoal englobando a idéia de realização, através da riqueza e do prestígio. O exagero dessa valorização fez surgir um desequilíbrio entre esta meta e os meios socialmente aceitos para atingi-la. A estrutura social inadequada para se alcançar o sucesso funcionou como mola propulsora de comportamentos desviantes.

O insucesso em alcançar a meta cultural diante de obstáculos colocados pela própria sociedade produz tendência à anomia, ou seja, para um comportamento em que as normas, cristalizadas nos meios institucionais, são abandonadas.

Portanto, ao nos referirmos a comportamentos desviantes não poderíamos deixar de lado a variável anomia, tão presente na nossa sociedade, como consequência da realidade nacional.

4.3 - Conclusão

Knobell vê o delinquente ou como projeção dos conflitos sociais, sendo esta mesma sociedade que o mantém na marginalidade ou recorrendo ao comportamento anti-social como mecanis-

mo de defesa para sua sobrevivência.

Em seguida apresentamos algumas teorias que trazem contribuições ao estudo da delinquência, mostrando a importância da pluralidade de ciências unindo-se para melhor explicar a gêne se da conduta anti-social.

As teorias de natureza psicogênica dão maior ênfase as relações entre pais e filhos nos primeiros anos de vida. A perda ou a desvalorização da figura paterna, a ética familiar, o conflito edipiano, as experiências em relação à figura materna, disciplina contraditória seriam variáveis importantes na etiologia do comportamento anti-social. Freud e seguidores tentam explicar a conduta delinquente pelo complexo de Édipo não resolvido.

Bergman apresenta o jovem delinquente como portador de uma desordem caracterológica anti-social, ou seja, uma necessidade primária de atuar contra os padrões aceitos pela sociedade.

As teorias de natureza sociogênica dão maior ênfase às influências ambientais e a aprendizagem social no desenvolvimento da conduta anti-social.

Segundo Sutherland, as características que são apresentadas pelas teorias de natureza psicológica não diferenciariam o delinquente do não delinquente, não responderiam a uma teoria geral da delinquência.

Os psicanalistas, psiquiatras, psicólogos, psicopatologistas não deixam de apresentar um tipo "social" de delinquente, ou seja, o delinquente que apresenta um super-ego criminoso

ou, que absorvem um tipo de cultura criminosa. Isto quer dizer que reconhecem a existência de uma cultura delinquente e a importância da transmissão cultural na gênese do comportamento anti-social, porém, dariam maior relevo a análise das estruturas. A diferença entre as teorias reside na maneira de encarar o ambiente. As teorias psicológicas dão maior ênfase ao primitivo ambiente familiar e a dinâmica psicológica interna. As teorias de base sociológica sublinham no aspecto ambiental as normas da cultura.

Foram mencionadas as principais teorias sociológicas. Sutherland com a teoria da associação diferencial; Cohen com a teoria das subculturas; Miller com a teoria sobre a importância dos bandos; Merton com a teoria sobre estrutura social e anomia; Cloward e Ohlin e a teoria da oportunidade diferencial; Winick e o fenômeno das massas. Todos tentam explicar a gênese do comportamento anti-social, todos contribuíram para o estudo do fenômeno mas, a delinquência continua a estar presente nas sociedades, aumentando dia a dia e as soluções apresentadas ainda fogem de um ideal.

5 - ABANDONO

No 1º Encontro Nacional das Classes Empresariais para Estudos sobre o Problema do Menor, I ENCEPROM, realizado em 1972, em Brasília, um dos temas centrais foi o abandono do menor.

Na abordagem sobre o abandono diferenciaram entre: a vivência do abandono caracterizada pela angústia da perda; pela ameaça de desintegração e morte causada pela perda; pelo sujeito impotente frente ao objeto superior e protetor; a marca física, a marca mental e o abandono como fenômeno bio-psico-social.

As marcas psíquicas seriam vivenciadas pela insegurança, dependência, irritabilidade, agressividade, angústia, insônia, fobia, baixa produtividade escolar, etc.

As marcas físicas estariam presentes na perda de peso, distúrbios gastro-intestinais e respiratórios, alergias, obesidade, desnutrição, etc.

A separação entre marca física e mental é feita para fins didáticos, porque, na realidade, não existe esta dicotomia, são fenômenos bastante relacionados. Ou seja, pais angustiados porque são doentes e doentes porque são angustiados geram abandono porque foram gerados em abandono, e seus filhos terão angústias e não se desenvolverão satisfatoriamente.

Bowlby (1976), no relatório da O.M.S., do período de 1966 a 1969, nos diz que em 24 países, 85 milhões de crianças, com menos de 5 anos, são portadoras de desnutrição entre grave e gravíssima. Nestes países se luta contra o desmame precoce por

que se depara com a má distribuição de alimentos dentro da família, com a ignorância sobre recursos disponíveis, com tabus alimentares e com rivalidade entre irmãos. O desmame precoce é mais frequente nas zonas urbanas onde a mãe precisa sair de casa para trabalhar e ajudar o companheiro no sustento da família. Este desmame pode ser vivenciado como abandono.

Nesta análise considera-se ainda "o abandono como fenômeno inerente à natureza das relações objetais", agravado pela condição infantil de dependência e pelas inúmeras variáveis de ordem familiar, social, econômica e cultural.

Mostraram o abandono como tendo raízes profundas em toda existência humana explicado, através dos mitos, das religiões, das histórias e fábulas. Os enredos contam dos momentos em que os adultos vêm nas crianças a maior ameaça de aniquilamento e tomada do poder. Assim, Urano manteve seus filhos prisioneiros nas profundezas da terra com medo de ser destronado. Cronos, filho de Urano, devorava a prole para não enfrentar o ódio que poderia advir do futuro julgamento dos mais novos. Na Ásia Ocidental, fazia parte do ritual religioso os pais imolarem os filhos para aplacar a ira dos deuses. O rei Aum, da Suécia, a cada nove anos de reinado, sacrificava um filho para ter longevidade e segurança no trono. Romulo e Remo, fundadores de Roma, foram abandonados pela mãe, Rhea Silvia e criados por uma loba. A tragédia edipiana é bastante conhecida pelo mundo da Psicanálise. Estas notícias se transformavam em histórias infantis bem conhecidas por toda a criança e alimentando seu mundo fantástico. Aprendemos e contamos estórias sob a forma de João e Maria abandonados na floresta; Cinderela rejeitada pela ma-

drasta e pelas irmãs e Branca de Neve acolhida pelos sete anões.

Os pais, os adultos em geral, através da educação, da distribuição de alimentos, da colocação dos princípios morais e deveres, por um processo inconsciente, matam, rejeitam e abandonam os filhos.

A imagem da mãe pode apresentar uma dupla face em sonhos ou fantasias. Pode aparecer, ora como figura benevolente, cheia de amor, ora, simbolizada como uma serpente perigosa, um animal de ataque rápido, perigoso, como leão, uma hiena ou um tigre.

Segundo Freud (1920), ambas as tendências, biofilia (instinto de vida) ou tanatofilia (instinto de morte) têm a mesma hierarquia. Sendo a biofilia um impulso biologicamente normal, enquanto a tanatofilia, seria entendida como fenômeno psicopatológico. O instinto de morte emergiria de um crescimento coarctado, de uma "invalidez" psíquica, resultado de uma vida não vivida.

"O amor à vida ou o amor à morte é a alternativa fundamental com que depara todo ser humano. A tanatofilia amplia-se à medida que o desenvolvimento da biofilia se estiola. O homem acha-se aquinhado com a capacidade para a biofilia mas psicologicamente tem, em si, o potencial para a tanatofilia, como uma solução alternativa". (Fromm, 1975).

Sob o nosso ponto de vista, a criança que apresenta características de abandono vai desenvolver suas características de tanatofilia. À medida que o tempo passa e as suas experiências cotidianas vão reforçando o instinto de morte, o sujeito

poderá se tornar extremamente agressivo com características de perversidade ou poderá se tornar um indivíduo dado a profundas depressões com idéias suicidas.

Para se obter uma população sadia, em termos de saúde mental, será necessário protegê-la contra agentes " nocivos" capazes de adoecê-la. O abandono é um deles. Esta proteção pode e deve ser realizada em termos de comunidade, se considerarmos que é o meio familiar e comunitário que levará o indivíduo a desenvolver sintomas ou síndromes de abandono que poderão dirigi-lo para a delinquência.

Smith (1975) mostrou que há relação significativa entre a privação de valores essenciais e a tendência em se engajar em comportamentos auto-destrutivos ou idéias suicidas.

Aberastury (1971) estudou os tipos de luto inerentes ao adolescente. A perda do corpo infantil, da identidade infantil, da relação com os pais da infância, e estendeu, ainda, o estudo do luto à independência dos pais. Explica que a medida que o mundo adulto se torna caótico, a adolescência se torna difícil, já que este mundo adulto não dá possibilidades de mudança porque mantém o jovem não participante das mudanças. Cria-se um abismo entre as gerações uma vez que o mundo adulto é expectador e tende a repressão, enquanto o mundo jovem vive dentro das mudanças e as provoca.

A geração adolescente tem consciência do caos que vive, mas não pode prescindir do adulto para a resolução. Os jovens estão adquirindo poder numérico - terça parte da população mundial - portanto, é importante que o mundo adulto se conscien

tize da força que representará para as nações e tratem de compreender o adolescente.

Porém, se grande parte desta população jovem vive em sociedades que não lhe dão condições para um adequado desenvolvimento orgânico e psíquico, que podemos esperar deles como agentes de mudança ?

Quando são dadas oportunidades ao jovem de exercer suas capacidades, liberar sua força criativa e de organização, assim como mostrar seu valor não são capazes de fazê-lo como também de alcançar êxito.

A juventude atual é mais inconformada porém, não podemos nos esquecer de que enfrentam um mundo de maior violência e destruição.

A adolescência é um fato individual que transcorre num meio cultural, social e histórico determinado que marcará as características de cada adolescente.

Ottalagano (1971) mostra como a dinâmica emocional conflitiva em famílias irregulares predispõem os filhos a respostas adaptativas singulares e anômalas. As consequências nocivas que fluem dos grupos familiares irregulares, em que praticamente se perdeu a unidade, são tantas que tornam inexistentes a capacidade da família como instituição provedora das forças sociais no interior da criança. Isto favorece estados de privação que vão mutilar o desenvolvimento da personalidade, tornando-a bastante vulnerável para a incidência de todo tipo de desajuste ambiental.

O nascimento ilegítimo ou ainda pior, o abandono, dão

ao indivíduo um status definido, no sentido de ser uma personalidade que não chegou a um nível de maturidade emocional aceitável. O seu ego ficou marcado com ferimentos não totalmente cicatrizados, resultantes de vários impedimentos que atuaram no curso do seu desenvolvimento psico-afetivo.

O importante é tentar compensar, com afeto e adoções legítimas, as lacunas deixadas por adultos que não puderam, por uma série de motivos de natureza pessoal, social ou econômica, levar a cabo a missão que elas próprias escolheram.

6 - O BANDO DE ADOLESCENTES

6.1 - Introdução

"Os bandos de delinquentes são um produto natural do processo de educação social nos setores em que as normas que prevalecem são anti-sociais". (Bossard, 1954)

Historicamente falando, Castaing (1960) descreve a delinquência juvenil já existente, no século XVIII, em Lille, baseada em arquivos judiciários... "Não se trata de crianças abandonadas. Muitas têm famílias e são recrutadas na classe mais pobre da população, têm pais que se esforçam para lhes dar alimento, apesar da pobreza. Estes pais carpinteiros, vidraceiros, marceneiros ensinam ofícios a seus filhos e tentam impedir que se tornem vagabundos. Apesar disso as condições deploráveis de vida e, sobretudo, da habitação impedem os pais de exercer uma vigilância atenta sobre seus filhos que voltam à rua. Quando eles fogem duas ou três vezes do trabalho, não ousam retornar e a rua passa a ser o seu cotidiano. A maioria, ainda não é de ladrões, mas eles passam a conhecê-los e fazer parte de grupos onde existem alguns ladrões ou aprendizes"...

..." Estas crianças, entregues a si mesmas, tornam-se naturalmente atraídas pelos prazeres que a rua oferece... Mas para aproveitar dos prazeres é necessário o dinheiro... Com o dinheiro que conseguem de furtos, vão à padaria comprar doces, ou vão comprar bagatelas, ou vão ao salão de bilhar"...

"... Frequentemente, são reconhecidos pelos "nomes de

guerra" alguns bastante expressivos: "Tête de Mort, la Mer Rouge, Radelet, Moutarde, Grosse Penche, Gueridon, Petit Jésus". (Castaing, 1960 em Robert, 1966)

Em 1840, Fregier escreveu: "Os jovens vagabundos, isto é, os meninos de 7 a 16 anos que levam uma vida errante e preguiçosa formam entre eles uma espécie de corpo cujos membros devem se sustentar mutuamente, para escapar às buscas dos pais e dos mestres de aprendizes".

Chevalier (1958) explicando o termo "bando de crianças" ou "bando de ladrões" diz que este termo significa como a palavra "miséria", uma situação intermediária entre a condição humilhante e a condição criminal ou, indo mais além, a passagem de uma para outra. (em Robert, 1966)

6.2 - A função do líder nos bandos

O líder é o indivíduo que influe nos seus seguidores. Ele se diferencia dos companheiros no grau de influência que exerce sobre um determinado número de pessoas, na quantidade de situações que domina e na duração do período em que pode exercer esta influência. Uma pessoa popular pode não ser, necessariamente, um líder, mas um líder, é sempre popular (Horrocks e Wear, 1953).

O líder possui atitudes e temperamento que inspiram confiança nos demais, durante certo tempo, fazendo com que estes atuem e pensem de maneira que ele, líder, deseja que façam.

O líder é o membro do grupo a quem os outros seguem por

que possui o domínio das relações sociais e, por consequência, se torna o centro da vida deste grupo. Esta situação faz com que o líder provoque em seus seguidores reações positivas a seu próprio respeito e, contribui, mais do que qualquer outro membro, para que o grupo alcance satisfações.

A função do líder não é atributo específico de uma pessoa e sim: a) uma qualidade do papel do indivíduo num determinado e específico sistema social ou, está vinculado a situação, pelo fato de que surge quando a situação é problemática e é, determinada pelo objetivo do grupo; b) está dirigido para alguma meta; c) é um processo de estimulação mútua - um fenômeno de interação social na qual as atitudes ideais e aspirações dos seguidores desempenham um papel tão importante e determinante quanto à individualidade e a personalidade do líder (Gibb, 1947).

Além disto, possui uma compreensão social que o faz perceber as necessidades do grupo e tenta satisfazê-las ou então, satisfaz as mais importantes. Geralmente, adquire prestígio a partir de experiências anteriores conhecidas pela maioria do grupo. O conceito está também ligado à eficácia social. Na situação que estamos descrevendo, seria mais ligado à eficácia anti-social.

A liderança, na adolescência, tende a uma certa persistência, diferente da liderança infantil, onde os líderes se sucedem rapidamente. À medida que o jovem atinge a liderança vai lutar para não perdê-la. Porém, a persistência na função vai depender da estabilidade da estrutura do grupo e da adaptabilidade do líder.

Segundo Zeleny (1949), "o líder de hoje não será o líder de amanhã, a menos que seja suficientemente flexível para se adaptar a grupos com estruturas muito diferentes".

O ser líder é uma fase de um processo social no qual o indivíduo mais adaptável é útil, surge como representante dos valores mais desejados por todo grupo naquele momento. Deve participar dos valores que possui o grupo e, além disto, deve ser ambicioso e persistente, deve empregar seus conhecimentos, inteligência, vitalidade, confiança em si mesmo e adaptabilidade social para se converter no membro mais ativo e aceitável do grupo. As características que mais o distinguem dos seguidores são a participação, a confiança em si e prestígio. Têm a capacidade de encarnar muitas qualidades que os seguidores gostariam de possuir.

No que diz respeito à personalidade, não parece existir características que marcariam a personalidade de um líder. Porém, é um indivíduo bem adaptado às condições, ou seja, possui capacidade para analisar uma situação e logo adaptar-se de maneira adequada, mesmo que isto ocorra em atitudes anti-sociais. Em geral, também são extrovertidos, ou seja, suas energias são dirigidas para o exterior. Outra característica notável é a confiabilidade, os seguidores confiam nele e sabem que ele fará o que for mais conveniente para o grupo (Holtzman, 1952).

Na cultura do bando delinquente existe, em contradição, uma falta de estrutura formal que sustente a continuidade e a estabilidade do grupo. Não há um apoio firme em situações de grande adversidade, contrastando com as organizações formais

como igrejas, escolas, governos, empresas, etc. A nível do grupo, as ações delinquentes são geralmente aceitáveis e mais ainda, são firmadas pelas normas do grupo. A delinquência dirigida para o exterior, de natureza agressiva, serve para unificar estes grupos em uma causa comum.

O ser líder de um grupo delinquente expõe o jovem a situações de grandes desafios e perigos, aumentando com isto o seu potencial de delinquência (Short, 1970).

6.3 - A inadaptacão

Em estudos sobre os adolescentes que fazem parte de bandos é habitual se procurar as inadaptacões nos primeiros anos de vida, como fator causal. Estas inadaptacões poderão ser em relação ao meio familiar, ou ao meio extra-familiar (escola, aprendizagem profissional, etc.).

6.3.1 - Inadaptacão ao meio familiar

É difícil estabelecer a relação direta entre as características do meio familiar e o pertencer a um bando de delinquentes. Porém, há situações que são bastante claras, há certas atitudes ou comportamentos não só dos jovens, mas também dos seus familiares que poderiam estar presentes na formação desta relação.

Os bandos delinquentes pertencem, em geral, a meios so

ciais desfavorecidos. Em grande parte, o delinquente está ligado à vida urbana, mais do que à vida rural. É um fenômeno que se encontra em todas as categorias sócio-profissionais, mas especialmente, nos grupos sociais mais inferiores.

Ceccaldi (1961) concluiu que a mãe se ausentar do lar para trabalhar (doméstica, lavadeira, operária, etc.) seria uma das variáveis presentes em jovens que pertencem a bandos delinquentes.

Jã Lauwe (1959) mostrou que os filhos de mães que permanecem no lar apresentam tendências a certos distúrbios como nervosismo, infantilidade, ciúmes. Se existe relação entre trabalho fora do lar e delinquência, esta relação seria tênue, e, por outro lado, estaria mais ligada a outras contingências, como tamanho da família, ajuda na manutenção, etc.

Passados delituosos dos pais influenciariam no comportamento dos filhos. Perrin (1962) fez um trabalho em relação com o alcoolismo dos pais e encontrou que os jovens usam mais do fenômeno da imitação, à medida que crescem num meio, onde, o consumo de álcool é considerado um prestígio viril.

À medida que os pais ou substitutos valorizam os atos anti-sociais, os jovens tenderão a valorizá-los também.

O meio familiar é satisfatório para a criança e permite seu desenvolvimento normal se os diferentes papéis são desempenhados corretamente. A coerência na educação por parte dos pais é fundamental. Distúrbios de comportamento e dissociação familiar variam no mesmo sentido.

Quanto à relação entre irmãos, pesquisas mostram que

famílias de filhos únicos e famílias numerosas guardam, respectivamente, a mesma importância. Os problemas de comportamento afetam em geral, os filhos mais velhos e os filhos únicos. A delinquência afeta os mais velhos e os últimos. A coerência entre o casal importará relativamente menos, desde que haja a existência de um grupo fraterno, no qual pode-se ter o embrião de um futuro grupo no qual o adolescente poderá se orientar (Pressat, 1961).

Estes dados objetivos não abrangem inteiramente as possibilidades da inadaptação que surgem no meio familiar. Quaisquer que seja o meio sócio-econômico, os antecedentes dos pais, o formarem um casal unido, mesmo que haja repercussões do grupo fraternal, podem surgir falhas neste meio primário que escapam às investigações teóricas e estatísticas e que podem influenciar o comportamento ulterior do adolescente.

Quanto às insuficiências da família, reportar-nos-emos primeiramente às insuficiências de natureza afetiva. A carência afetiva tem papel importante entre os membros dos bandos. Certos autores construíram suas teses sobre a compreensão dos bandos, a partir do mecanismo de compensação psíquica. As atividades do bando repousam sobre a rede de "companheiros". Os laços afetivos são do tipo horizontal e igualitário, e não se parecem com aqueles que se estabelecem entre pais e filhos, ainda que possam visar a compensação de uma carência de origem familiar.

A imaturidade afetiva facilitaria efeitos que fariam surgir nos grupos, reações agressivas dirigidas à sociedade, necessidade de afirmação frente aos companheiros, aos valores so-

ciais ou ainda, necessidade de contestar, manter o comportamento lúdico por algum tempo (Marchais, 1961).

Quanto à insuficiência na educação há uma relação entre o desinteresse dos pais pelo trabalho do jovem e a sua participação no bando. Michaux (1958) incrimina a falta de autoridade familiar como uma variável importante na deficiência escolar.

6.3.2 - Inadaptação ao meio extra-familiar

É necessário por em relevo que não há uma solução de continuidade absoluta entre os diferentes meios (familiar e extra-familiar) que distinguiremos por motivos didáticos. Na realidade, a família influencia os outros meios, tanto o escolar como o profissional.

Racine (1962) e seus colaboradores forneceram um exemplo bastante interessante. Quando a escola nota e assinala dificuldades de natureza pedagógica e sintomas de inadaptação, é frequente que os pais sejam alertados e estejam envolvidos na causa; não se interessam pelo progresso escolar dos filhos, não verificam os deveres, toleram ou facilitam o absenteísmo.

Certos autores viram no meio escolar um terreno importante na diferenciação entre o delinquente e o não delinquente. A escolaridade dá ao sujeito condições de vida e possibilidades de qualificação (Glueck, 1950).

Quanto à vida profissional o problema estaria em dois pontos principais: adaptação ao meio e qualificação. Em relação ao primeiro, indicaremos certas manifestações indiretas como o

absenteísmo e a falta de regularidade. Duas consequências podem advir destas manifestações. O indivíduo torna-se inadaptado ao meio institucionalmente oferecido pela sociedade e tenderá a se refugiar num grupo segregado. Mas esta segregação poderá torná-lo descontente de não participar da vida social e surgirá agressividade em potencial em direção a esta mesma sociedade - agressividade que o bando desenvolverá, desculpará e tornará efetiva.

Resumindo, o membro do bando não é ausente nem da escola, nem do trabalho. Parece ser mal integrado nestes dois ambientes. Indiferente ou hostil em relação à escola, ele não consegue obter uma qualificação profissional real, sobretudo porque não passa por uma aprendizagem eficaz. Sua integração no meio torna-se, portanto, mais difícil e ele se sente diminuído frente aos companheiros de trabalho, ocorrendo má adaptação aos meios institucionalizados.

6.4 - Condições facilitadoras do aparecimento de bandos

Para analisarmos tais condições faremos um breve estudo da importância da localização.

Existe ligação estreita e na mesma direção entre a delinqüência juvenil em bando e o nível de urbanização e industrialização da região. Se considerarmos o fenômeno urbano propriamente dito, veremos que a delinqüência em grupo cresce em relação positiva com o tamanho das aglomerações e, sobretudo, toma forma agressiva e anti-social: premeditação mais frequente

de pequenos furtos que evoluem para delitos de natureza mais grave, como furto de automóveis, assaltos, etc.

Quanto aos bairros e o tipo de habitação, dois pontos são sensíveis neste sentido: os bairros ou favelas com condições de vida deficientes e grandes conjuntos habitacionais seriam focos de bandos de delinquentes.

Chazal (1959) sublinhou em diversos estudos a relação direta entre delinquência e o "habitat".

Wogenscky (em Robert, 1966) discípulo de Corbusier, definiu o "lugar para si". Numa habitação as relações devem se estabelecer facilmente, mas cada indivíduo deve se preservar do grupo. Os membros de uma família comprimidos sobre si mesmos, chegam a mal se suportar. Disputas frequentes ou irritações surgidas, tornam desagradável o dia a dia no meio familiar contribuindo para que os jovens passem a maior parte do tempo fora de casa.

Pode-se dizer que o problema da habitação tem circunstâncias que facilitam a formação de bandos, como as seguintes: o agravamento dos conflitos familiares numa habitação onde o núcleo familiar não pode se isolar dos vizinhos, não pode satisfazer suas necessidades de autonomia por não possuir um "lugar para si"; agrupamento de adolescentes nos quarteirões dos conjuntos habitacionais, nas entradas das favelas; falta de conforto, falta de estrutura e mentalidade de segregação favorecem a evolução de bandos.

O desenvolvimento da tecnologia impõe cada vez mais as sociedades urbanas, padrões de consumo que ficam longe do al-

cance da população menos favorecida economicamente, facilitando a formação de bandos delinquentes, visando alcançar por meios ilegítimos aqueles padrões aceitos socialmente.

6.5 - O lazer e os bandos

Quando nos referimos a lazer, estamos dando a conotação de Littré (em Robert, 1966) - é lícito fazer aquilo que se tem vontade.

Parece que os participantes de bandos praticam menos esporte do que a população de referência. Praticamente não lêem e quando o fazem são revistas infantis. Quanto à frequência ao cinema é maior do que a população de referência. O cinema e a televisão têm um papel de reforçador do bando. Sabe-se que os meios de comunicação de massa, as propagandas igualmente surtem efeito reforçador. Os filmes oferecem, na sua maioria, uma possibilidade de identificação com mitos (os delinquentes estão voltados para os símbolos míticos do adulto). Eles frequentam o cinema não só como expectadores mas também para fazer algazar_{ras}, dilapidar a propriedade, encontrar suas namoradas.

É em bando que eles aprendem a atividade de lazer e lhe dão uma coloração particular.

Quanto ao vazio do tempo livre, é outro problema presente no bando de delinquentes. Este tempo livre dá ritmo a vida do bando, a tal ponto que se fizéssemos uma análise dos fatores temporais que levam ao agrupamento teríamos quase que o tempo livre como fator de maior frequência.

Já vimos que os membros de um bando, em geral, são alunos mediocres e trabalhadores com pouca qualificação, apresentando alta taxa de absenteísmo e, por outro lado, vimos também que certas características familiares e de habitação ajudam a aumentar esta vacuidade.

6.6 - Conclusão

Desde que as sociedades são constituídas, paralelamente a elas, se constituem, também, os bandos delinquentes.

Obedecem sempre a um líder que tem como características principais fácil adaptação, extroversão, confiabilidade, prestígio e alta delinquência.

O bando é mais comum em meios urbanos do que rurais.

A etiologia dos bandos estaria ligada à inadaptação familiar e extra-familiar. Quanto à inadaptação familiar variáveis como carência afetiva, ausência da mãe do lar, dificuldades de ordem econômica, passado delituoso dos pais, família numerosa, habitação deficiente estariam presentes na necessidade do jovem de se ausentar de casa durante todo o dia, regressando, talvez, na hora de dormir.

Quanto à inadaptação extra-familiar, a baixa escolaridade, a não qualificação profissional e o tempo livre seriam fatores contribuintes.

O jovem recorre ao bando para suprir necessidades tais como: segurança, satisfação pessoal, afeto, compreensão. Sentem-

-se rejeitados pelos grupos "socialmente bons", desenvolvendo agressividade, em relação a eles. Esta agressividade é reforçada pela dinâmica grupal. Portanto, a compensação apareceria como uma das funções principais da participação em grupo.

7 - DO CRIME

7.1 - Introdução

O delito é um fato que sempre chamou a atenção da sociedade.

As sociedades civilizadas podem não ter a mesma idéia dos povos primitivos acerca do que venha a ser delito, porém, é inquestionável que sempre existiu e sempre existirá entre os indivíduos que integram uma comunidade. É um fato universal.

O delito é uma conduta contrária às crenças, costumes e interesses de uma determinada sociedade. Representa perigo social como, por exemplo, um homicídio. Pelo caráter grave de sua natureza anti-social, o delito exige tratamento especial, por parte desta mesma sociedade (Cajias, 1970).

As histórias e lendas antigas dos mais variados povos contam de homicídios, roubos, corrupção de costumes, abandono das normas que regiam os grupos. Concepções como as de tabu e totem, comuns aos povos primitivos, não seriam compreensivas sem as idéias prévias de delito e pecado.

Dependendo dos padrões de normas aceitas pelo grupo é que se vai julgar se uma ação ou omissão humana é considerada como conduta criminosa ou delituosa.

O ato de tirar a vida a outra criatura é considerado criminoso, porém, numerosos povos da antiguidade imolavam vidas inocentes; algumas sociedades contemporâneas admitem a eutanásia

e a pena de morte, e todas as sociedades, em caso de guerra, admitem o direito de matar.

A própria auto-destruição é perfeitamente admissível entre os japoneses e hindus, que chegam mesmo a recomendar o ato, em determinadas circunstâncias (Miranda Rosa, 1978).

A cultura não só tem importância na determinação do que seja delito, como também na gradação que se dá ao mesmo, o que se deduz através das penas impostas.

Durkheim (1967) apontou o crime como "elemento normal" em qualquer sociedade porque a criminalidade é fato constante e comum, presente em todas as sociedades, característico da sociedade humana.

A teoria lombrosiana quis mostrar que o crime estaria ligado à bio-tipologia.

Pesquisas tanto de natureza psicológica quanto sociológica refutam o determinismo biológico da delinquência nos casos de criminalidade entre os deficientes intelectuais e os doentes ou anormais. Tal fenômeno estaria mais ligado à falta de compreensão da comunidade em lidar com indivíduos nesta situação e, ligado também, às insuficiências destas pessoas em agir no meio ambiente.

O crime, portanto, seria um produto sócio-cultural porque os principais elementos, condicionantes do seu aparecimento, são sociais e decorrem de realidades culturais.

Sabe-se ainda que a criminalidade varia segundo o grau de integração social; as sociedades em que os processos de desor

ganização não têm maior amplitude, revelam índices reduzidos, havendo mesmo uma relativa falta de criminalidade nas sociedades integradas e estáveis.

No estudo da criminalidade devemos nos ater as premissas das características sociais, suas causas e efeitos, não excluindo as raízes psicológicas.

7.2 - Desorganização social e individual

Uma sociedade é organizada quando é eficiente, isto é, as funções sociais são cumpridas razoavelmente e os seus membros realizam satisfatoriamente as atividades que sabem ser adequadas.

A civilização industrial moderna, pela complexidade de suas formas grupais, cria focos de tensões internas que nada mais são do que indicadores de um processo de desintegração.

"O homem tem a sua sobrevivência dependente da existência e da preservação de uma eficiente organização social". (M. Rosa, 1978).

Os "papéis" no grupo são a função de cada um na sociedade. Quando os papéis não são bem desempenhados, isto implica em desorganização social. Uma das características da patologia social é a desintegração dos papéis dos componentes do grupo.

Um país como o Brasil, em fase de desenvolvimento, apresenta problemas agudos de natureza sócio-econômica-política que produzem tensões internas e se mantêm num estado de desorganização parcial, refletindo nos grupos sociais primários e secundários.

dários (família, escola, vizinhança, etc.). Grande quantidade de sintomas são indicadores da existência deste processo nas sociedades. O individualismo, o desaparecimento de tabus ou elementos tradicionais, o inconformismo agressivo, a queda do sentimento de responsabilidade para com a sociedade, maior desconfiança entre as pessoas, radicalização de opiniões e atitudes e a intranquilidade social. Esta, pode ser representada, em uma de suas faces, pela violência, tanto no que diz respeito aos indivíduos que apresentam conduta anti-social como também por parte da autoridade que deve vigiá-los. Violência esta que se faz mais notar nas megalópoles. Quanto mais industrializado e desenvolvido o centro, mais a agressão estará presente.

O Rio de Janeiro, tem apresentado atualmente um dos maiores índices de criminalidade, não só em relação ao próprio país, como também em relação ao exterior. Este fenômeno coincide com um período de desorganização social, um nível bastante acentuado de inflação e instabilidade econômica.

Como vimos anteriormente, o desenvolvimento da personalidade se dá num meio sócio-cultural. Ela se forma através da introjeção de valores e normas comuns à sociedade. O indivíduo absorve, adota e põe em execução os padrões de comportamento dos demais membros do grupo.

Se a sociedade está em desorganização, a personalidade terá mais dificuldade em se integrar. Nas sociedades ditas estáveis, os desvios extremos de comportamento são menos frequentes do que na civilização moderna industrial. Estudos antropológicos nos falam da estabilidade das sociedades primitivas onde há

continuidade cultural, papéis bem definidos e as tensões internas são perfeitamente controláveis.

O indivíduo, portanto, refletirá a condição da sociedade de que é produto. A maioria das pessoas consegue se ajustar ao dinamismo da sociedade. Há a necessidade de se adaptar às condições adversas ou superá-las. Porém, nem todos alcançam sucesso. O fracasso na tentativa de ajustamento pode levar à condutas desviantes que mais uma vez refletem a desorganização da própria personalidade frente à desorganização social circundante. Nesta equação há um círculo vicioso em que se torna bastante difícil separar as variáveis que estariam atuando.

O sentimento de segurança tem relação direta com a organização pessoal. O desajuste pessoal levará o indivíduo a se afastar dos padrões de conduta convencionais e buscará outros indivíduos que como ele, se viram na contingência de criar padrões que podem estar em desacordo com os vigentes na sociedade.

Nem sempre os fins sociais estão de acordo com os fins individuais. Na realidade, é normal que exista divergência, porém, se o indivíduo tem dificuldade para compreender ou não quer compreender a diferença que deve haver entre os fins sociais e os fins individuais, ele dificilmente se adaptará e terá dificuldade em se ajustar ao meio.

Em nossa cultura podem existir três fatos fundamentais que gerariam conflitos entre o indivíduo e o meio em que ele vive. Tais fatores seriam de caráter normativo e a causa do conflito gerado por eles seria a diferença entre o real e o ideal. São eles:

- a) a necessidade de competição com os elementos que o cercam e o amor fraternal que lhes deve ser dedicado;
 - b) a estimulação de nossas necessidades cotidianas e a frustração em satisfazê-las;
 - c) a alegada liberdade individual e suas limitações.
- (Cardoso, 1977)

Estudos de Shaw, Miller e Burt (1959) demonstraram que os fatores sociais determinantes da incidência e do comportamento delituoso com os quais se relacionam seriam certas áreas de delinquência, super-povoamento e o pauperismo.

Podemos dizer, portanto, que existe uma relação fortemente positiva entre desorganização social e individual. Em toda sociedade, forças dinâmicas de várias naturezas agem incessantemente. Há indivíduos que conseguem se ajustar ao dinamismo social, outros fracassam por motivos vários.

A frustração em não alcançar os objetivos lícitos de uma sociedade estaria, portanto, presente na etiologia dos comportamentos delituosos.

7.3 - Psicologia e crime

Já vimos que todo ato delituoso é resultante de causas várias e, o delinquente não tem condições, na maioria das vezes, de compreender quais as causas que o levaram a praticar o delito. A função da lei penal não é analisar os determinantes do ato e sim defender a sociedade, reprimindo o delito, ou tentar

preveni-lo. A responsabilidade criminal, tal como é analisada hoje, está construída sobre bases anti-científicas.

O desenvolvimento da Psicologia científica trouxe novos aportes para o estudo da responsabilidade penal.

Chauchard (1965) afirma: "Aquele que age mal não seria livre por si, trata-se precisamente de devolver-lhe a liberdade, curando-o; ainda que a responsabilidade em numerosos casos não é sinal que dá autenticidade à liberdade, e sim aparece mais como um sentimento patológico, mórbido, tanto mais forte quanto menos livre e mais neurótico é o sujeito... Na maior parte de nossas reações é muito difícil determinar o que corresponde aos determinismos incoercíveis e as decisões livres... A maior parte de nossas condutas são tão pouco livres como as dos enfermos mentais".

Watson (1972) e a escola behaviorista na Psicologia entendem que só o comportamento é suscetível de observação objetiva e, portanto, científica. A consciência e os processos psíquicos, enquanto avaliação dos seus conteúdos subjetivos, devem ser descartados do estudo psicológico-científico. Watson tenta explicar os fenômenos psicofisiológicos através da díade Estímulo-Resposta.

Betcherev (1965) correlacionou a atividade psicofisiológica e a psico-social que pode ser analisada no seguinte texto: "... propriedade fundamental da matéria viva é a sua capacidade para a atividade reprodutora, ou seja para reproduzir as mudanças ocorridas anteriormente nela, por influência das condições externas: reproduções que são possíveis pela presença de um

estímulo de igual natureza. Parece que, por influência de reflexos, produzirão modificações sutis dentro da estrutura delicada da matéria viva; como se houvessem traçado algumas vias de menor resistência. A experiência do passado não transcorre sem deixar vestígios: o reflexo é um fator criador da individualidade. Esta capacidade é intrínseca à natureza da substância viva e pode ser observada, inclusive, em organismos desprovidos de sistema nervoso. Sua aparição implica em progresso nas correlações do organismo com o ambiente e permite a produção de reações coordenadas, em diversas partes do corpo, em resposta a estímulos externos. A unidade das reações corporais é consequência direta da atividade reprodutora do organismo vivo. Cada reação modifica o estado fisiológico e, conseqüentemente, pode modificar a reação ulterior ao mesmo estímulo. Cada reação é resultante de dois fatores: o estímulo específico do ambiente e as condições internas que consistem na soma das características individuais que, não só obedecem à leis da hereditariedade, como também, à totalidade da experiência anterior. Assim, a experiência individual aparece como um fator da evolução individual... Cada estágio da evolução compreende a soma dos reflexos inatos e dos reflexos adquiridos através da experiência individual".

Esta dinâmica evolutiva que modifica permanentemente a personalidade, vai alterando, reestruturando o que os juristas chamam de "consciência da criminalidade"; se o ato é precedido por inúmeras experiências que vão condicionar as reações individuais, "a consciência dessas novas reações não pode ser concebida, estaticamente a nível de um presumível sistema de

valores precedentes para a compreensão da criminalidade, e - ainda mais - dificilmente se pode modificar a direção do ato, imposta por mecanismos, aos quais, a consciência está atada". (Thieghi, 1974).

Freud sustentou que o homem é originariamente mau e , como o selvagem, próximo da animalidade. Para se humanizar realiza um longo processo no seu desenvolvimento. O homem civilizado reprimiu seus instintos primitivos, foi educado para a responsabilidade, aceita os deveres e reconhece os direitos alheios. (Dourado, 1965)

Ainda observou que, a maioria dos impulsos reprimidos se refere à esfera sexual. Reprimindo os impulsos primitivos , que se tornam inconscientes, poderão se transformar em neurose . Descreveu o criminoso como um indivíduo com sentimento de culpa (já nos referimos em capítulo anterior), que comete o crime com a intenção de ser punido.

O crime seguiria a seguinte equação etiológica estabelecida por Freud:

- a) ocorre a frustração instintiva;
- b) esta frustração é somada às vivências infantis, fazendo com que os instintos a satisfaçam através do mecanismo da regressão;
- c) esta busca de satisfação regressiva cria um conflito interno ou neuroses, que é condenada pelo ego;
- d) o ego reage com um processo defensivo (neurose) ou com um procedimento criminal. (Dourado, 1965)

Lindner (1966) assinalou que "... qualquer surto psico

pático em si - seja este um assassinato, um ataque físico, um ato destrutivo ou qualquer outro - não é senão, uma tentativa de origem fisiológica de restabelecer um equilíbrio homeostático alterado".

Yung (1970) em contraposição a Watson sustenta que "... só há uma diferença essencial entre o funcionamento consciente e o funcionamento inconsciente da psique: o consciente, apesar da sua intensidade e sua concentração, é puramente efêmero".

Fairbairn (1970) diz que "... está presente em todos, ou bem uma tendência esquizoide subjacente ou depressiva, conforme as dificuldades que tiveram na fase oral primária ou secundária que, principalmente, acompanharam as relações infantis objetais". Sustenta ainda que: - "A posição básica do psiquismo é invariavelmente uma posição esquizoide".

Alexander e Staub (1961) propuseram e demonstraram a necessidade de "abolir toda medida expiatória e submeter a um tratamento educacional, baseado na psicanálise, os criminosos neuróticos".

A partir da posição dos autores acima referidos vimos que teorias psicodinâmicas da personalidade descrevem as ações desviantes dos indivíduos como impelidas por forças internas que não podem ser controladas e, cuja existência nem mesmo são conhecidas. Por outro lado, outras formulações, como as de origem comportamentista caracterizaram padrões de respostas como dependentes de contingências ambientais. O meio é apresentado com propriedades capazes de afetar o sujeito fazendo com que es

te se comporte adaptativamente.

Em situações interpessoais, o comportamento de uma pessoa exerce algum grau de controle sobre as ações do outro. Por exemplo: reações induzidas por respostas de hostilidades provavelmente serão diferentes das eliciadas por respostas amigáveis. Rausch (1965) fez um experimento com crianças sobre trocas sequenciais. Mostrou que o estímulo imediatamente precedente atua, por parte da criança, como o maior determinante da resposta do outro. Em 75% dos exemplos, o comportamento hostil elicitava respostas hostis enquanto, antecedentes cordiais elicitavam respostas cordiais. Crianças agressivas criavam através de suas ações um meio hostil, enquanto crianças que se dispunham a agir cordialmente, geravam um meio social amigável.

Estes resultados demonstram que as pessoas, em vez de serem governadas por imposições do meio, agem ativamente, construindo contingências de reforço através de suas maneiras características de responder ao ambiente.

A teoria da interação social de Thibaut-Kelley (1954) baseia-se na contingência de reforço mútuo. Pesquisas que partiram da conceitualização destes autores provêm numerosas demonstrações de como os resultados entre trocas mútuas estão determinados pelo comportamento de ambos os participantes (Bandura, 1969).

Portanto, sob o nosso ponto de vista, aceitamos que o comportamento delinquente está sujeito a uma série de condicionantes, de ordem ambiental e individual.

O delito, não seria um fenômeno irreversível, podendo

ser tratado eficazmente.

Foucault (1961) tem uma frase lapidar que poderia ser aplicada no campo da terapia criminal: "... não há cura possível quando não se realizam as relações do indivíduo com o meio; só há cura quando se produz novas relações com o meio".

7.4 - Da responsabilidade penal

A pena tal como se aplica atualmente é considerada anti-científica. Isto porque em vez de alcançar uma finalidade inibitória, motiva - na maioria dos casos - uma maior "singularidade" na conduta criminosa ou como diz Thiegi (1974), "uma maior adequação a comportamentos delituosos".

Alguns autores discutem sobre a responsabilidade e a sanção penal. Estas discussões vinculam os resultados das investigações sobre personalidade e comportamento no campo normal e anormal, social e anti-social com a lei e a justiça penal.

No XIX Curso Internacional de Criminologia, realizado em Mendoza (Argentina), 1969, discutiu-se da importância de aplicar o conhecimento científico na construção e crítica do Direito Penal e foram expostas as seguintes conclusões:

- a) o estudo científico como fonte fundamental para a reforma da legislação;
- b) a criminologia de acordo com a personalidade do sujeito, traz importantes contribuições ao Direito Penal, na determinação e execução concreta da pena ou

da medida de segurança.

Estas conclusões seriam importantes no que diz respeito à teoria da responsabilidade criminal. É possível estabelecer um critério objetivo e científico sobre o que se deve entender por consciência e vontade ?

Segundo Ingenieros (1962), na atual legislação penal , a imputabilidade do ato delituoso e a sua responsabilidade, tem como "elemento da pena - a culpa - de acordo com as doutrinas morais dominantes e, por este caminho, chegou-se a pensar que o autor de um delito, para ser castigado deveria ter intenção, liberdade, consciência e vontade de realizá-lo"...Neste ponto da evolução jurídica encontram-se mais ou menos todos os Códigos contemporâneos. Nesta responsabilidade baseia-se o direito a castigar, elevado à categoria de função social. Se considerarmos o indivíduo livre para querer ou não querer realizar o ato delituoso, deverá ser castigado por tê-lo feito, como expiação de seu delito e, sendo o castigo, um exemplo para si mesmo e para os demais". "... A Psicologia científica, demonstrando que todos os processos psíquicos reduzem-se à manifestações bastante complexas da atividade dos centros nervosos, subordinadas ao estado das atividades funcionais restantes do organismo inteiro e, às condições exteriores do ambiente físico e social, excluiu a hipótese do livre arbítrio em que se baseia o critério da responsabilidade que preside as disposições jurídicas de toda legislação penal contemporânea. Cientificamente, a negação do livre arbítrio conduziu os psicólogos à negação da responsabilidade criminal".

Já Lopez-Rey (1969), criminalista, em seu ensaio " La

Construcción Sociologica del Derecho Y de La Justicia Penales" ex-
põe seu ponto de vista sobre o tema: "Direi algo sobre a constru-
ção sociológica da responsabilidade penal que constitui a base
da construção sociológica do Direito Penal. Uma Justiça penal de
caráter social que não signifique compensação de desigualdades 5
sócio-econômicas, porém, as considere bastante, exige uma respon-
sabilidade penal baseada essencialmente, ainda que não exclusiva-
mente, no conceito de expectativa que por sua vez, contém o de
atitudes. A vida atual exige de todos e de cada um, uma certa a-
titude e papel social - que podem variar - determinados pela po- 10
sição que se ocupa. Ainda que a responsabilidade se refira a um
ato específico, esse ato, da mesma forma que a pessoa que o come-
te, não podem ser avaliados isoladamente - como se faz hoje em-
dia - e sim, concatenados a outros ou a uma situação ou condição,
que é preciso ser considerada. Essa interrelação e interdependên 15
cia não significa aceitação da periculosidade penal - ao que sem-
pre me opus - e sim, reconhecer a realidade de uma série de in-
terrelações e interdependências que geram atitudes individuais,
coletivas e uma expectativa social, isto quer dizer, como se es-
pera que uma determinada pessoa se comporte dentro dos limites 20
razoáveis em uma determinada conjuntura. Essa expectativa é, em
parte, determinada pela posição ou condição da pessoa, ou por am-
bas, pelas circunstâncias de fato, pelas necessidades e pelos
fins sociais. Isto implica que, no que diz respeito a uma mesma
ofensa, as pessoas não sejam igualmente responsáveis... Isto tam 25
bém significa que a culpabilidade não tem porque se construir
psicológica ou normativamente, e sim, sociologicamente, segundo
a exigência de se agir de uma determinada maneira em um determi- 30

nado momento. O conceito de exigência ou não exigência, de base social, absorverá os elementos do delito, atualmente construídos artificialmente e, por si só, bastará para determinar a responsabilidade penal".

Segundo Thiegi, as proposições do Prof. Lopez-Rey impõem padrões bastante objetivos. A exigência, de base social, parece terminar com um dos absurdos que prevalecem: um professor é igualado a um operário; um agricultor a um estudante, etc.

Pinatel (1969) critica da seguinte forma: "A hipótese básica das investigações psicológicas supõe que haja certa unidade entre o comportamento observável e os fatos da consciência, porém como disse De Greff, o ego não é todo o ser humano. Imaginemos - diz De Greff - que tal ego é que se converteu em delinquente e quem delinque é o todo do homem; e todo esse universo humano, na sua maioria inconsciente, resulta ser inacessível aos nossos castigos..." "...É legítimo pensar que se os clássicos fizeram da responsabilidade a base da reação judicial, foi porque - com respeito à antropologia médica da sua época - a responsabilidade era o único caminho disponível para se chegar a personalidade".

O Direito Penal, regulador do exercício do poder punitivo, baseado nos resultados científicos deve se interessar, fundamentalmente pela identidade "delito-pessoa" não deixando de considerar o caráter limitado da consciência, sua labilidade e dissociação.

7.5 - Enfermidade e delito

Existe bastante semelhança entre atitudes da sociedade com relação ao doente mental e o delinquente. Para ambos foram criados lugares para mantê-los alijados. Para os delinquentes foram criadas as prisões para que não esteja a amostra "o fracasso de nossa formação, cultura sócio-econômica e, em geral, o descuido ou desinteresse do Estado pelos aportes vitais básicos (Thiegi, 1974) que deve ser brindado qualquer ser humano. (Vide Declaração dos Direitos Humanos, da ONU). Para os enfermos mentais, foram criadas unidades hospitalares onde são colocados por ordem familiar. Isto porque a família não quer ou não tem condições de enfrentar a realidade das relações com o doente.

Foucault (1961), no que diz respeito à enfermidade assim a colocou: "... Na realidade, porque a alienação histórica é a condição primeira da enfermidade, se fez da alienação psicológica e jurídica a sanção para a enfermidade. Numa sociedade como a nossa o doente se mostra como uma contradição viva, e com toda violência de um insulto. A revolução burguesa definiu a humanidade do homem por uma liberdade teórica e uma igualdade abstrata. É o enfermo mental, um sujeito de escândalo: é a demonstração de que o homem concreto não é inteiramente definido pelo sistema de direitos abstratos que lhe são reconhecidos teoricamente, uma vez que este sistema não dá guarida a esta eventualidade humana que é a enfermidade, e para os enfermos mentais a liberdade é vã e a igualdade não tem significado; por outro lado, é a prova de que na vida real de homem livre, de cidadão igual aos demais, o

homem pode encontrar condições que suprimam efetivamente essa liberdade e essa igualdade; que pode encontrar-se em situações que tem sua liberdade e que o isolam para sempre da comunidade dos homens. Demonstra que a sociedade burguesa, pelos seus conflitos que facilitaram sua enfermidade, não está feita na medida para o homem real; que é abstrata em relação ao homem concreto e suas condições existenciais; que, continuamente põe em conflito a idéia unitária que se faz do homem e o status contraditório que se lhe outorga. O enfermo mental é a apoteose desse conflito. E, se pelo mito da alienação mental ele é confinado para o exterior da cidade, é para não ver nele, a escandalosa expressão de suas contradições que possibilitaram sua enfermidade, e que constitui a realidade, em si mesma, da alienação social".

Tanto a evolução para o delito, quanto para a doença mental envolvem fatores mediatos e imediatos resultantes da complexa interação psicofisiológica-social.

É necessário para ambas as situações uma reformulação básica, quanto à maneira de se encarar o problema.

"A doença mental e o delito reconhecem uma causa comum: o desenvolvimento de conflitos resultantes de fatores ambientais adversos; e um inimigo comum: a indiferença e a ignorância da sociedade". (Thiegi, 1974)

7.6 - O menor e o crime

7.6.1 - Introdução

O assunto de nosso interesse é o crime cometido pelo

menor. O "Direito do Menor" é considerada disciplina curricular no Brasil, a partir de 1975. O Código do Menor é vigente desde 12 de outubro de 1927, e atualmente estuda-se a sua reforma.

Cavallieri (1978) fala sobre o significado da palavra menor. Juridicamente, é a palavra usada pelo Código de Menores e se refere ao indivíduo de ambos os sexos até a idade de 18 anos. Há também, um sentido pejorativo de natureza social, referindo-se ao indivíduo que está envolvido em alguma situação anormal (menor abandonado, menor delinquente, menor vítima) ou irregular.

A FUNABEM apresenta categorias para todo menor que é atingido pelo processo de marginalização.

1 - Menor carenciado - seriam aqueles que não são atendidos nas suas necessidades básicas; em que os pais ou responsáveis são ausentes ou incapazes de lhes dar o mínimo necessário, portanto, encontrando-se em estado de abandono; ou são vítimas de exploração.

2 - Menor de conduta anti-social - aquele que infringe normas éticas e jurídicas da sociedade.

O Código do Menor atual não faz distinção clara entre ambos. Estão sujeitos, portanto, ao mesmo tratamento por parte das autoridades.

Dados do censo de 1970 nos diz que 52,93% da população brasileira está compreendida na faixa etária de 0 a 19 anos.

- 27% da população entre 10 e 19 anos é analfabeta.

- em 10 Estados da União esta porcentagem está acima de 40%.

- em 3 Estados da União está abaixo de 10%
- 32.107.000 (33,4%) constituem a população economicamente ativa.
- entre estes 21.048.000 (27,56%) menores de 10 a 19 anos mobilizados pelo mercado de trabalho e regidos pela CLT.
- nas áreas urbanas é que se concentram o maior percentual de jovens.
- em relação à escolaridade, na faixa etária de 10-14 anos, 77,2% dos menores citadinos frequentam escolas e, na área rural, 61,6%.
- na faixa de 15-19 anos, na área urbana 57,8% frequentam escola e na área rural, 27%.

Quanto à situação sócio-econômica:

- 60,10% com renda mensal até Cr\$200,00 forçosamente submetidos a processo de marginalização econômica.
- com até um salário-mínimo - 50,4%.
- de um a dois salários mínimos - 25,9%.

(Ver apêndice 1).

Isto equivale dizer que 2/3 da população assalariada vive em condição sócio-econômica precaríssima, representando carência em termos de alimentação, saúde, escolaridade e, como consequência, desajustes familiares.

Como 2/3 economicamente ativos vivem em situação sócio-econômica precária, o processo de marginalização que atinge crianças e adolescentes deixa de ser exceção, como acontece nos países desenvolvidos, para se tornar regra geral.

"Uma favela", diz a socióloga J. Perlman (1979), "é consequência imediata e inevitável, natural, normal, embora infeliz, do crescimento urbano excessivamente rápido".

Consideramos processo de marginalização, a situação de baixa renda, pouca participação no consumo de bens materiais e culturais, incapacidade de trazer para si os serviços de habitação, saúde, educação e lazer.

Para contribuir ao processo há o fluxo migratório do campo para a cidade com a formação localizada de grupos marginalizados em áreas físicas impróprias.

Na medida que os grupos sociais marginalizados acumulam componentes de marginalização tornam-se "marginalizantes" e auto-alimentam-se.

A marginalização do menor seria um dos aspectos e manifestação deste processo social marginalizante. "Seria resíduo final de um processo complexo". (Menor-Problema Social - FUNABEM, 1976).

7.6.2 - Tipologia do menor desassistido no Brasil

Já vimos que as variáveis presentes no processo de marginalização do menor são de caráter social, psicológico, pedagógico, jurídico e de saúde. Estas variáveis, partindo de análises combinatórias, feitas por pesquisadores da FUNABEM, delinham 4 tipos de menor, considerando nesta análise o desenvolvimento e o processo de socialização em ligação com a idade cronológica:

- pré-marginalizado - entre 7 a 9 anos;
- de "acesso" - entre 9 e 13 anos;
- intermediário - entre 14 e 16 anos;
- final - entre 17 e 18 anos;

Perante a lei o menor até 18 anos é isento de responsabilidade penal, seria, portanto, vítima da disfunção social.

A partir dos 18 anos transforma-se em inimigo da sociedade, se por um acaso ainda estiver institucionalizado, passará para uma casa de detenção de adultos. (Ver apêndices 2, 3 e 4)

Não resta dúvida que há uma certa incongruência nesta análise e, a esperança de todos os interessados no assunto é que o novo Código do Menor, que deverá ser aprovado em breve, tenha condições de corrigir estas distorções.

A Declaração de Direitos da Criança, da ONU, de 20 de novembro de 1959, concretizou a responsabilidade dos adultos para com as crianças. Proclama a todas as crianças, o direito amplo e integral, de serem respeitadas como tal e que, as comunidades deveriam lhes dar todas as possibilidades de um desenvolvimento normal e sadio, em razão de sua falta de maturidade física e intelectual. Porém, isto não ocorre. A todo momento temos notícias do sacrifício de crianças pelos motivos mais bárbaros possíveis, difícil até de crer que tais atrocidades são cometidas por mãos humanas ou, cérebros humanos. A todo momento sabemos do desenvolvimento da delinquência em todas as partes do mundo. Isto quer dizer que a Declaração dos Direitos da Criança está sendo vilipendiada pelos quatro cantos do universo.

Estamos este ano, 1979, comemorando o Ano Internacio-

nal da Criança, na esperança de que os povos se lembrem da importância da infância no presente e para o futuro do país. Não nos esqueçamos que as boas ou más ações que a criança cometerá no decorrer de sua existência será fruto do que semearmos para ela no presente. Não nos esqueçamos também, que já fomos criança e que cada um, dentro de si, guarda um pouco da criança que foi. Não nos esqueçamos de que quando somos felizes, somos crianças.

7.6.3 - Menor abandonado

Pelo Código do Menor, é considerado abandonado, menores de 18 anos:

- I - que não tenham - habitação certa
 - nem meios de subsistência
 - por serem seus pais - falecidos
 - desapare-
 - cidos
 - desconhe-
 - cidos
 - ou não terem tutor ou guardião

- II - que se encontrem
 - eventualmente
 - sem habitação certa
 - nem meios de subsistência
 - devido a - indigência
 - enfermidade
 - ausência
 - prisão
 - dos pais
 - ou guardiães

III - que tenham

- pai
- mãe
- tutor
- ou guardião

reconhecidamente
incapaz
ou impossibilitado
de cumprir deve
res
para com eles

IV - que tenham

- pai
- mãe
- ou guardião

que se entregue
- à prática de
atos contrá-
rios à moral
e aos bons
costumes

V - que se encontrem

em estado habitual

de vadiagem
mendicidade
libertinagem

VI - que frequentem

lugares de jogo

ou de moralidade
duvidosa

ou andem

na companhia de gente

viciosa
ou de má vida

VII - que sejam vítimas

- de maus tratos
físicos habituais
ou castigos imoderados
- privados de alimentos
ou cuidados à saúde
- empregados em ocupações proibidas
ou contrárias à moral e aos bons costumes
- excitados habitualmente à
ganância
mendicância
ou libertinagem
 - devido à crueldade
 - abuso
 - negligência
 - exploração

dos pais
tutor
ou guardião

VIII - que tenham

pai
mãe
tutor
ou guardião condenado a sentença
irrecorrível

- a mais de 2 anos
de prisão
- a qualquer pena
como co-autor
- cúmplice
- encobridor
- receptador

de crime cometido
pelo filho
pupilo

menor sob sua guarda
ou por crime contra estes

(Cavallieri, 1977)

Feito o diagnóstico do menor carenciado por equipe especializada da FUNABEM poderão ocorrer algumas soluções: se tiver família, volta ao lar com assistência e orientação estendida aos familiares; se positivado o abandono, internação em uma das unidades da FUNABEM, neste caso poderá ocorrer, também, a colocação num lar substituto ou se dar a adoção.

7.6.4 - Menor infrator

A comunidade aceita que o menor não seja punido através de uma pena criminal; o que não aceita é a ausência de consequência para o seu ato.

O menor não é submetido a processo penal, isto quer dizer que o ato que pratique não tem consequência jurídica.

Cavallieri (1977) propõe como conceito: menor infrator é uma pessoa de até 18 anos de idade que pratica ato previsto em lei penal sujeitando-se a medidas prescritas na legislação especial.

O Código do Menor vigente, do Dr. Mello Matos, de 1927, disciplina a incidência penal da seguinte maneira:

- até 14 anos - nenhum processo, mas internação se se tratasse de pervertido ou doente;
- de 14 a 18 anos - processo especial;
- de 16 a 18 anos - se perigoso, internação em estabe-

lecimento especial;

- de 18 a 21 anos - pena atenuada.

Os menores são autuados nas Delegacias de Menores e , em seguida, enviados ao Juizado de Menores. O magistrado especializado é que decidirá do seu futuro, após ter ouvido o Curador de Menores.

Se for constatado que não há periculosidade podem ser aplicadas duas medidas:

- a) entrega do menor à família ou responsável ou a quem assuma a responsabilidade;
- b) interno em estabelecimento de reeducação ou profissional e a qualquer momento pode revogar a medida.

Se for constatada a periculosidade será internado em estabelecimento adequado até cessação da periculosidade que deve ser constatada através de pareceres do diretor do estabelecimento e do Curador de Menores.

"Se o menor completar 21 anos, sem que tenha sido revogada a medida de internação, será transferido para colônia agrícola ou para o instituto de trabalho, reeducação ou de ensino profissional, ou seção especial de outro estabelecimento à disposição do Juiz Criminal". (§ 2º do Art. 7º da Lei de Introdução ao Código Penal).

Se o menor for abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser, a autoridade competente promoverá a sua colocação em asilo, casa de educação, escola de preservação ou o confiará a pessoa idônea por todo o tempo necessário à sua educa-

ção e contando que não ultrapasse a idade de 21 anos (§ 2º Art. 68 do Código Menor).

O menor de 18 anos não pode ser considerado reincidente; mas, a repetição da infração penal da mesma natureza ou a perpetração de outra diferente contribuirá para o equiparar a menor moralmente pervertido, ou com persistente tendência ao delito (art. 85, Cod. Menor).

O menor é submetido a processo especial. Isto quer dizer que o processo corre em segredo de justiça; é "vedada a publicação total ou parcial, pela imprensa ou qualquer outro meio, dos atos e documentos do processo, debates e ocorrências e decisões das autoridades". (art. 89, Cod. Menor). Proíbe também a exibição de fotografias. Só devem ser indicadas as iniciais do nome do menor.

Quanto à natureza do crime cometido pelo menor usaremos a classificação feita por uma equipe de pesquisa da FUNABEM. Escolhemos esta classificação por ser fruto de trabalho do órgão especializado em manter os menores abandonados e os de conduta anti-social no Brasil.

CONDUTA ANTI-SOCIAL				
Grau	Contra a Pessoa	Contra o Patrimônio	Contra os costumes	Contravenções e leis de tóxicos
I- Grave	-Homicídio doloso -Lesão corporal	-Roubo -Furto com violência pessoal	-Lenocínio -Estrupro -Crime contra a liberdade sexual	-Tráfico de tóxicos -Porte de arma
II- Moderado	-lesão -rixas -homicídio culposo	-furto com violência material	-crime contra liberdade sexual mediante fraude -sedução	-falta de habilitação para dirigir -jogo de azar
III- Leve		-Furto simples -Dano	-Ultraje público ao pudor -sedução	-perturbação do trabalho e sossego -mendicância

Contudo, para que cada menor seja incluído nesta classificação, segundo os seus graus, outros indicadores deverão ser levantados e relacionados a essa distribuição jurídica, tais como:

- delitos praticados em bandos;
- criminalidade inter-local;
- reincidência em prazos curtos;
- distúrbios psíquicos graves ou leves (segundo a classificação da OMS);
- nº elevado de incidentes judiciais e policiais;
- fugas frequentes do lar e/ou Instituição;
- doenças infanto-juvenis de grave repercussão no desenvolvimento;
- rejeição por responsáveis e/ou outra pessoa;
- desajuste familiar, etc.

7.7 - Conclusão

O crime é considerado um fato universal pela sua presença em qualquer comunidade. É produto sócio-cultural porque os elementos causais da sua aparição seriam decorrentes de realidades culturais.

A desintegração sócio-econômica-política de uma sociedade contribuem para a desorganização individual. A violência é fator comum nos grandes centros urbanos mais do que nos meios rurais.

A necessidade de competição, as necessidades básicas humanas e a liberdade individual seriam fatores fundamentais ligados ao surgimento de conflitos entre o indivíduo e o meio, que levariam o sujeito à prática de delitos.

Estudos da Psicologia Científica trouxeram grande contribuição para a Criminologia e o Direito Penal. Tanto a Psicologia de origem condutista como a profunda vêm o ser humano como determinado em suas ações. Esta determinação estaria ligada à experiências prévias, condições psíquicas e ambientais.

A sanção penal como é aplicada atualmente é considerada anti-científica, isto porque, ao em vez de eliminar a prática delituosa aumenta sua incidência. Daí, a necessidade de uma reformulação da ciência do Direito no que diz respeito à responsabilidade penal, buscando subsídios nas ciências do Comportamento.

O doente mental e o delinquente são vistos pela sociedade como entidades semelhantes. Ambos têm em comum a evolu-

ção dos seus processos - resultado da complexa interação psico-fisiológica-social e o tratamento que a sociedade lhes outorga - o isolamento.

O menor abandonado e o menor delinquente, pelo Código do Menor, vigente no Brasil, são submetidos ao mesmo processo e tratamento. Há necessidade premente de uma reformulação sobre o assunto. O governo brasileiro já está estudando o novo Código e esperamos que em breve esta situação irregular possa ser sanada.

8 - PESQUISA DE CAMPO

8.1 - Introdução

Scarpitti (1971), nos EEUU, fez um trabalho sobre o delinquente juvenil e a sua percepção de valores e oportunidades dentro da sociedade. O objetivo de Scarpitti era responder às pesquisas, de natureza sociológica, que mostram a delinquência juvenil como produto do meio, não considerando os fatores psicológicos. A conclusão a que chegou foi que a auto-estima - fator essencialmente psicológico - é variável relevante na situação. Os jovens institucionalizados por conduta anti-social apresentaram baixo grau de auto-estima. Esta variável, segundo Scarpitti, influenciaria a percepção de valores e as possibilidades de acesso à oportunidades.

Com base no trabalho acima, Cardoso (1977) fez uma pesquisa sobre o grau de auto-estima comparando jovens institucionalizados e não institucionalizados e não comprovou os resultados de Scarpitti. O grupo de sujeitos institucionalizados apresentou estatisticamente média mais alta do que a do grupo não institucionalizado, no que se refere a auto-estima. Partindo destes resultados muitas questões foram levantadas e, uma delas, talvez a mais pertinente foi escolhida para tema deste trabalho.

8.2 - Formulação da hipótese de trabalho

Em capítulo anterior vimos o desenvolvimento do sentimento da auto-estima e as variáveis que influenciam no seu alto ou baixo grau.

O sentimento de insuficiência afeta a auto-estima po-

dendo se transformar em sentimentos agressivos que mascaram a impotência frente ao mundo e a si mesmo.

A "idealização do eu", forma de auto-diminuição, pode considerar uma fraqueza como uma fortaleza ou pode mascarar qualidades em fraquezas auto-impostas.

Um dos sintomas da auto-rejeição é o sujeito se apresentar auto-destrutivo envolvendo-se em dificuldades, correndo risco de ser punido ou mesmo atingido por uma desgraça.

Algumas teorias de base psicanalítica mostram que o jovem com baixo grau de auto-estima pode marcarar sentimentos de menos-valia, através de mecanismos de defesa, assumindo características comportamentais de super-valorização - próprias do sujeito com elevado grau de auto-estima - afirmando sua condição com atos deliquenciais de caráter grave.

A partir dos resultados da pesquisa de Cardoso (1977) em que o grupo de jovens institucionalizados por conduta anti-social apresentaram estatisticamente média mais alta do que o grupo não institucionalizado no que diz respeito ao sentimento de auto-estima, formulamos a hipótese deste trabalho, ou seja : o elevado grau de auto-estima tem relação positiva com atos deliquenciais de natureza grave.

8.3 - Metodologia

8.3.1 - Amostra

A amostra foi constituída de 106 sujeitos aleatórios , de sexo masculino, faixa etária entre 12 e 18 anos, nível de es-

colaridade mínimo da 3a. série do 1º grau, provenientes de instituições pertencentes à FUNABEM - Centro de Reeducação de Menores (CRM) e Instituto Padre Severino (IPS). Os sujeitos foram institucionalizados por ordem do Sr. Juiz de Menores, por terem infringido artigos do Código Penal Brasileiro.

8.3.2 - Instrumentos

1. QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL - foi preenchido com o auxílio do Setor de Assistência Social, um questionário com os dados sobre o sujeito, inclusive com a infração cometida e o número de vezes em que houve esta ocorrência. Este questionário foi baseado no instrumento usado pelo Juizado de Menores do Rio de Janeiro. (Vide Apêndice 5)
2. ESCALA DE AUTO-ESTIMA - de JANIS & FIELD, tradução da versão francesa, adaptada para o Brasil, em 1976, pela professora Maria José Ulhoa, da Universidade de Brasília. Os sujeitos testados foram adolescentes da Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal. Esta escala se propõe não só a fazer um diagnóstico da personalidade delinquente e neurótica como também, detectar os aspectos psicodinâmicos da personalidade de adolescentes e o prognóstico de desempenhos futuros.

A escala compreende um questionário simples, com 23 itens e uma folha de resposta. A aplicação é rápida e de fácil correção. (Vide Apêndice 6) Como na escala original, os itens se referem ao sentimento de inadequação social, porém, pode-se estabelecer tam

bem, a correlação entre o nível de auto-estima e a força do ego, e o nível de ansiedade.

De acordo com a avaliação é considerado o mais alto grau de auto-estima 107 pontos e o mais baixo grau, 31 pontos. O sujeito deve marcar com uma cruz a resposta em cada item que ele crê ser o mais adequado. Atribui-se quotas de 1 a 5, de acordo com a numeração do item. Às questões 3 e 7 são creditados os valores ao contrário, de 5 a 1.

8.3.3 - Avaliação

1 - Foi feita a contagem de pontos da escala de auto-estima para cada sujeito. De acordo com o número de pontos alcançados os sujeitos foram classificados em 3 categorias - alta, média, baixa - como pode ser visto na tabela 1. Para calcularmos o grau médio da auto-estima foi usada a média entre os extremos e mais ou menos meio desvio-padrão. Para cálculos estatísticos ver Apêndice 7.

2 - Foi feita a classificação do crime, para cada sujeito, em grave, moderado ou leve, baseado no trabalho da FUNABEM, citado anteriormente. Foram usados três juizes para a classificação a fim de eliminar tendenciosidade. (Vide Apêndice 4).

3 - De acordo com os dados dos itens 1 e 2 foi feita a classificação entre o grau de auto-estima (alta, média e baixa) e o tipo de delito cometido (grave, moderado ou leve). (Vide tabela 3).

8.3.4 - Tratamento estatístico

Justificou-se o uso do teste estatístico χ^2 (CHI QUADRADO) por estarmos diante de duas categorias distintas, delito e sentimento de auto-estima e, dispunhamos de dados relativos à frequência de ambos. (Rodrigues, 1975).

TABELA I

VALOR DA AUTO-ESTIMA		
ALTA	MÉDIA	BAIXA
de 107 a 76	de 75 a 63	de 62 a 31

Obs. Para o cálculo do valor médio da auto-estima ver Apêndice 5.

TABELA II

Número total de sujeitos em cada grau da auto-estima			
ALTA	MÉDIA	BAIXA	TOTAL
41	21	44	106

TABELA III

Número de sujeitos de acordo com o grau de auto-estima e o tipo de crime cometido				
AUTO-ESTIMA	CRIME			TOTAL
	GRAVE	MODERADO	LEVE	
ALTA	20	5	16	41
MÉDIA	7	3	11	21
BAIXA	17	9	18	44
TOTAL	44	17	45	106

A auto-estima é variável relevante no que diz respeito

ã conduta anti-social.

No teste X^2 , para 2 graus de liberdade, o valor crítico é 5,99; o valor encontrado foi 10,04, donde se conclui que há relação entre auto-estima e conduta anti-social. Para cálculos estatísticos ver Apêndice 7.

Hipótese do trabalho: o alto grau de auto-estima estaria em relação positiva com atos delinqüenciais de natureza grave.

O nível de significância foi 0,05. Para 4 graus de liberdade o valor crítico é 9,49; o valor observado foi 2,46, donde se conclui que não há comprovação estatística da hipótese. Para cálculos estatísticos ver Apêndice 7.

8.3.5 - Discussão dos resultados

Foi comprovado estatisticamente que o grau de auto-estima é variável relevante e influencia o comportamento anti-social como foi dito anteriormente.

Quanto a hipótese deste trabalho não foi comprovada estatisticamente. Concluiu-se, portanto, que o elevado grau de auto-estima não teria relação positiva com atos delinqüenciais de natureza grave.

Se observarmos as contingências da Tabela III e fizermos uma análise qualitativa dos dados poderemos tirar algumas conclusões bastante interessantes e significativas.

1. O maior índice de delitos foi cometido por sujeitos com baixo grau de auto-estima.
2. O menor índice de delitos, foi de caráter moderado, cometidos

por sujeitos de auto-estima de grau médio.

3. O maior índice de delitos graves foi cometido por sujeitos com alto grau de auto-estima.
4. Os delitos de natureza grave foram cometidos por sujeitos com alto grau de auto-estima seguidos pelos sujeitos de baixo grau de auto-estima.
5. O maior número de delitos, de natureza leve, foram cometidos por sujeitos com grau de auto-estima baixo seguidos pelos sujeitos de elevado grau de auto-estima, sendo a diferença não significativa.
6. Há diferença significativa entre delitos de natureza grave e leve quando relacionados com os delitos de natureza moderada.

Partindo desses dados poderemos fazer algumas inferências.

Houve uma tendência para maximização ou minimização da natureza do delito em grave e leve. A categoria "moderada" ficou prejudicada. Registraram-se 17 evidências contra 44 de caráter grave e 45 de caráter leve.

Discutimos que estes resultados podem estar prejudicados pela própria classificação em que foram baseados, denunciando uma tendência para maximizar ou minimizar os delitos. Esta classificação está pautada nas leis decorrentes dos ditames sociais (Código do Menor).

Haveria, portanto, uma tendência a dicotomizar o mau e o menos mau, levando à polarização dos delitos, como resultado das imposições da própria sociedade.

É fácil dizer que o ato cometido pelo jovem é de cará

ter grave porque assim a punição não trará conflitos para a família ou para a comunidade. A punição normalmente usada é a institucionalização do menor. Esta situação é cômoda, do ponto de vista da sociedade, porém, para o jovem é o início de um estigma que levará sempre consigo. A sociedade para se proteger exige que o menor de conduta anti-social seja institucionalizado, isto quer dizer, que deverá ser afastado do convívio social.

Os jovens que cometem delitos leves devem ter maiores oportunidades de serem reeducados para que não venham a cometer delitos idênticos ou de natureza mais grave.

Discutimos, primeiramente, a grande incidência de níveis altos e baixos de auto-estima em relação aos delitos de natureza grave e leve. Desde que a média deve ser, pelos menos em caráter teórico, uma característica de normalidade (ou seja, a maioria se situa em faixa média) estaria coerente este achado com a proposição do trabalho. Como os sujeitos estudados estariam fora desta faixa de normalidade em adaptação social, podemos afirmar que o alto e o baixo grau de auto-estima é variável relevante no que diz respeito à conduta anti-social.

Esta tendência à maximização e minimização do caráter do delito dificulta qualquer trabalho de correlação com variáveis de características de personalidade.

Outra discussão interessante é sobre os itens 1, 3, 4 e 5.

O item 3 não foi comprovado estatisticamente, mas do ponto de vista qualitativo foi achado entre os sujeitos da pesquisa. Está bem claro na tabela das contingências. Seria a nossa

hipótese de trabalho.

Quanto aos itens 1, 4 e 5 parece haver certa incongruência entre os resultados. Como os sujeitos com elevado e baixo grau de auto-estima delinquem da mesma maneira? Esta questão deixará de ser contraditória se partirmos de estudos das interações grupais entre os adolescentes e características de personalidade.

Vimos anteriormente que os bandos de delinquentes são produtos naturais do processo social. Existe uma hierarquia de dominância entre eles, em que o mais extrovertido, que tem mais prestígio, confiabilidade e for mais violento irá liderar os outros e tentará alcançar os objetivos para o grupo.

Por outro lado, vimos também que jovens podem mascarar sentimentos de baixa auto-estima recorrendo a atuações no meio-ambiente, isto é, poderão apresentar comportamentos mais adequados a indivíduos com elevado grau de auto-estima.

Partindo desses pressupostos, poderemos inferir que os jovens com aparente grau elevado de auto-estima exerceriam funções de liderança tendo como seguidores os jovens com baixo grau de auto-estima uma vez que estes não teriam condições de exercer a liderança. Líder e seguidores cometeriam juntos atos delituosos e ao serem detidos e punidos estariam sujeitos a mesma infração penal, pois estariam sob os mesmos efeitos legais. Logo, o índice de delitos pode ser mais ou menos como mostra a tabela de contingências.

Face a tais deduções poderíamos dizer que nesta pesquisa a hipótese de trabalho estaria comprovada se partirmos da aná

lise qualitativa dos dados.

8.4 - Outros comentários sobre a pesquisa

Na pesquisa levada a efeito foi excluído o sexo feminino porque as meninas são internadas em instituições da FUNABEM por motivos, às vezes, diferentes dos meninos não englobando comportamentos delinqüenciais.

O nível de escolaridade exigido foi o mínimo desejável para interpretação de texto, já que a escala de auto-estima é um instrumento que exige compreensão verbal por parte do sujeito. Esta foi uma das grandes dificuldades encontradas para prosseguimento deste trabalho. A maioria dos jovens institucionalizados não alcançam o nível de escolaridade desejado ou seja a 3a. série do 1º grau. O que pudemos observar é que grande parte destes jovens permanecem analfabetos ou abandonaram a escola primária no 1º ou 2º ano. A variável analfabetismo poderia ser mais explorada ou ser tema de nova pesquisa. Existe esta diferença entre os jovens brasileiros e americanos que apresentam conduta anti-social. O jovem americano não apresenta em seu repertório de variáveis, o analfabetismo.

Foi escolhido o 3º ano do 1º grau, como nível mínimo baseado nos resultados da pesquisa anterior realizada por Cardoso(1977). Assim mesmo fomos obrigados a anular alguns testes por falta de compreensão verbal.

Inicialmente, os pesquisadores se propuseram a trabalhar com uma amostra de 200 sujeitos. Conseguiram testar 183 jovens institucionalizados com a escolaridade desejada. Foi aplica

da a escala de auto-estima e 77 sujeitos foram eliminados ou por não terem respondido adequadamente ao teste ou porque foi necessário anulá-lo por outras razões, como por exemplo, a identidade falsa. A amostra se reduziu a 106 sujeitos.

8. 5 - Conclusão

Foi realizada uma pesquisa de campo sobre a relação entre o sentimento de auto-estima e o comportamento anti-social. Foram usados 106 sujeitos institucionalizados. Os resultados estatísticos comprovaram a hipótese de que o grau de auto-estima é variável relevante e influencia o comportamento anti-social. A hipótese específica deste trabalho não foi comprovada estatisticamente, porém, numa análise da qualidade das respostas dos sujeitos, houve evidência da situação proposta, ou seja, o elevado grau de auto-estima estaria relacionado com atos delinqüenciais de natureza grave.

Na discussão dos resultados mostrou-se a importância das relações grupais no comportamento anti-social e o funcionamento dos bandos como uma característica do fenômeno delinqüencial.

O sentimento de baixa auto-estima, presente na conduta anti-social, pode, às vezes, se apresentar mascarando elevado grau de auto-estima. Este disfarce seria importante para manter a aparência frente aos outros, porém, o próprio indivíduo pode ter consciência da sua inadequação. Este mascaramento estaria funcionando como um mecanismo de defesa frente à sociedade que lhe é hostil, uma vez que lhe nega oportunidades de acesso.

O sentimento de auto-estima está presente no funcionamento dos bandos. O sujeito com elevado grau seria o líder, os seguidores seriam os jovens com baixo grau porque sentir-se-iam impotentes de operar isoladamente. O líder os fará sentir-se seguros e confiantes. Um lobo sozinho não ataca nunca.

9 - CONCLUSÃO GERAL

Bertrand Russell (1956) disse: "Uma sociedade sadia e progressista exige tanto controle central como iniciativa individual e de grupo: sem controle há anarquia e, sem iniciativa, há estagnação".

Apresenta uma proposta com três fins primários para um governo: segurança, justiça e conservação.

Segurança no sentido de proteção à vida e à propriedade. Só assim as pessoas retiram de si a incerteza quanto ao futuro.

Justiça sempre foi objetivo dos governos. É da máxima importância que se procurem meios de alcançar a igualdade econômica melhorando a posição das regiões menos favorecidas evitando situações desastrosas, como por exemplo, o êxodo rural que provoca nas grandes cidades o crescimento anormal de núcleos que se tornam focos de delinquência.

Conservação no sentido de manter suas tradições que dará ao cidadão possibilidades de motivação para construir visando o futuro sabendo que sua obra também será preservada, servindo de exemplo para gerações vindouras.

Frente a esta colocação vemos da importância de cada indivíduo, de cada grupo, de cada governo, na construção do amanhã. Se cada um destes elementos citados, lutar de "per si" será outro Dom Quixote frente a moinhos de vento. A união é fundamental para se construir o futuro sadio.

A delinquência juvenil está presente nas sociedades , não como comportamento anti-social, assim afirmado pela maioria dos teóricos das Ciências Sociais, mas como um comportamento de alerta ou de denúncia.

Alerta ou denúncia no sentido de que algo ocorre de errado ou a nível de indivíduos, em particular, ou a nível de núcleo familiar ou, ainda, a nível de estrutura sócio-econômica.

O ataque à pessoas, patrimonio ou a si mesmo, como é o caso do toxicômano, aumenta a cada dia que passa. São poucas as famílias que permanecem impunes a situações desta natureza.

A realidade brasileira não escapa desta análise. Não nos esqueçamos que 52,93% da nossa população tem a idade de 19 anos. O analfabetismo está presente. Presente também a má distribuição de rendas . O país em desenvolvimento com problemas graves, tanto de natureza interna como externa. Portanto, presente todas as variáveis para o surgimento de grandes núcleos marginalizados. Núcleos estes que denunciam que a realidade não está sendo fácil de ser suportada.

Quanto à solução é um problema com facetas múltiplas e, portanto, exigindo equipes interministeriais a nível governamental, equipes interdisciplinares a nível de trabalho grupal e individual. Além disso, exigindo que se alerte a todas as comunidades e conscientizem a todos os indivíduos da importância de colaborarem para se chegar a algum tipo de solução.

O governo sozinho não terá condições para solucionar o problema da delinquência. Não terá condições para colocar em instituições ou lares substitutos todos os jovens de conduta an-

ti-social, ou ainda de mante-los por algum tempo.

Se lembrarmos que um dos grandes problemas do delinquente é a figura da autoridade, qualquer tentativa que parta de instituições com tais características tem grande possibilidade de fracassar.

O ideal é o esforço conjunto da comunidade e dos cidadãos para dar oportunidade de afeto, escolaridade, trabalho, de maneira que o jovem se sinta seguro e importante dentro do seu contexto social. É fundamental que o jovem saiba que tem finalidade e objetivos que pode alcançar, como todos os outros jovens.

O estigma da delinquência é real na nossa sociedade, é tempo de extirpá-lo. Trabalho tenaz, esforço conjunto do governo e da sociedade.

"Não podemos dormir de consciência tranquila, Governo e comunidade, enquanto houver um menor abandonado perambulando ou dormindo no desamparo das ruas", palavras do Dr. M. Altenfelder na abertura do III Encontro Nacional de Secretários Estaduais, Presidentes de Fundações Estaduais e Diretores de Serviços de Menores, realizado em outubro de 1973. Diz ainda: "Existe - é necessário que se reafirme e enfatize - estreita relação entre o menor marginalizado e a luta pelo desenvolvimento nacional. Enquanto estivermos perdendo a capacidade de trabalho, o talento criativo, a cooperação de tantos brasileiros que, no período da infância e da adolescência, se encontram sem meios para alcançarem um status mais elevado na comunidade, estaremos assistindo o que se poderia denominar de uma verdadeira "sangria" de recursos humanos da Nação.

Mais do que um apelo de sentido emocional, lutar pelo menor - a favor da sua proteção e do seu desenvolvimento - é dever coletivo, onde o Poder Público e o cidadão respondem com igual parcela de responsabilidade".

Como muito bem acentuou o professor A. Rios (1973) "Quanto ao menor delinquente, problema mais difícil, uma coisa é certa, o insucesso dos internatos e estabelecimentos de recuperação. Se a rua transforma o menor abandonado em delinquente, o presídio muda o delinquente em fera. O caminho aqui é outro. O "depósito de presos", condenável no caso do adulto é um crime contra o menor. O sentido de certas experiências pedagógicas e psiquiátricas, por exemplo, está nos mostrando que a orientação tem que ser outra: uma gama de soluções conforme o tipo de delinquente, desde a família substituta, o companheiro, o empresário, o grupo ou a entidade que se voluntariam para receber o menor - até as comunidades de recuperação que podem, igualmente, desdobrar-se em comunidades pedagógicas ou terapêuticas conforme a natureza do delito e a solução mais adequada. Comunidades, não quistos, centros de acolhida, conjunto de lares, e não frias e burocráticas instituições que repetirão o esquema pobre dos asilos e presídios".

APÊNDICE 1

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL POR FAIXAS ETARIAS

FAIXA ETARIA	N	%
0 a 4 anos	15.123.600	16,21
5 a 9 anos	13.206.600	14,16
10 a 14 anos	11.411.400	12,23
15 a 19 anos	9.636.600	10,33
20 e mais anos	43.913.900	47,07
Total Geral:	93.292.100	100

FONTE: IBGE — Dados Estatísticos Parciais Necessários ao Estudo de Recursos Humanos no Brasil, FGV, 1971

DB5: Na faixa de 20 anos e mais, foram consideradas as idades ignoradas.

APÊNDICE 1

QUADRO 2

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 A 19 ANOS, POR ESTADO,
SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO

Unidade: 1.000

ESCOLARIDADE ESTADOS	TOTAL GERAL		SABEM LER E ESCREVER		NÃO SABEM LER E ESCREVER	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Acra	54	100	22	41	32	59
Alagoas	384	100	162	42	220	57
Amazonas	240	100	139	58	99	41
Bahia	1.804	100	922	51	871	48
Ceará	1.028	100	473	46	550	53
Distrito Federal	114	100	103	90	11	10
Espirito Santo	420	100	316	75	101	24
Goiás	727	100	501	69	223	31
Maranhão	729	100	323	44	401	55
Mato Grosso	393	100	271	69	120	31
Minas Gerais	2.890	100	2.150	74	731	25
Pará	535	100	370	69	162	30
Paraíba	564	100	268	48	292	52
Paraná	1.687	100	1.305	77	374	22
Pernambuco	1.223	100	653	53	564	46
Piauí	416	100	167	40	248	60
Rio Grande do Norte	356	100	185	52	170	48
Rio Grande do Sul	1.587	100	1.444	91	150	9
Rio de Janeiro	1.992	100	1.752	88	233	12
Santa Catarina	734	100	666	91	65	9
São Paulo	3.948	100	3.699	94	239	6
Sergipe	220	100	113	51	107	49
TOTAL GERAL	22.046	100	16.004	73	5.963	27

FONTE: Censo Demográfico — FIBGE — 1970

OBS : Por não haverem sido computados os "NÃO DECLARADOS" evidencia-se uma diferença para menos de 100 no total geral.

APÊNDICE 1

QUADRO 3

POPULAÇÃO DE 10 A 19 ANOS, DISCRIMINADA POR SUA SITUAÇÃO
NA FORÇA-DE-TRABALHO, SEGUNDO GRUPOS ETARIOS

Unidade: 1.000

SITUAÇÃO	TOTAL		AREA URBANA		AREA RURAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Na Força-de-Trabalho	37.750	54,7	2.876	23,2	8.156	57,0
Fora da Força-de-Trabalho	31.304	45,3	9.539	76,8	4.640	43,0
TOTAL:	69.054	100	12.415	100	10.796	100

FONTE: FIBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — 1973

APÊNDICE 1

QUADRO 4

POPULAÇÃO DE 10 A 19 ANOS, DISCRIMINADA POR ÁREAS DE
RESIDÊNCIA E SITUAÇÃO NA FORÇA-DE-TRABALHO,
SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS

Unidade: 1.000

SITUAÇÃO		TOTAL		10 A 14 ANOS		15 A 19 ANOS	
		N.	%	N.	%	N.	%
ÁREA URBANA	Na Força-de-Trabalho	4.198	29,5	840	11,3	3.358	49,3
	Fora de Força-de-Trabalho	10.044	70,5	8.594	88,7	3.450	50,7
	TOTAL:	14.242	100	7.434	100	6.808	100
ÁREA RURAL	Na Força-de-Trabalho	4.835	53,9	2.037	40,9	2.798	70,2
	Fora de Força-de-Trabalho	4.135	46,1	2.945	59,1	1.190	29,8
	TOTAL:	8.970	100	4.982	100	3.988	100

FONTE: FIBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — 1973

APÊNDICE 1

QUADRO 5

POPULAÇÃO "OCUPADA", DISCRIMINADA POR GRUPOS ETÁRIOS,
SEGUNDO TIPOS DE ATIVIDADE

Unidade: 1.000

GRUPO ETÁRIO	TOTAL		ATIVIDADES AGRÍCOLAS		ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS	
	N	%	N	%	N	%
10 a 14 anos	2.779	100	2.052	73,8	727	26,2
15 a 19 anos	5.810	100	2.739	47,1	3.071	52,9
20 anos e mais	28.193	100	10.207	36,2	17.986	63,8
TOTAL	36.782	100	14.998	40,8	21.784	59,2

FONTE: FIBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — 1973

APÊNDICE 1

QUADRO 6

POPULAÇÃO DE 10 A 19 ANOS FORA DA FORÇA-DE-TRABALHO,
DISCRIMINADA POR ÁREAS DE RESIDÊNCIA E SITUAÇÃO
OCUPACIONAL, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS

Unidade: 1.000

SITUAÇÃO	TOTAL		10 A 14 ANOS		15 A 19 ANOS		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
ÁREA URBANA	Em afazeres domésticos	1.638	16,3	681	10,3	957	27,7
	Frequêntando escola	7.081	70,5	5.086	77,2	1.995	57,8
	Não podem trabalhar	68	0,7	33	0,5	35	1,0
	Outros	1.256	12,5	793	12,0	463	13,5
	TOTAL	10.043	100	6.593	100	3.450	100
ÁREA RURAL	Em afazeres domésticos	1.552	37,5	805	27,3	747	62,8
	Frequêntando escola	2.118	51,2	1.797	61,0	321	27,0
	Não podem trabalhar	41	1,0	21	0,7	20	1,7
	Outros	424	10,3	322	11,0	102	8,5
	TOTAL	4.135	100	2.945	100	1.190	100

FONTE: FIBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — 1973

APÊNDICE 1

QUADRO 7

PESSOAS "EMPREGADAS", DISCRIMINADAS POR GRUPOS DE SALARIO
MENSAL (SALARIO-MINIMO) RECEBIDO, SEGUNDO
O TIPO DE REMUNERAÇÃO
Unidade: 1.000

GRUPO DE SALARIO	TOTAL		RECEBENDO SOMENTE EM DINHEIRO		RECEBENDO EM DINHEIRO E BENS	
	N	%	N.*	%	N.*	%
Até 1 salário-mínimo	10 256	54,4	7 327	43,4	2 929	84,9
Mais de 1 a 2 salários-mínimos	6 276	25,9	4 880	29,0	386	11,2
Mais de 2 a 3 salários-mínimos	2 035	10,0	1 963	11,6	72	2,1
Mais de 3 salários-mínimos	2 752	13,5	2 690	15,9	62	2,1
TOTAL	20 340 (*)	100 100	16 889	100	3 461	100

FONTE: FIBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — 1973.

(*) Um total de 112.468 pessoas recebe somente em bens; não foram computados os "NÃO DECLARADOS" de forma de pagamento.

APÊNDICE 2

QUADRO 1

TIPO "PRÉ-MARGINALIZADO" — SEGUNDA AGRUPAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUE CARACTERIZAM, CONFORME CONJUNTOS, OS MOMENTOS OU FASES DO PROCESSO DE MARGINALIZAÇÃO, DE ACORDO COM OS REGISTROS DAS CASAS DE PERMANÊNCIA E TRIAGEM DA FUNABEM, DE 1964 A 1974

A. ASPECTOS SOCIAIS

01. Pais separados, vivendo com o pai ou com a mãe			
● Menor filho de	099/90	II	02
02. Mãe empregada doméstica			
● Menor filho de	077/90	I	02
03. Vive em casa de familiares ou de estranhos			
● Menor que — porque abandonado pelos pais	134/30	II	03

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

01. Interesse pelo estudo			
● Menor sem	070/90	V	01
02. Pobreza de linguagem			
● Menor com	107/90	II	01
03. Raciocínio lógico			
● Menor sem	113/75	III	01

C. ASPECTOS PSICOLÓGICOS

01. Agressividade			
● Menor com	004/95	I	01

(*) A numeração à esquerda refere-se à ordem de manifestação das variáveis.

(**) Dos números registrados à direita, por exemplo, 099/90 II 02, o primeiro (099/90) refere-se à ordem de série recebida na ordenação alfabética da patologia; o segundo (099/90) corresponde à probabilidade de ocorrência de acordo com os registros da FUNABEM; o terceiro, em romano (II 02), é o número do Grupo; o quarto (II 02) é o número da série da variável no Grupo.

QUADRO 1-A

02. Carência afetiva			
● Menor com	022/90	III	01
03. Insegurança			
● Menor com	068/85	I	02
D. ASPECTOS DE SAÚDE			
01. Verminose			
● Menor portador de	131/98	III	01
02. Desnutrição			
● Menor com	044/85	III	02
03. Anemia			
● Menor apresentando	009/70	III	03

APÊNDICE 2

QUADRO 2

TIPO "ACESSO" — SEGUNDA AGRUPAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUE CARACTERIZAM, CONFORME CONJUNTOS, OS MOMENTOS OU FASES DO PROCESSO DE MARGINALIZAÇÃO, DE ACORDO COM OS REGISTROS DAS CASAS DE PERMANÊNCIA E TRIAGEM DA FUNABEM, DE 1964 A 1974

A. ASPECTOS SOCIAIS

01. Pais subempregados			
● Menor filho de e/ou Pais migrantes	100/95	I	01 **
● Menor filho de	095/10	I	05
02. Pai abandonou a família			
● Menor procedente de lar cujo e/ou Pais não assumem seu papel	090/90	II	01
● Menor cujos	096/80	V	02
03. Perambula pelas ruas			
● Menor que sem ocupação (“menor de rua”)	103/70	VII	01
04. Ocupação e/ou atividades lucrativas marginalizantes			
● Menor que se dedica à	086/60	VII	02

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

01. Escolaridade interrompida

[*] A numeração à esquerda refere-se à ordem de manifestação das variáveis.

[**] Dos números registrados à direita, por exemplo, 105/95 I 01, o primeiro (100/95) refere-se à ordem da série recebida na ordenação alfabética da patologia; o segundo (100/95) corresponde à probabilidade de ocorrência de ocorrência de acordo com os registros da FUNABEM; o terceiro, em romano (I 01), é o número do Grupo; o quarto (I 01) é o número da série da variável no Grupo.

QUADRO 2-A

• Menor de e/ou	051/80	I	02
Nunca freqüentou a escola (até 14 anos)			
• Menor que	085/75	I	03
02. Dificuldade de comunicação			
• Menor com	047/70	II	04
03. Dificuldade de aprendizagem			
• Menor com	046/70	III	02
C. ASPECTOS PSICOLÓGICOS			
01. Ansiedade			
• Menor com	011/80	I	04
02. Relacionamento			
• Menor com dificuldade de	117/75	IV	01
03. Meio ambiente			
• Menor com desconfiança em relação ao	079/70	IIIV	03
D. ASPECTOS DE SAÚDE			
01. Cárie Dentária			
• Menor portador de	023/80	VII	01
02. Dermatose			
• Menor portador de	043/80	V	01
03. Amigdalite			
• Menor portador de	006/50	II	01
04. Virose			
• Menor portador de	132/15	II	02
E. ASPECTOS JURÍDICOS			
01. Contraventor			
• Menor	032/07	V	01
02. Infante abandonado			
• Menor pelos responsáveis	067/20	I	02
03. Crimes contra o Patrimônio			
• Menor autor de	036/70	II	01

APÊNDICE 2

QUADRO 3

TIPO "INTERMEDIÁRIO" — SEGUNDA AGRUPAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUE CARACTERIZAM, CONFORME CONJUNTOS, OS MOMENTOS OU FASES DO PROCESSO DE MARGINALIZAÇÃO, DE ACORDO COM OS REGISTROS DAS CASAS DE PERMANÊNCIA E TRIAGEM DA FUNABEM, DE 1964 A 1974

A. ASPECTOS SOCIAIS

* 01. Pais subempregados			
● Menor filho de e/ou	100/95	I	01 **
Mãe empregada doméstica			
● Menor filho de	077/90	I	02
02. Pai abandonou a família			
● Menor procedente de lar cujo e/ou	090/90	II	01
Pais não assumem seu papel			
● Menor cujos	096/80	V	02
03. Rejeita os pais em união conjugal irregular			
● Menor que	116/50	V	03
04. Ocupação e/ou atividades lucrativas marginalizantes			
● Menor que se dedica a	086/60	VII	02
05. Explorado			
● Menor comercialmente por adultos	054/20	VI	01

(*) A numeração à esquerda refere-se à ordem de manifestação das variáveis.

(**) Dos números registrados à direita, por exemplo, 100/95 I 01, o primeiro (100/95) refere-se a ordem da série recebida na ordenação alfabética da patologia; o segundo (100/95) corresponde à probabilidade de ocorrência, de acordo com os registros da FUNABEM; o terceiro, em romano (I 01), é o número do Grupo; o quarto (I 01) é o número de série da variável no Grupo.

QUADRO 3-A

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

01. Habilidade no trato social			
● Menor sem	062/90	II	02
02. Pobreza de linguagem			
● Menor com	107/90	II	01
03. Analfabeto (até 14 anos)			
● Menor e/ou Escolaridade interrompida	008/85	I	01
● Menor de	051/80	I	02
04. Raciocínio lógico			
● Menor sem	113/75	III	01
05. Problema de coordenação motora			
● Menor com	109/70	IV	01
06. Apático			
● Menor	012/20	V	02

C. ASPECTOS PSICOLÓGICOS

01. Agressividade			
● Menor com	004/95	I	01
02. Carência afetiva			
● Menor com	022/90	III	01
03. Insegurança			
● Menor com	068/85	I	02
05. Ansiedade			
● Menor com	011/80	I	04
06. Rejeição afetiva			
● Menor com	115/70	III	02
07. Complexo de inferioridade			
● Menor com	030/70	II	03

QUADRO 3-B

08. Meio ambiente			
● Menor com desconfiança em relação ao	079/70	IV	03
D. ASPECTOS DE SAÚDE			
01. Verminose			
● Menor portador de	131/98	III	01
02. Dermatose			
● Menor portador de	043/80	V	01
03. Cárie Dentária			
● Menor portador de	023/80	VII	01
04. Anemia			
● Menor apresentando	009/50	II	01
05. Amigdalite			
● Menor portador de	006/50	II	01
06. Neurose			
● Menor apresentando	083/45	III	01
07. Fimose			
● Menor com	059/30	VI	01
08. Epilepsia			
● Menor com	050/20	I	02
09. Virose			
● Menor portador de	132/15	II	02
10. Desvio sexual			
● Menor apresentando	045/10	I	04
11. Deficiência mental leve			
● Menor com	038/08	I	05
E. ASPECTOS JURÍDICOS			
01. Explorado			
● Menor em atividade anti-social, e liderado por adulto	055/40	III	01

QUADRO 3-C

02. Crimes contra o Patrimônio			
● Menor autor de e/ou	036/70	II	01
Suspeito ou co-autor de crime contra o Patrimônio			
● Menor	126/01	II	04
03. Contraventor			
● Menor	032/07	V	01

APÊNDICE 2

QUADRO 4

TIPO "FINAL" — SEGUNDA AGRUPAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUE CARACTERIZAM, CONFORME CONJUNTOS, OS MOMENTOS OU FASES DO PROCESSO DE MARGINALIZAÇÃO, DE ACORDO COM OS REGISTROS DAS CASAS DE PERMANÊNCIA E TRIAGEM DA FUNABEM, DE 1964 A 1974

A. ASPECTOS SOCIAIS

01. Perambula pelas ruas

- Menor que sem ocupação ("menor de rua")
a/ou 103/70 VII 01 **

Migrante isoladamente

- Menor 081/20 III 01

02. Ocupação e/ou atividades lucrativas marginalizantes

- Menor que se dedica a
a/ou 086/60 VII 02

Prostituição

- Menor que se dedica à 112/01 VII 03

03. Pais alcoólatras

- Menor filho de 091/60 VI 01

04. Rejeita os pais em união conjugal irregular

- Menor que 116/50 V 03

05. Explorado

- Menor comercialmente por adultos 054/20 VI 01

(*) A numeração à esquerda refere-se à ordem de manifestação das variáveis.

(**) Dos números registrados à direita, por exemplo, 103/70 VII 01, o primeiro (103/70) refere-se à ordem de série recebida na ordenação alfabética de patologia; o segundo (103/70) corresponde à probabilidade de ocorrência, de acordo com os registros da FUNABEM; o terceiro (VII 01) é o número do Grupo; o quarto (VII 01) é o número de série da variável.

QUADRO 4-A

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

01. Pobreza de linguagem			
● Menor com	107/90	II	01
02. Escolaridade interrompida			
● Menor de e/ou Analfabeto (após 14 anos)	051/80	I	02
● Menor	007/40	II	04
03. Dificuldade de Comunicação			
● Menor com	047/70	II	04
04. Deficiente mental (dependente, treinável, educável)			
● Menor	041/10	IV	03

C. ASPECTOS PSICOLÓGICOS

01. Agressividade			
● Menor com	004/95	I	01
02. Carência afetiva			
● Menor com	022/90	III	01
03. Percepção distorcida da realidade imediata			
● Menor com	104/90	IV	01
04. Aspiração elevada			
● Menor com nível de e/ou Auto-desvalorização	016/85	II	01
● Menor com	017/60	II	04
05. Narcisismo			
● Menor com	082/80	I	03
06. Traumatismos Psicológicos			
● Menor com	121/80	V	02
07. Relacionamento			
● Menor com dificuldade de	117/75	IV	01

QUADRO 4-B

08. Complexo de inferioridade			
● Menor com	030/70	II	03
09. Meio ambiente			
● Menor com desconfiança em relação ao	079/70	IV	03
10. Compensação afetiva			
● Menor com	029/10	III	04
D. ASPECTOS DE SAÚDE			
01. Verminose			
● Menor portador de	131/98	III	01
02. Cárie dentária			
● Menor portador de	023/80	VII	01
03. Dermatose			
● Menor portador de	043/80	V	01
04. Neurose			
● Menor apresentando	083/45		01
05. Doença venérea			
● Menor com	048/20	X	01
06. Perturbação de Personalidade			
● Menor com	106/20	I	03
07. Vírose			
● Menor portador de	132/15	II	02
08. Desvio sexual			
● Menor apresentando	045/10	I	04
09. Contusões e escoriações generalizadas			
● Menor apresentando	033/05	IX	01
10. Toxicomania			
● Menor com	127/05	I	06
11. Tuberculose			
● Menor apresentando	130/05	V	04

QUADRO 4-C

E. ASPECTOS JURIDICOS			
01. Sem documentos			
● Menor e/ou	122/80	III	01
Itinerante (sem domicílio)			
● Menor	072/40	III	02
02. Crimes contra o Patrimônio			
● Menor autor de	036/70	II	01
03. Explorado			
● Menor em atividade anti-social e liderado por adulto	055/40	I	01
04. Tóxicos			
● Menor — usuário (viciado) e/ou indutor e/ou distribuidor (atacadista) de	128/15	I	03
05. Sevícias			
● Menor vítima de a/ou	123/14	IV	01
Sedução			
● Menor vítima de	120/03	IV	02
06. Liberdade vigiada			
● Menor infrator das normas de	075/10	III	03
07. Contraventor			
● Menor	032/07	V	01
08. Co-autor de crime			
● Menor contra o Patrimônio	027/03	II	02
09. Co-autor de crime contra a pessoa			
● Menor	028/01	I	06
10. Crimes contra a pessoa			
● Menor autor de	034/01	I	07
11. Participante de bando ou quadrilha			
● Menor	102/01	I	04

QUADRO 4-D

12. Preso			
● Menor	108/01	II	03
13. Sedutor			
● Menor	121/01	I	05
14. Suspeito ou co-autor de crime contra o Patrimônio			
● Menor	126/01	II	04
16. Ameaças			
● Menor vítima de	005/01	IV	03
17. Crime contra a segurança nacional			
● Menor autor de	035/01	II	05
18. Clandestino			
● Menor	026/002	III	04

APÊNDICE 5

FICHA INDIVIDUAL

I - IDENTIFICAÇÃO

1. Nome do menor:
2. Nome do pai: (esclarecer se é vivo, se se padrasto):
3. Nome da mãe: (se é viva, se é madrasta):

II - OCORRÊNCIA JURÍDICA

1. Descrição da natureza da infração (assinalar local, tipo de droga ou instrumento utilizado e justificativa para o ato):
2. Em caso de droga, há suspeita de tráfico?
 - 2.1 . Sim
 - 2.2 . Não
 - 2.3 . Talvez
3. Carreira Judiciária anterior:
 - 3.1 . Com antecedentes
 - 3.2 . Sem antecedentes
 - 3.3 . Em caso afirmativo, qual o tipo de ação anti-social praticada, em que situação está o caso, qual o artigo do Código Penal em que está incurso.

III - INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O MENOR

1. Idade: _____ Data do Nascimento: _____
2. Sexo: _____
3. Cor: _____
4. Residência: _____
5. Bairro: _____ Telefone: _____

6. Naturalidade:

7. Modo atual de moradia:

7.1 . Vive com os pais

7.1.1 . Com ambos

7.1.2 . Com o pai

7.1.3 . Com a mãe

7.2 . Vive com companheiros (as)

7.3 . Vive só

7.4 . Vive em internato

7.5 . Vive com companheira (o)

7.6 . Vive com homossexual

IV - SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

1. Situação conjugal:

1.1 . Pais casados

1.2 . Pais amigados

1.3 . Pais separados

Desquitados:

1.4 . Pai falecido

1.5 . Mãe falecida

1.6 . Mãe solteira

1.7 . Padrasto

1.8 . Madrasta

1.9 . Pais adotivos

2. Composição familiar atual:

Membros (grau parentesco em relação ao menor)

Sexo

Idade

Sit. Ocupacional

2.1 . Relacionamento:

com pais (mãe ou pai):

irmãos:

parentes:

amigos:

3. Mobilidade Geográfica:

3.1 . Procedência geográfica familiar (especificar se vem de cidade grande ou pequena, zona rural ou capital):

3.1.1 . Do pai:

3.1.2 . Da mãe:

3.1.3 . Do menor:

3.1.4 . Tempo de residência no grande Rio:

V - SITUAÇÃO DO MENOR EDUCACIONAL:

1. Do menor:

1.1 . Número de anos que estuda ou estudou:

1.2 . Grau de escolaridade atingida:

1.3 . Persistência no estudo:

1.4 . Em caso de resposta afirmativa, qual o seu ideal de estudo:

1.5 . Em caso de resposta negativa, qual o motivo do abandono:

1.6 . Cursos de capacitação profissional realizados (natureza do curso, conclusão ou não do mesmo, oportunidades profissionais criadas ou a serem criadas):

2. Dos pais:

- 2.1 . Grau de escolaridade do pai:
- 2.2 . Grau de escolaridade da mãe:
- 2.3 . Cursos profissionais do pai:
- 2.4 . Cursos profissionais da mãe:
- 2.5 . Grau de escolaridade de outro possível responsável:

VI - SITUAÇÃO OCUPACIONAL

1. Do menor:

- 1.1 . Situação atual:
 - 1.1.1 . Trabalhando:
 - 1.1.2 . Estudando:
 - 1.1.3 . Desocupado:
- 1.2 . Número de empregos já exercidos (especificar):
- 1.3 . Idade que começou a trabalhar:
- 1.4 . Setor de atividade atual (especificar):
- 1.5 . Valor da quantia que recebe:

APÊNDICE 6

ESCALA DE AUTO-ESTIMA

- 1) Quantas vezes aconteceu você se sentir inferior à maioria das pessoas que conhece ?
 - 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca
- 2) Você já pensou que é uma pessoa sem valor ?
 - 1 - muitas vezes
 - 2 - algumas vezes
 - 3 - indiferente
 - 4 - poucas vezes
 - 5 - nunca
- 3) Você está convencido de que é estimado e/ou respeitado pelas pessoas que conhece ?
 - 1 - muitas vezes
 - 2 - algumas vezes
 - 3 - indiferente
 - 4 - poucas vezes
 - 5 - nada
- 4) Quantas vezes você se sentiu punido por seus erros ?
 - 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca
- 5) Você já se sentiu desencorajado a ponto de pensar que nada mais tem importância ?
 - 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes

- 4 - raramente
 - 5 - nunca
- 6) Quantas vezes você já teve a impressão de se detestar ?
- 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca
- 7) Em geral, em que medida você confia em si mesmo ?
- 1 - muitas vezes
 - 2 - algumas vezes
 - 3 - indiferente
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca
- 8) Quantas vezes você já teve a impressão de não fazer nada direito ?
- 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca
- 9) Em que medida você se preocupa em saber se tem boas relações com os outros ?
- 1 - muitas vezes
 - 2 - algumas vezes
 - 3 - indiferente
 - 4 - poucas vezes
 - 5 - nada
- 10) Quantas vezes lhe ocorreu você sentir humor, em relação a críticas sobre seu trabalho, que poderiam ser feitas por um de seus superiores ?
- 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca

- 11) Você já se sentiu constrangido quando entrou sozinho num lugar onde se encontram outras pessoas conversando ?
- 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca
- 12) Quantas vezes você se preocupou com a impressão que causa às pessoas ?
- 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca
- 13) Quando você tem que falar com um grupo de pessoas da sua idade, você costuma ficar preocupado, atrapalhado ?
- 1 - muitas vezes
 - 2 - algumas vezes
 - 3 - indiferente
 - 4 - poucas vezes
 - 5 - nada
- 14) Quando você tenta ganhar um jogo ou uma competição esportiva frente a espectadores, você se sente habitualmente nervoso ou agitado ?
- 1 - muitas vezes
 - 2 - algumas vezes
 - 3 - indiferente
 - 4 - poucas vezes
 - 5 - nada
- 15) Em que medida você se preocupa com o fato de pessoas de suas relações considerá-lo como vitorioso ou fracassado no seu trabalho ou carreira ?
- 1 - muitas vezes
 - 2 - algumas vezes
 - 3 - indiferente
 - 4 - poucas vezes
 - 5 - nada

- 16) Quando está em grupo, você se preocupa em saber o que deve dizer ?
- 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca
- 17) Quando você faz alguma besteira ou fica em situação ridícula, habitualmente pensa nisso durante muito tempo ?
- 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca
- 18) Você tem dificuldades em conversar com pessoas que encontra pela primeira vez ?
- 1 - muitas vezes
 - 2 - algumas vezes
 - 3 - indiferente
 - 4 - poucas vezes
 - 5 - nunca
- 19) Quantas vezes você se preocupou em saber se as pessoas apreciam sua companhia ?
- 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca
- 20) Quando você quer convencer pessoas que não têm as mesmas idéias que você, habitualmente se preocupa com a impressão que causará nelas ?
- 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca

II PARTE: ANÁLISE DESCRITIVA - 3. TABELA Nº 1 - 4. SEGUNDO ASPECTOS E GRUPOS

QUADRO 17 - PRIMEIRA AGRUPAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUE CARACTERIZAM OS MOMENTOS DO PROCESSO DE MARGINALIZAÇÃO, SEGUNDO ASPECTOS E GRUPOS (POPULAÇÃO DAS UNIDADES DE PERMANÊNCIA E TRIAGEM DA FUNABEM, DE 1964 A 1974).

ASPECTOS	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI	GRUPO VII	GRUPO VIII	GRUPO IX	GRUPO X	
A-DE SAÚDE	<p>doenças mentais</p> <p>01-HELBUNDE</p> <p>02-DEPRESSÃO</p> <p>03-DEPRESSÃO</p> <p>04-DEPRESSÃO</p> <p>05-DEPRESSÃO</p> <p>06-DEPRESSÃO</p> <p>07-DEPRESSÃO</p> <p>08-DEPRESSÃO</p> <p>09-DEPRESSÃO</p> <p>10-DEPRESSÃO</p>	<p>doenças infecciosas</p> <p>01-AMODALITE</p> <p>02-AMODALITE</p> <p>03-AMODALITE</p> <p>04-AMODALITE</p> <p>05-AMODALITE</p> <p>06-AMODALITE</p> <p>07-AMODALITE</p> <p>08-AMODALITE</p> <p>09-AMODALITE</p> <p>10-AMODALITE</p>	<p>doença venérea e sífilis</p> <p>01-VEREUNDOLE</p> <p>02-VEREUNDOLE</p> <p>03-VEREUNDOLE</p> <p>04-VEREUNDOLE</p> <p>05-VEREUNDOLE</p> <p>06-VEREUNDOLE</p> <p>07-VEREUNDOLE</p> <p>08-VEREUNDOLE</p> <p>09-VEREUNDOLE</p> <p>10-VEREUNDOLE</p>	<p>deficiências sensoriais e motoras</p> <p>01-SUNDO-JUDEZ</p> <p>02-SUNDO-JUDEZ</p> <p>03-SUNDO-JUDEZ</p> <p>04-SUNDO-JUDEZ</p> <p>05-SUNDO-JUDEZ</p> <p>06-SUNDO-JUDEZ</p> <p>07-SUNDO-JUDEZ</p> <p>08-SUNDO-JUDEZ</p> <p>09-SUNDO-JUDEZ</p> <p>10-SUNDO-JUDEZ</p>	<p>doenças hepato-contrasais</p> <p>01-DEMANTOLE</p> <p>02-DEMANTOLE</p> <p>03-DEMANTOLE</p> <p>04-DEMANTOLE</p> <p>05-DEMANTOLE</p> <p>06-DEMANTOLE</p> <p>07-DEMANTOLE</p> <p>08-DEMANTOLE</p> <p>09-DEMANTOLE</p> <p>10-DEMANTOLE</p>	<p>doenças cardíacas</p> <p>01-TREDE</p> <p>02-TREDE</p> <p>03-TREDE</p> <p>04-TREDE</p> <p>05-TREDE</p> <p>06-TREDE</p> <p>07-TREDE</p> <p>08-TREDE</p> <p>09-TREDE</p> <p>10-TREDE</p>	<p>BSCA</p> <p>01-CAHÚ-DEHURDIA</p> <p>02-CAHÚ-DEHURDIA</p> <p>03-CAHÚ-DEHURDIA</p> <p>04-CAHÚ-DEHURDIA</p> <p>05-CAHÚ-DEHURDIA</p> <p>06-CAHÚ-DEHURDIA</p> <p>07-CAHÚ-DEHURDIA</p> <p>08-CAHÚ-DEHURDIA</p> <p>09-CAHÚ-DEHURDIA</p> <p>10-CAHÚ-DEHURDIA</p>	<p>doenças mentais</p> <p>01-ENCONHONTE</p> <p>02-ENCONHONTE</p> <p>03-ENCONHONTE</p> <p>04-ENCONHONTE</p> <p>05-ENCONHONTE</p> <p>06-ENCONHONTE</p> <p>07-ENCONHONTE</p> <p>08-ENCONHONTE</p> <p>09-ENCONHONTE</p> <p>10-ENCONHONTE</p>	<p>doenças e espondilites</p> <p>01-CONTUDES E ESONDILITES</p> <p>02-CONTUDES E ESONDILITES</p> <p>03-CONTUDES E ESONDILITES</p> <p>04-CONTUDES E ESONDILITES</p> <p>05-CONTUDES E ESONDILITES</p> <p>06-CONTUDES E ESONDILITES</p> <p>07-CONTUDES E ESONDILITES</p> <p>08-CONTUDES E ESONDILITES</p> <p>09-CONTUDES E ESONDILITES</p> <p>10-CONTUDES E ESONDILITES</p>	<p>doenças venéreas</p> <p>01-DOENÇA VENÉREA</p> <p>02-DOENÇA VENÉREA</p> <p>03-DOENÇA VENÉREA</p> <p>04-DOENÇA VENÉREA</p> <p>05-DOENÇA VENÉREA</p> <p>06-DOENÇA VENÉREA</p> <p>07-DOENÇA VENÉREA</p> <p>08-DOENÇA VENÉREA</p> <p>09-DOENÇA VENÉREA</p> <p>10-DOENÇA VENÉREA</p>	
B-SOCIAIS	<p>situação econômica</p> <p>01-PAIS</p> <p>02-PAIS</p> <p>03-PAIS</p> <p>04-PAIS</p> <p>05-PAIS</p> <p>06-PAIS</p> <p>07-PAIS</p> <p>08-PAIS</p> <p>09-PAIS</p> <p>10-PAIS</p>	<p>desorganização</p> <p>01-PAIS</p> <p>02-PAIS</p> <p>03-PAIS</p> <p>04-PAIS</p> <p>05-PAIS</p> <p>06-PAIS</p> <p>07-PAIS</p> <p>08-PAIS</p> <p>09-PAIS</p> <p>10-PAIS</p>	<p>abandono</p> <p>01-PAIS</p> <p>02-PAIS</p> <p>03-PAIS</p> <p>04-PAIS</p> <p>05-PAIS</p> <p>06-PAIS</p> <p>07-PAIS</p> <p>08-PAIS</p> <p>09-PAIS</p> <p>10-PAIS</p>	<p>incapacidade física e mental</p> <p>01-PAIS</p> <p>02-PAIS</p> <p>03-PAIS</p> <p>04-PAIS</p> <p>05-PAIS</p> <p>06-PAIS</p> <p>07-PAIS</p> <p>08-PAIS</p> <p>09-PAIS</p> <p>10-PAIS</p>	<p>refúgio</p> <p>01-PAIS</p> <p>02-PAIS</p> <p>03-PAIS</p> <p>04-PAIS</p> <p>05-PAIS</p> <p>06-PAIS</p> <p>07-PAIS</p> <p>08-PAIS</p> <p>09-PAIS</p> <p>10-PAIS</p>	<p>expulsão de migrantes</p> <p>01-PAIS</p> <p>02-PAIS</p> <p>03-PAIS</p> <p>04-PAIS</p> <p>05-PAIS</p> <p>06-PAIS</p> <p>07-PAIS</p> <p>08-PAIS</p> <p>09-PAIS</p> <p>10-PAIS</p>	<p>conduta delinqüente</p> <p>01-PAIS</p> <p>02-PAIS</p> <p>03-PAIS</p> <p>04-PAIS</p> <p>05-PAIS</p> <p>06-PAIS</p> <p>07-PAIS</p> <p>08-PAIS</p> <p>09-PAIS</p> <p>10-PAIS</p>				

C - PEDAGÓGICOS

ESCOLAR 01 ANUALETICIDADE (1º ANOS) 01/74 02 ANUALETICIDADE (2º ANOS) 02/74 03 ANUALETICIDADE (3º ANOS) 03/74 04 ANUALETICIDADE (4º ANOS) 04/74 05 ANUALETICIDADE (5º ANOS) 05/74 06 ANUALETICIDADE (6º ANOS) 06/74 07 ANUALETICIDADE (7º ANOS) 07/74 08 ANUALETICIDADE (8º ANOS) 08/74 09 ANUALETICIDADE (9º ANOS) 09/74 10 ANUALETICIDADE (10º ANOS) 10/74 11 ANUALETICIDADE (11º ANOS) 11/74 12 ANUALETICIDADE (12º ANOS) 12/74		LOCALIZAÇÃO 01 INTERNO 01/74 02 EXTERNO 02/74 03 URBANO 03/74 04 RURAL 04/74 05 MISTO 05/74	
--	--	--	--

METODIAS 01 ABRECIAMENTO 01/74 02 ABRECIAMENTO 02/74 03 ABRECIAMENTO 03/74 04 ABRECIAMENTO 04/74 05 ABRECIAMENTO 05/74		SEU FINESTAS 01 APLICADO ELEVAÇÃO 01/74 02 APLICADO ELEVAÇÃO 02/74 03 APLICADO ELEVAÇÃO 03/74 04 APLICADO ELEVAÇÃO 04/74 05 APLICADO ELEVAÇÃO 05/74	
---	--	--	--

ATIVIDADES 01 ATIVIDADE 01/74 02 ATIVIDADE 02/74 03 ATIVIDADE 03/74 04 ATIVIDADE 04/74 05 ATIVIDADE 05/74		ATIVIDADES 01 ATIVIDADE 01/74 02 ATIVIDADE 02/74 03 ATIVIDADE 03/74 04 ATIVIDADE 04/74 05 ATIVIDADE 05/74	
--	--	--	--

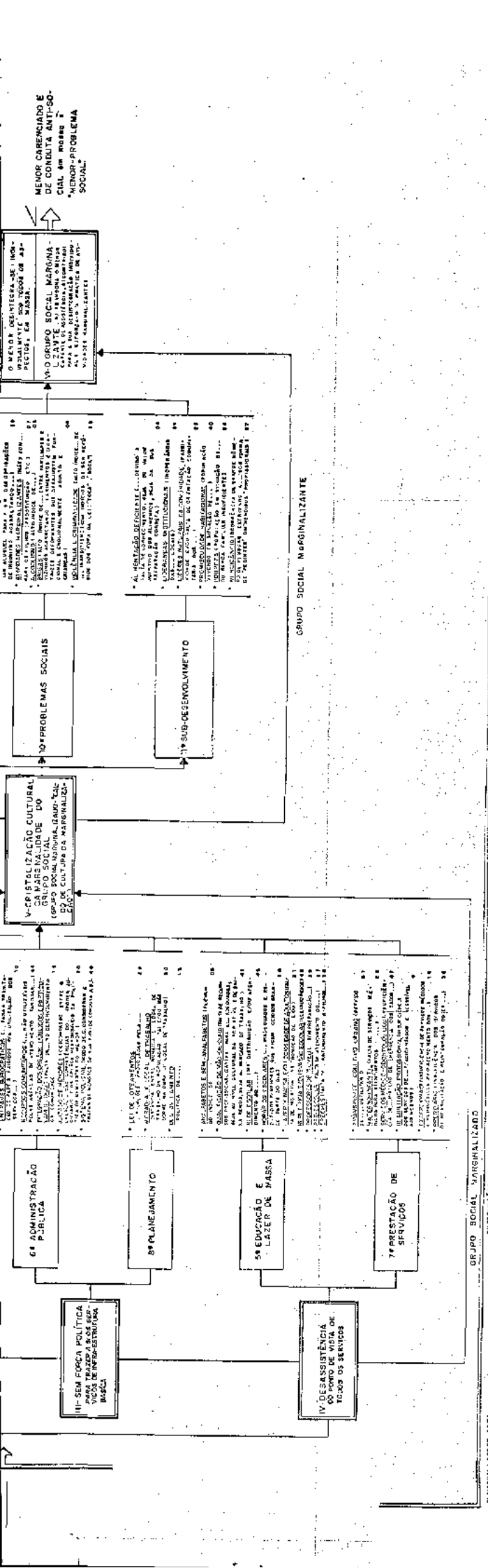
DEFICIÊNCIAS 01 DEFICIÊNCIA 01/74 02 DEFICIÊNCIA 02/74 03 DEFICIÊNCIA 03/74 04 DEFICIÊNCIA 04/74 05 DEFICIÊNCIA 05/74		DEFICIÊNCIAS 01 DEFICIÊNCIA 01/74 02 DEFICIÊNCIA 02/74 03 DEFICIÊNCIA 03/74 04 DEFICIÊNCIA 04/74 05 DEFICIÊNCIA 05/74	
--	--	--	--

DESEMPENHO 01 DESEMPENHO 01/74 02 DESEMPENHO 02/74 03 DESEMPENHO 03/74 04 DESEMPENHO 04/74 05 DESEMPENHO 05/74		DESEMPENHO 01 DESEMPENHO 01/74 02 DESEMPENHO 02/74 03 DESEMPENHO 03/74 04 DESEMPENHO 04/74 05 DESEMPENHO 05/74	
---	--	---	--

RESULTADOS 01 RESULTADO 01/74 02 RESULTADO 02/74 03 RESULTADO 03/74 04 RESULTADO 04/74 05 RESULTADO 05/74		RESULTADOS 01 RESULTADO 01/74 02 RESULTADO 02/74 03 RESULTADO 03/74 04 RESULTADO 04/74 05 RESULTADO 05/74	
--	--	--	--

CONTRAVENÇÃO 01 CONTRAVENÇÃO 01/74 02 CONTRAVENÇÃO 02/74 03 CONTRAVENÇÃO 03/74 04 CONTRAVENÇÃO 04/74 05 CONTRAVENÇÃO 05/74		CONTRAVENÇÃO 01 CONTRAVENÇÃO 01/74 02 CONTRAVENÇÃO 02/74 03 CONTRAVENÇÃO 03/74 04 CONTRAVENÇÃO 04/74 05 CONTRAVENÇÃO 05/74	
---	--	---	--

PESSOAS 01 PESSOA 01/74 02 PESSOA 02/74 03 PESSOA 03/74 04 PESSOA 04/74 05 PESSOA 05/74		PESSOAS 01 PESSOA 01/74 02 PESSOA 02/74 03 PESSOA 03/74 04 PESSOA 04/74 05 PESSOA 05/74	
--	--	--	--



GRUPO SOCIAL MARGINALIZADO

GRUPO SOCIAL MARGINALIZANTE

6-ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

8-PLANEJAMENTO

5-EDUCAÇÃO E LAZER DE BAIXA

7-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4-IN-SEM FORÇA POLÍTICA PARA OS BAIXOS NÍVEIS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

4-CONSERVAÇÃO DO NÍVEL DE BAIXO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS

1-... 2-... 3-... 4-... 5-... 6-... 7-... 8-... 9-... 10-... 11-... 12-... 13-... 14-... 15-... 16-... 17-... 18-... 19-... 20-... 21-... 22-... 23-... 24-... 25-... 26-... 27-... 28-... 29-... 30-... 31-... 32-... 33-... 34-... 35-... 36-... 37-... 38-... 39-... 40-...

GRUPO SOCIAL MARGINALIZANTE

1-... 2-... 3-... 4-... 5-... 6-... 7-... 8-... 9-... 10-... 11-... 12-... 13-... 14-... 15-... 16-... 17-... 18-... 19-... 20-... 21-... 22-... 23-... 24-... 25-... 26-... 27-... 28-... 29-... 30-... 31-... 32-... 33-... 34-... 35-... 36-... 37-... 38-... 39-... 40-...

V-CRISTALIZAÇÃO CULTURAL DA MARGINALIDADE DO GRUPO SOCIAL MARGINALIZADO

O-PROBLEMAS SOCIAIS

O-SUB-DESENVOLVIMENTO

V-MENOR REAFIRMADO E DE CONDLUTA ANTI-SOCIAL EM NÍVEL SOCIAL

V-MENOR PROBLEMA SOCIAL

V-GRUPO SOCIAL MARGINALIZANTE

GRUPO SOCIAL MARGINALIZANTE

GRUPO SOCIAL MARGINALIZADO

ORIENTAÇÃO

1-... 2-... 3-... 4-... 5-... 6-... 7-... 8-... 9-... 10-... 11-... 12-... 13-... 14-... 15-... 16-... 17-... 18-... 19-... 20-... 21-... 22-... 23-... 24-... 25-... 26-... 27-... 28-... 29-... 30-... 31-... 32-... 33-... 34-... 35-... 36-... 37-... 38-... 39-... 40-...

13-COMPLEMENTOS (N) GRUPO SOCIAL MARGINALIZADO

13-NÚMERO DO JORNAL DADO AO GRUPO SOCIAL MARGINALIZADO DE PL 88 A 88

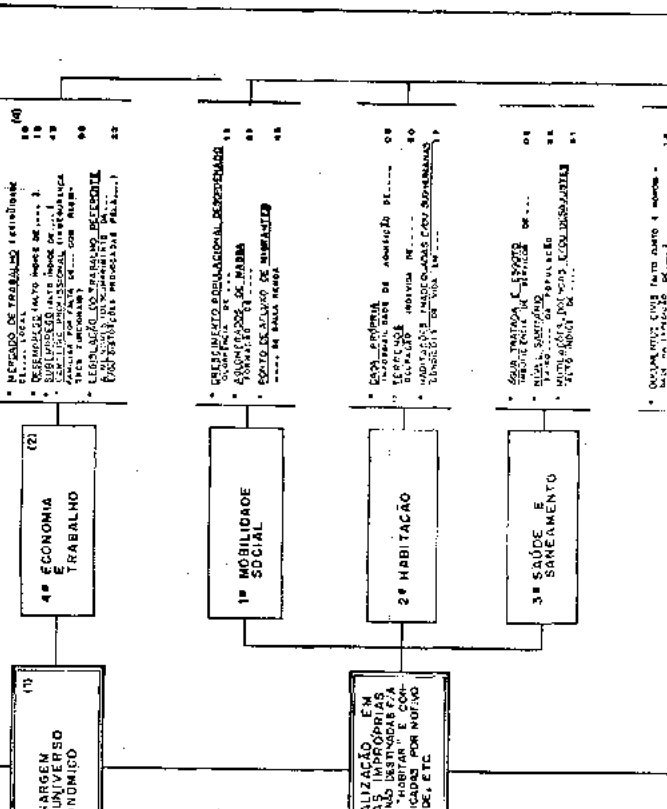
FLUMINENSE 7/2000-1979

SEDE

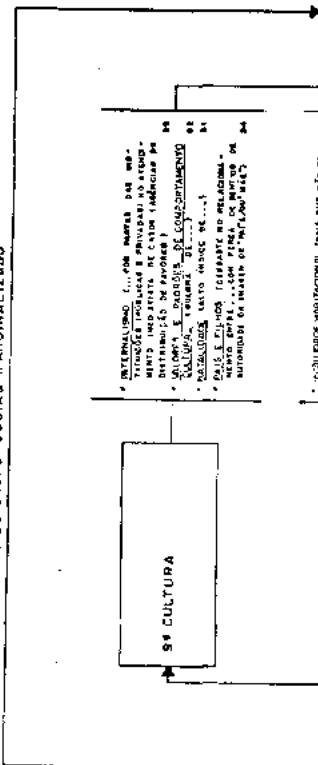
84

MODELO TEÓRICO DE ENTENDIMENTO DE MARGINALIZAÇÃO PASSIVA E ATIVA DOS GRUPOS SOCIAIS MARGINALIZADOS E SOCIAL " (PROBLEMA SOCIAL DO MENOR)

MARGINALIZAÇÃO PASSIVA DOS GRUPOS SOCIAIS



MARGINALIZAÇÃO ATIVA DO GRUPO SOCIAL MARGINALIZADO



MARGEM PESSO ORIGINADA

MARGINALIZAÇÃO EM SEUS PRÓPRIOS O HABITAR E CO-INDICADOS POR MOTIVO SAÚDE, ETC

OCORRÊNCIAS QUE NÃO SÃO 4. SOCIO...

- 21) Se você imagina que certos amigos ou conhecidos seus não têm uma boa impressão a seu respeito, em que medida você fica preocupado ?
- 1 - muitas vezes
 - 2 - algumas vezes
 - 3 - indiferente
 - 4 - poucas vezes
 - 5 - nada
- 22) Quantas vezes aconteceu você ficar constrangido por sua timidez ?
- 1 - muitas vezes
 - 2 - algumas vezes
 - 3 - indiferente
 - 4 - poucas vezes
 - 5 - nunca
- 23) Quantas vezes você já ficou preocupado pelo que os outros pensam de você ?
- 1 - muito frequentemente
 - 2 - frequentemente
 - 3 - às vezes
 - 4 - raramente
 - 5 - nunca

APÊNDICE 7

AUTO-ESTIMA: Cálculo do grau médio da auto-estima

$$\frac{107 + 31}{2} = 69$$

$$1 \text{ desvio-padrão} = 12,17$$

$$1/2 \text{ desvio-padrão} = 6,0$$

$$69 + 6 = 75$$

$$69 - 6 = 63$$

R: A média auto-estima se encontra entre os valores 63 a 75.

Tabela 1

Valor da auto-estima em cada grau								
ALTA			MÉDIA			BAIXA		
107	a	76	75	a	63	62	a	31

Tabela 2

Nº total de sujeitos em cada grau de auto-estima			
ALTA	MÉDIA	BAIXA	TOTAL
41	21	44	106

TRATAMENTO ESTATÍSTICO - TESTE DO χ^2

$$\chi^2 = \frac{(f_o - f_e)^2}{f_e}$$

Hipótese 1: A auto-estima é variável relevante no que diz respeito a conduta anti-social

Cálculos:

$$106 \div 3 = 35,33$$

$$x^2 = \frac{(41 - 35,33)^2}{35,33} + \frac{(21 - 35,33)^2}{35,33} + \frac{(44 - 35,33)^2}{35,33}$$

$$x^2 = 0,9 \quad + \quad 5,81 \quad + \quad 2,12$$

$$x^2 = 8,83$$

A 2 graus de liberdade, o valor crítico é 5,99; o nível de significância é 0,05; o valor encontrado foi 8,83, donde se conclui que há relação entre auto-estima e conduta anti-social.

Tabela 3

Nº de sujeitos de acordo com o grau de auto-estima e o tipo de crime cometido				
AUTO-ESTIMA	CRIME			TOTAL
	GRAVE	MODERADO	LEVE	
ALTA	20	5	16	41
MÉDIA	7	3	11	21
BAIXA	17	9	18	44
TOTAL	44	17	45	106

Hipótese 2: O alto grau de auto-estima estaria em relação positiva com atos delinqüenciais de natureza grave.

TRATAMENTO ESTATÍSTICO - TESTE DO χ^2

$$E_1 = \frac{41 \times 44}{106}$$

$$E_4 = \frac{41 \times 17}{106}$$

$$E_7 = \frac{41 \times 45}{106}$$

$$E_2 = \frac{21 \times 44}{106}$$

$$E_5 = \frac{21 \times 17}{196}$$

$$E_8 = \frac{21 \times 45}{106}$$

$$E_3 = \frac{44 \times 44}{106}$$

$$E_6 = \frac{44 \times 17}{106}$$

$$E_9 = \frac{44 \times 45}{106}$$

$$E_1 = 17,0$$

$$E_4 = 6,5$$

$$E_7 = 17,4$$

$$E_2 = 8,7$$

$$E_5 = 3,3$$

$$E_8 = 8,9$$

$$E_3 = 18,2$$

$$E_6 = 7,0$$

$$E_9 = 18,6$$

Tabela 4

Frequência esperada para cada sujeito			
AUTO-ESTIMA	CRIME		
	GRAVE	MODERADO	LEVE
ALTA	17,0	6,5	17,4
MÉDIA	8,7	3,3	8,9
BAIXA	18,2	7,0	18,6

$$\begin{aligned} \chi^2 = & \frac{(20 - 17,0)^2}{17,0} + \frac{(7 - 8,7)^2}{8,7} + \frac{(17 - 18,2)^2}{18,2} + \\ & + \frac{(5 - 6,5)^2}{6,5} + \frac{(3 - 3,3)^2}{3,3} + \frac{(9 - 7,0)^2}{7,0} + \\ & + \frac{(16 - 17,4)^2}{17,4} + \frac{(11 - 8,9)^2}{8,9} + \frac{(18 - 18,6)^2}{18,6} = \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}x^2 &= 0,52 + 0,33 + 0,07 + \\ &+ 0,34 + 0,02 + 0,57 + \\ &+ 0,11 + 0,49 + 0,01\end{aligned}$$

$$x^2 = 2,46$$

A 4 graus de liberdade o valor crítico é 9,49: o valor observado foi 2,46, donde se conclui que não se comprova estatisticamente a hipótese apresentada.

APÊNDICE 8

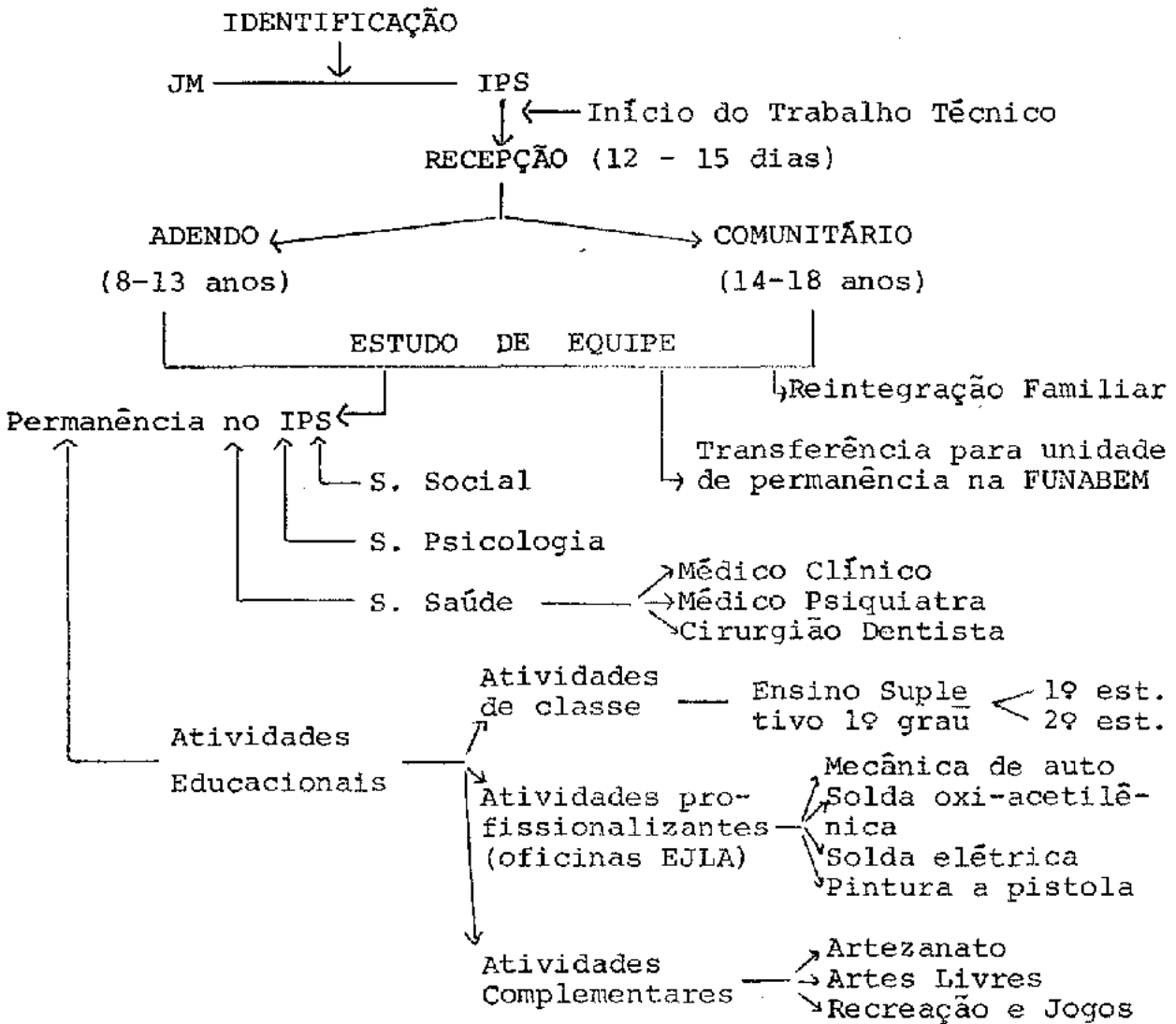
FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR
 DIRETORIA DE PROGRAMAS SÓCIO-TERAPÊUTICOS
 SUPERINTENDÊNCIA DAS CASAS DE TRIAGEM
 INSTITUTO PADRE SEVERINO

Localização: Estrada Maracajá, s/nº-Galeão-Ilha do Governador-RJ

Capacidade: 240 menores - População atual: 320 menores

Sexo: Masculino - Faixa etária: 8 a 18 anos

Finalidade: Destina-se ao atendimento de menores de conduta anti-social encaminhados pelos Juizados de Menores da Capital e de outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro.



BIBLIOGRAFIA

- ABERASTURY, A. El Adolescente y el mundo actual. Alter, Jornal de Estudos Psicodinâmicos, 1971, nº 3, Abril/Junho, 7/17.
- ACHARD, J.P. Curso de Pedagogia Corretiva. Em Cavallieri, A. Direito do Menor. R. Janeiro, A.Bibl.Jur.Freitas Bastos, 1978.
- ALEXANDER, F. e outros. Psiquiatria dinâmica. B. Aires, Ed. Paidos, 1962.
- ALEXANDER, F. e STAUB, H. El delincente y sus jueces desde el punto de vista psicanalítico. Madrid, Biblioteca Nueva, 1961.
- ALLPORT, G.W. Personalidade. São Paulo, EDUSP, 1973.
- ALTENFELDER, M. "Prevenção exige desenvolvimento integrado". III Encontro Nacional de Secretários Estaduais, Presidente de Fundações Estaduais e Diretores de Serviços de Menores. Em Brasil Jovem, nº 28, Ano VIII, 1º Quadrimestre de 1974.
- AUSUBEL, D.P. Relationships between shame e guilt in the socializing process. Em Haber, R.N. "Current research in motivation" New York. Holt, Rinehart & Winston, 1966.
- BALINT, M. Primary narcissism and primary love. Psychoanalytic Quartely, nº 29, 6-43.
- BANDURA, A. Principles of behavior modification. N. York. Holt, Rinehart & Winston, Inc; 1969.
- BARNDT & JONHSON (1955); SIEGMAN (1961); DAVIDS, KIDDER e REICH (1962); STEIN, SARBIN & KULIK (1968); RANKIM & WIKOFF (1964); KELLY & FELDMAN (1964). Em Cap. 11 "Delinquência, Psicopatia e Criminalidade". (sem autor - Crime as Destiny), Londres, 1931 - Allen & Unwin. (Separata)
- BENEDICT, R. The crisanthemum and the word: patterns of japanese culture - Boston, Houghton & Mifflin, 1946.
- BERGMAN, S. Readings in Juvenil Delinquency (Separata sem maiores detalhes) 1966.
- BETCHEREV, W. La Psicologia Objetiva. B. Aires, Ed. Paidos, 1965.
- BLEICHMAN, H.B. La depression, un estudio psicanalítico. B.Aires, Ediciones Nueva Visión, 1978.
- BORDUA, D. Some comments on theories on of group delinquency. Sociological Inquiry. 1962, Spring, 32:245-60.
- BOSSARD, J.H.S. The Sociology of child development. Rev. Ed. N. York: Harper, 1954 (Separata).

- BUEHLER, R.E.; PATTERSON, G.R. & FURNISS, J.M. The reinforcement of behavior in institutional settings. Behavior Research and therapy, 1966, 4, 157-167.
- BURCHARD, J.D. Systematic Socialization: a programmed environment for the habilitations of anti social retardates. Psychological Reports, 1967, 17, 461-476.
- BURGESS, E.W. & LOCKE, H.J. The family. N.York, American Book , 1945.
- CAJIAS, H.K. Criminologia. 1º tomo. Bolívia, La Paz, Libreria Editorial Juvevtud, 1970.
- CARDOSO, S.E.S. O Baixo Grau de Auto-Estima como um dos fatores que levariam o adolescente a comportamentos anti-sociais. Trabalho para a cadeira de Pesquisa II no curso de Mestrado em Psicologia - R.J., PUC, 1977.
- CASTAING, A. L'Enfance Delinquante à Lille au XVIII^e siècle . Thèse de Droit, 1960. Em "Les Bandes des Adolescent". Robert, P. - Paris, Les Editions Ouvrieres, 1966.
- CAVALLIERI, A. Direito do Menor. Rio de Janeiro, Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, 1978.
- CECCALDI, P. Relations entre les bandes de jeunes et la delinquance, 1961. Revue Penitentiaire et de Droit Pénal, Paris , 1961.
- CHAUCHARD, P. El Cerebro Humano. B. Aires, Ed. Paidos, 1965.
- CHAZAL, J. Etudes de criminologie juvenile. Paris, P.U.F., 1952.
- CHEVALIER, L. Classes Laboureuses et classes dangereuses. Paris, Ed. Plon, 1958.
- CHOMBART DE LAUWE, M.J. Psycho-pathologie sociale de l'enfant inadapté. CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) 1959.
- CLEMENTS, C.B. & MCKEE, J.M. Programmed instruction of institutionalized offenders: contingency management and performance contracts. Psychological Reports, 1962, 22 - 957-964.
- CLOWARD, B.A.; OHLIN, L.E. Delinquency and opportunity. A theory of delinquent gangs. Glencoe, III, The Free Press, 1960.
- _____. Illegitimate means, anomie, and deviant behavior . American Sociological Review, nº 24, april, 1959, 164-176.
- COHEN, A. Delinquent boys. The culture of gang. Glencoe, III , The Free Press, 1955.
- _____. Research in delinquent subcultures. Journal of Social Issues, 1958, nº 14, 20-37.

- DAVID, P.R. Sociologia Criminal Juvenil. B. Aires, Ed. Depalma , 1974.
- DOURADO, L.A. Raízes Neuróticas do Crime. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1965.
- DUCHARME, S.H. The relationship of alienation to age, population density & self-concept. Dissertation International Abstract . Sept. 1975, vol. 36, nº 3, p. 1503-B.
- DURKHEIM, E. De la Division du Travail Social. Paris, P.U.F. , 1967.
- EYSENCK, H.J. Crime & Personality. London, Routledge & Kegan, P. 1964.
- _____ The dynamic of anxiety and hysteria. London, Routledge & Kegan, P., 1957.
- FAIRBAIRN, R. Estudio Psicanalítico de la Personalidad. B. Aires, Ed. Hormé, S.A., 1970.
- FLAVELL, J.H. La Psicología Evolutiva de Jean Piaget. Biblioteca Psicologías del Siglo XX, B. Aires, Ed. Paidós, 1974.
- FREGIER, L. Les Classes dangereuses. Em Les Bandes des Adolescents - Robert, P. Paris, Editions Ouvrieres, 1966.
- FREUD, A. Infância normal e patológica: determinantes do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1976.
- FREUD, S. "El Yo y el Ello". 1923. Obras Completas, vol. 2. Madrid, Ed. Bibl. Nueva, 1968.
- _____ Introdução ao Narcisismo. 1914. Vol. 1. Madrid, Ed. Bibl. Nueva, 1968.
- _____ Psicanálise Aplicada - O diagnóstico dos fatos e a psicanálise. Conferência pronunciada no Seminário do Prof. Lofler da Univ. de Viena, 1907, vol. 2. Madrid, Ed. Bibl. Nueva, 1968.
- FRIEDLANDER, K. Psicanálisis de la delincuencia juvenil. B. Aires, Ed. Paidós, 1966.
- FROMM, E. Psicanálise da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1959.
- _____ The Art of Loving. N. York, Bantan Books, 1956.
- _____ Anatomia da Destrutividade Humana. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1965.
- FUNABEM. O "menor-problema social" no Brasil e a ação da FUNABEM. Ed. pela Funabem, Rio de Janeiro, 1976.

- GIBB, C.A. The principles and traits of leadership. J. of Abnormal Sociology Psychology. 1947, 42:267-284.
- GLUECK, S. et GLUECK, E. Unraveling juvenile delinquency. Boston, Harvard Univ. Press, 1950.
- GRIMBERG, L. e GRIMBERG, R. Identidad y Cambio. B. Aires, Ed. Kargieman, 1971.
- HARTMAN, H. The development of the ego concept in Freud's work . International Journal Psychoanalytical, 1956, 37:425-438.
- _____ La Psicologia del Yo y el Problema de la Adaptación . México, Ed. Mondo Psicologico, 1961.
- HEALY, W. & BRONNER, D.L. Delinquents and criminals: their making and unmaking. N. York, McMillan, 1926.
- HOLTZMAN, W.H. Adjustment and Leadership: a study of Rorschach Test. J. Social Psychology, 1952, 36: 179-180.
- HORNEY, K. Conheça-se a si mesmo. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, S.A., 1959.
- _____ A Personalidade Neurótica do Nosso Tempo. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, S.A., 1966.
- HURLOCK, E.B. Psicologia de la Adolescencia. Biblioteca de Psicologia Evolutiva. B. Aires, Ed. Paidós, 1971.
- INGENIEROS, J. Obras Completas. Tomo II. México, Ed. Mar Oceano, 1962, Separata.
- JACOBSON, E. The Self and the Object World. N. York, International University Press, 1964.
- JUNG, C.G. Los complejos y el inconsciente. Madrid, Alianza, 1970.
- KLUCKHOLM, C. e MURRAY, H. Personality in nature, society and culture. N. York, Knoff Ed., 1949.
- KNOBELL, M. Apontamentos da conferência dada pelo Dr. M. Knobell no II Congresso da AAPIA, Rio de Janeiro, 1976.
- KVARACEUS, W.C. e MILLER, W.B. Delinquent Behavior - culture and the individual. Artigo em xerox de Washington: Juvenile Delinquency Project, National Education Association, 1960.
- LANGE, F. Em cap. 11. Delinquência, Psicopatia e Criminalidade . Crime as Destiny, Londres, 1951 (sem autor) Allen - Unwin , (separata).
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.B. Vocabulário de Psicanálise. Santos, S. Paulo, Liv. Martins Fontes, 1970.

- LEBOVICI, S. Rapport sur les facteurs psychogenes de la delinquance juvenile. XII Congrès International de Criminologie , Paris, Presse Universitaire de France, 1950. (separata dos Anais).
- LINDNER, R.M. Neuroses, Psicopatia y Psicoses. B. Aires, Ed. Paidós, 1966.
- LOPEZ-REY, M. Anales de la Universidad de La Laguna. Facultad de Derecho, La Laguna. Programa de Investigacion Criminologica. (separata)
- MARCHAIS, P. Immaturation affective et delinquance. Revue Penitenciaire et de Droit Pénal, Paris, 1964, I, 61.
- MATZA, D. & SYKES, M. Juvenile Delinquency and subterranean values. American Sociologic Revue, oct.1961, nº 26, 712-719.
- MEAD, G.H. On Social Psychology. Phoenix Books, Chicago, U.S.A., 1964 (separata, p. 113/121).
- MC MICHAEL, R.E. & GRENDER, E.C. Children's guilt after transgression combined effect of exposure to american culture and ethnic background. Child Development, 1966, 37, 452-432.
- MELUN, J. 14º Rapport Annuel de l'Education Surveillée. Paris , 1961 (separata).
- MERTON, R.K. Social theory and social structure. Glencoe , III , The Free Press, cap. V, 1957.
- MICHAUX, P. Revue de Neuro-psychiatrie infantile, Paris, 5-6 , 1958.
- MILLER, W.B. Lower class culture as a generating milieu of gang delinquency. Journal of Social Issues, 1958, (vol, 14), nº 13, 5-19.
- MIRANDA ROSA, F.A. de. Patologia Social. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1978.
- NOSHPITZ, J.D. The antisocial or asocial adolescent. Separata do Pediatric Clinics of North America, 1960, 7, nº 1, 97-114.
- OTTALAGANO, C. Desorden Mental y Medio Familiar. Revista Alter , Jornal de Estudos Psicodinâmicos, Brasília, 1971, nº 2, vol. I, Jan/Mar., p. 33-38.
- PARSONS, T. General theory in sociology. Em R.K. Merton, L. Broon, L.S. Cottrell (ed.) Sociology today (N. York - Basic Books).
- PERRIN, P. e SIMON, G. Alcoolisme, criminalité et délinquance (xerox sem maiores dados).
- PFROMM, S. Psicologia da Adolescência. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971.

- PIAGET, J. Le Jugement moral chez l'enfant. Paris, Alcan, 1932 .
- PINATEL, J. Funciones de la criminologia em el Derecho Penal. Se-
parata do XIX Curso International de Criminologia, junho, Ar-
gentina, Mendoza, 1969.
- POE, R.E. The effects of observer self concept on imitation .
Dissertation Abstract International, sept. 1975, nº 3, vol.36.
- PRESSAT, R. L'Analyse demografique. Paris, PUF, 1961.
- QUAY, H.C. Personality dimensions in pre-adolescent delinquent
boys. Educational & Psychological Measurement, 1966, 26: 99-
-110.
- _____ Dimensions of personality in delinquent boys as
inferred from the factor analysis of case history date. Child
Development, 1964, 35: 479-484.
- QUAY, H.C. & QUAY, L.C. Behavior problems in early adolescence .
Child Development, 1965, 36: 215-220.
- QUAY, H.C., PETERSON, D.R. & CONSALVI, C. The interpretation of
three personality factors in juvenile delinquency. Journal of
Consulting Psychology, 1960, 24, 555.
- QUIRÓS, C.B. Criminologia. España, Puebla. J. Cajica, 1955.
- RACINE, A.; DEBUYST, C. et SOMERHAUSEN, C. L'Ecole et L'Enfant
voleur. Centre d'Etude de la Délinquance Juvénile, Bruxelles,
1962, separata.
- RAUSCH, H.L. Interaction sequences. Journal of Personality &
Social Psycjology, 1965, 2: 487-499.
- RECKLESS, W.C. Una nueva teoria de la delinquencia y del crimen.
Separata de "Manual de lecturas para el adestramiento de
oficiales probatorios juveniles". España, Rio Pedras, Sulie-
vres, 1969.
- RELATÓRIO DA APPIA. Em Alter, vol. 2, nº 3, set/dez, 1972, Brasí-
lia. Tema: "O Abandono". 1ª Encontro Nacional das Classes Em-
presariais para Estudos sobre o Problema do Menor. I ENCEPROM.
- RIOS, J.A. A marginalização do menor e sua solução. III Encontro
Nacional de Secretários Estaduais, Presidente de Fundações Es-
taduais e Diretores de Serviços de Menores. Em Brasil Jovem ,
nº 28, Ano VIII, 1ª Quadrimestre de 1974.
- ROBERT, P. Les Bandes d'Adolescents. Paris, Les Editions Ouvrie-
res, 1966.
- RODRIGUES, A. A Pesquisa Experimental em Psicologia e Educação .
Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1975.

- ROSENBERG, B.G. e SARBIN, T.R. A method for obtaining a qualitative estimate of the self. Journal of Social Psychology, 1955, 42, 71-81.
- ROSENFELD, G.W. The effect of self-esteem of induced selective attention of successes and failures. Dissertation Abstract International, 1977, April, vol. 37, (10-B), 5372-73.
- RUSSELL, B. Liberdade e Organização. São Paulo, C. Ed. Nacional, 1959.
- SHORT JR., J. Estrutura Social y procesos de grupo en la explicación de la delinquencia de pandilla. Em Problemas de la Juventud. Sherif & Sherif. México, Ed. Trillas, S.A., 1970.
- SMITH, V.A. Perceived Value Deprivation as a predictor of self-destructive behavior. Dissertation International Abstract, sept. 1975, vol. 36 (3B), 1419.
- SPITZ, R. No and Yes: on the genesis of human communication. N. York, International University Press, 1957.
- SPRUELL, V. Theories of the treatment of narcissistic personalities. Journal of the American Psychoanalytic Association, 1974, (22): 268-277.
- STEPHENSON, G.M. The development of conscience. Londres, Routledge & Kegan, P. 1976.
- SHAW, C.; MILLER, N.E. & BURT, C. Em Shaw, C. Delinquency Areas. Chicago, Univ. of Chicago Press, 1959.
- SUTHERLAND, E.H. White Collar Crime. N. York, Dryden Press, 1949.
- TEICHOLZ, J.G. A selective review of the psychoanalytic on theoretical conceptualizations of narcissism. Journal of the American Psychology Association, 1978, nº 26, 831-861.
- TIEGHI, O. Reflexologia Criminal. Psicologia e Responsabilidade Penal. B. Aires, Ed. Astrea, 1974.
- TRASLER, G. The explanation of criminality. London, Routledge & Kegan P., 1962.
- TRES PALACIOS, R.M.P.M. Narcisismo, Identificação e Constituição do Ego. Dissertação de Mestrado. PUC. Departamento de Psicologia, 1979, Rio de Janeiro.
- WATSON, J.B. El Condutismo. B. Aires, Ed. Paidós, 1972.
- WINICK, C. "Juvenile delinquency as a function of the mass society". Em Estudos de Sociologia, B. Aires, 1964, nº 9, p. 32-41.
- WHITAKER, J.O. Psicologia. Rio de Janeiro, Ed. Interamericana Ltda., 1977.

- WOGENSCKY, K. Famille et habitation. CNRS 1959/1960, G.E.S. ,
vol. 2 (separata).
- WRENN, C.G. Student discipline in a college. Educational &
Psychological Measurement, 9, 625-633 (separata).
- ZELNY, L.D. Social leadership. Sociological Soc. Res., 33:431 -
-436, 1940.

BIBLIOGRAFIA AUXILIAR

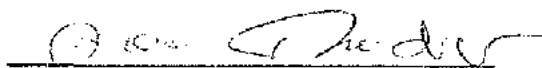
- ALTENFELDER, M. A nova política do Bem Estar do Menor, FUNABEM ,
Rio de Janeiro, 1967.
- ARGYLE, M. A Interação Social. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1976.
- BIAGGIO, A.M. Psicologia do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Ed.
Vozes, 1975.
- BRASIL JOVEM. Revista editada pela FUNABEM, 1977, nº 37-38.
- CUADERNO DE SAPPPIA Nº 1. Adolescencia, Cultura y Sociedad. B. Ai-
res, Ed. Kargieman, 1971.
- CUADERNO DE SAPPPIA Nº 3. El Adolescente Borderline. B. Aires ,
Ed. Kargieman, 1972.
- DAVID, P.A. El Mundo del delinquente. B. Aires, Ed. Astrea, 1976.
- ERIKSON, E. Infância e Sociedade. Rio de Janeiro, Ed. Zahar ,
1971.
- HILL, J. e SHELTON, J. Readings in Adolescent Development an
Behavior. N. Jersey, Prentice Hall, Inc., 1971. X
- JUSILD, A. Psicologia da Adolescência. São Paulo, C.Ed. Nacional,
1973.
- LYRA, R. Noções de Direito Criminal. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro,
Ed. Nacional de Direito, 1944.
- LUNDIN, R. Psicologia da Personalidade. Rio de Janeiro, Liv. Jo
sé Olímpio Ed., 1966.
- MAILHIOT, G.B. Dinâmica e Gênese dos Grupos. São Paulo, Liv. Duas
Cidades, 1973.
- MARX, K.; GUNDER, R.E.; STRICKLAND, Ch. E. e outros. Sociologia
da Juventude. Vol. 1 e 2, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1968.
- MASTERSON, G.F. El Dilema Psiquiatrico del Adolescente. B.Aires,
Colección Paidós, Sappia, 1972.

- MUNSS, R. Teorias da Adolescência. Belo Horizonte, Interlivros Ltda., 1971.
- PILAR, O.M. A Juventude Brasileira e o Bem Comum. Rio de Janeiro, E. Superior de Guerra, 1975.
- ROCHEBLAVE, A.; SPENLE, M. Psicologia do Conflito. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1974.
- RUSSELL, B. A Autoridade e o Indivíduo. São Paulo, C.Ed. Nacional, 1956.
- SHERIF, M. e SHERIF, C. Problemas de La Juventud. México, Ed. Trillas, S.A., 1970.
- TULIO, B. Principes de Criminologie Clinique. Paris, P.U.F., 1967.

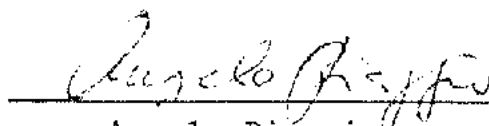
Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ
fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:



Miguel Chalub
Orientador



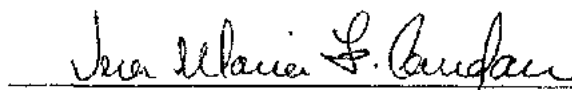
Aroldo Rodrigues



Angela Biaggio

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro 29/08/1979



Vera Maria Ferrão Candau
Coordenadora dos Programas de
Pós-Graduação do Centro de Teo-
logia e Ciências Humanas.